

Introdução

Em 2011 assinala-se o quinquagésimo aniversário do início da Guerra Colonial Portuguesa. É tempo de lembrar o passado trágico, de homenagear as vítimas, de rever atitudes e de reponderar posições políticas. É preciso, sobretudo, recordar, fazer saber a História, trabalhar no sentido de impedir que o tema sucumba ao silêncio e, conseqüentemente, caia no esquecimento. Com efeito, se é inegável que os tempos da Guerra Colonial foram efectivamente difíceis, não cremos, porém, que o melhor caminho para criar pontes de entendimento, de preferência duradouras, com os povos das antigas colónias seja o do silêncio. Afinal, a realidade actual só é verdadeiramente inteligível se olharmos com atenção para o passado.

Posto isto, conforme realça Isabel Castro Henriques,

“Ao longo do século XX, a África foi progressivamente ocupando um lugar central na vida portuguesa: Portugal não só dependia economicamente das suas colónias africanas como estas desempenhavam um papel indispensável no equilíbrio global do sistema fascista vigente desde 1926. Daí que se tenha verificado, por parte dos grupos dominantes da sociedade portuguesa, a necessidade de construir e de consolidar um certo número de mitos relativos à presença portuguesa em África, destinados a explicar e a justificar as acções e a permanência lusas nessa região do mundo, particularmente a partir da década de 50, quando se inicia, em África, o processo das independências.”¹

Realmente, o regime salazarista-marcelista manifestou-se fortemente determinado a manter o que restava do Império Ultramarino Português a qualquer preço. Para enfrentar os ventos da descolonização, em crescente afirmação depois da II Guerra Mundial, a ideologia do Estado Novo concebia Portugal como uma nação multirracial e pluricontinental, uma nação una e indivisível. Do Minho a Timor, a Nação Portuguesa dispersava-se pelo mundo e compunha-se por diversas gentes. Por conseguinte, apesar das diferenças e da longevidade física das parcelas nacionais, todas as Colónias Portuguesas/Províncias Ultramarinas constituíam um corpo só, unido e indissociável. Do mesmo modo, a propaganda do Estado Novo também mencionava que Portugal não era um país pequeno, nem em termos geográficos, dado que ocupava uma extensão de cerca de 2.000.000 km², nem em termos ideológicos, pois estava imbuído de um profundo sentido de missão civilizadora.

A inabalável convicção colonialista do Regime levou então os povos subjugados, movidos pela ânsia de liberdade, autodeterminação e independência, a rebelarem-se contra a potência invasora. Em 1961, eclodiu a primeira das três frentes da Guerra Colonial Portuguesa (ou Guerras Coloniais) em África, guerra que se viria a arrastar por treze longos anos de

¹ Isabel Castro Henriques, *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África (Séculos XV-XX)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2004, p. 302.

sofrimento e sacrifício para os que nela se bateram. Tal conflito armado só findou depois da Revolução do 25 de Abril de 1974 ter derrubado a Ditadura.

Como se disse, larga fatia da ideologia colonialista estado-novista assentava no pressuposto da existência de uma "África Portuguesa". A formulação e a aceitação deste conceito implicavam que se entendessem as regiões africanas sob administração lusíada como parte integrante e constituinte do próprio conceito de Nação Portuguesa, de tal modo que uma não existiria sem a outra: nem as parcelas africanas sem Portugal, nem Portugal sem as parcelas africanas. Assim, Angola, Guiné, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe eram componentes intrínsecas do Mundo Português, logo, incontornável e incontestavelmente, peças de Portugal.

Neste trabalho, propomo-nos precisamente estudar a refutação deste mito estado-novista da África Portuguesa em alguns dos romances portugueses pós-coloniais mais aclamados. Com efeito, posteriormente ao 25 de Abril de 1974, restaurada a liberdade de expressão, assistiu-se à produção de diversas obras literárias centradas na temática da Guerra Colonial, obras que, ainda que ficcionadas, lembram o tempo opressor da Ditadura, a guerra e a África.

O objectivo central desta dissertação de mestrado assenta, assim, na acção de perscrutar o "repúdio do mito da «África portuguesa»"² nas obras romanescas de Manuel Alegre (*Jornada de África*), António Lobo Antunes (*Os Cus de Judas*), João de Melo (*Autópsia de um Mar de Ruínas*), Carlos Vale Ferraz (*Nó Cego*), Carlos Coutinho (*O que agora me inquieta*) e Álamo Oliveira (*Até hoje: memórias de cão*). No fundo, será observar, identificar e entender as imagens que estes autores criaram para desconstruírem o mito da África Portuguesa tão afincadamente edificado e apregoadado pelo Estado Novo. O levantamento dessas imagens literárias proporcionará uma outra perspectiva sobre a ideia pré-concebida de uma África Lusíada e permitirá obter uma visão diametralmente oposta àquela concebida, espalhada e inculcada pelo regime estado-novista.

Antes de partirmos em busca do mencionado objectivo, pensamos ser pertinente entender porquê, quando e como o Estado Novo desenvolveu esta construção cultural mitológica da África Portuguesa, sabendo que aproveitou, retocou ou consolidou ideias já existentes, bem como adicionou outras. Assim, na primeira das duas partes desta dissertação, ocupar-nos-emos da contextualização histórica desta ideologia colonialista e do tempo histórico até ao findar da Guerra Ultramarina. Sob o enfoque da História Contemporânea, pretendemos analisar as motivações e as razões apresentadas e inculcadas pelo Regime que faziam crer na existência de um grande e glorioso Império Português, do qual a África era não só parte indissociável como parte fundamental da sua construção e afirmação. Ou seja, recorrendo à análise de obras e de documentos históricos tentaremos contextualizar historicamente a afirmação do mito estado-novista da África Portuguesa nesta primeira parte

² João Medina, "As guerras coloniais de África (1961-1974) e a literatura portuguesa actual", in *Uma Vida em História - Estudos em homenagem a António Borges Coelho*, António Dias Farinha, José Nunes Carreira e Víctor Serrão (coord.), Lisboa, Editorial Caminho S.A., 2001, p. 640.

da dissertação. Na segunda parte, abordaremos, de forma algo sumária, a problemática da existência de uma literatura de guerra portuguesa, particularmente na literatura romanesca. Apresentaremos, para uma maior inteligibilidade do tema em análise, uma breve biografia dos escritores em apreço, bem como os resumos das obras em estudo. Através da leitura empírica e da análise das obras, estaremos em condições de identificar as imagens literárias que sustentam a negação do mito da África Portuguesa. Assim, pretendemos, por um lado, apresentar a realidade histórico-cultural em que a sociedade portuguesa se via emergida na época estado-novista e, por outro, explorar as imagens ficcionadas da realidade de África na literatura pós-colonial e através delas verificar que a África Lusíada não passava de uma deformada e falsa concepção de África e de Portugal.

Como é óbvio, esperamos que o leitor e/ou o estudioso se sinta aliciado por esta viagem em busca do conhecimento e que, no final, se sinta, tal como nós, mais esclarecidos e sabedores destas matérias.

Gostaríamos também de aproveitar esta ocasião para dedicarmos este trabalho de dissertação de mestrado à nossa família, que sempre nos apoiou, nos acarinhou e nos possibilitou chegar onde estamos hoje. Um eterno agradecimento especial e cheio de amor à nossa querida mãe por fazer dos seus sonhos os nossos e por sempre nos encorajar a trabalhar no sentido de os tornarmos realidade. É a ti, mãe, que devemos esta felicidade.

E gostaríamos ainda de expressar um grande e sincero agradecimento ao Professor Doutor Alexandre Luís, que incansável e amigavelmente orientou esta dissertação de mestrado. Foi com um sentido de procura do conhecimento incessante e com um companheirismo louvável, que nos ficarão de exemplo para a vida, que o Professor nos acompanhou e tornou esta dissertação possível. A si, Professor, pela sua magnífica sapiência, pelo seu precioso acompanhamento e pelo seu extraordinário humanismo, um sentido, enorme, e também eterno, obrigado. Por fim, estendemos a nossa gratidão à Professora Doutora Carla Sofia Luís, pelas palavras de incentivo e pelos conselhos formulados.

PARTE I

Portugal e o Continente Africano (Séculos XIX e XX)

1) A edificação do Terceiro Império Português (1822-1926)

Portugal, pequeno país abençoado com uma costa de mais de 840 km, não tardou a desenvolver uma estreita relação com o mar, incorporando-o na sua identidade e no ser da Nação Portuguesa. O Oceano Atlântico desde cedo acompanhou e propiciou a consolidação e o crescimento de Portugal, trazendo o mundo a nós e levando-nos até ao mundo. A expansão portuguesa pelo mar afora e o desejo por África registam os seus primórdios logo no reinado de D. Dinis³, sobretudo após o genovês Micer Emanuele Pezagno ter recebido, em 1317, a missão de reorganizar a armada real e de vigiar o Estreito de Gibraltar, bem como na sequência da criação, dois anos depois, da Ordem de Cristo, guardião do cristianismo peninsular. Sendo rei D. Afonso IV, os portugueses chegaram às Ilhas Canárias por volta de 1336, mas não conseguiram a sua jurisdição. O impulso aquático foi mantido por D. Fernando ao fundar a Companhia das Naus em 1380 e ao estimular o comércio marítimo. As crónicas de Fernão Lopes falam de uma Lisboa repleta de mercadores oriundos de diversas paragens e nacionalidades. Na óptica de alguns estudiosos, já nessa época “os portugueses constituíam [...] um povo marítimo e comerciante.”⁴ Motivos de índole política, económica e religiosa, numa complexa teia de interesses geoestratégicos, convenceram D. João I a apostar na formação de um senhorio no norte de África. A tomada de Ceuta aos mouros em 1415 é considerada “como o primeiro passo do caminho que leva os navegadores portugueses da

³ Cf. Jaime Cortesão, *Os Descobrimentos Portugueses - I*, Lisboa, INCM, 1990, p. 205.

⁴ Bailey W. Diffie e George D. Winius, *A Fundação do Império Português - 1415-1580*, vol. I, Lisboa, Vega, 1993, p. 53.

Península Ibérica ao Extremo Oriente e ao Brasil no fim do século XV”⁵, ou seja, aos grandes centros de gravidade do Primeiro e do Segundo Impérios, sendo por isso a data importantíssima na História marítima universal. Com o Infante D. Henrique, o *Navegador*, os portugueses chegaram à Madeira e aos Açores, passaram o Cabo Bojador e tentaram, sem sucesso e com muita dor, conquistar Tânger. A expansão portuguesa, estimulada pelo início da comercialização de ouro e de escravos, conheceu avanços significativos no reinado de D. Afonso V. A bem sucedida exploração da Guiné juntamente com a da Madeira e dos Açores comprovam um “movimento colonial de construção do Atlântico português”⁶ e as conquistas das praças de Alcácer Ceguer e de Arzila conferem a Portugal um enorme prestígio político e religioso. Progressivamente, “a Coroa portuguesa tornou-se proprietária de um império marítimo extenso”⁷ e com o objectivo de proteger o domínio luso sobre as terras conquistadas arrecadou as bulas pontíficas *Dum diversas*, *Romanus Pontifex* e *Inter caetera*, que garantiram a Portugal a jurisdição sobre as terras achadas ou por achar. Sob alçada de D. João II foram colocados vários padrões portugueses em África, encimados pela cruz da Ordem de Cristo, edificou-se o Castelo da Mina, lançou-se um protectorado espiritual sobre o Congo e Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança. Já com D. Manuel I, em 1498, cumpre-se um sonho antigo e Vasco da Gama chega finalmente à Índia das especiarias. O contributo científico de Portugal é bastante significativo, por exemplo, o litoral do continente africano é desenhado com singular precisão e findam-se alguns mitos que à época atormentavam os espíritos. Através da criação das suas próprias rotas comerciais, entre as quais se destaca a do Cabo, e com o incremento de novas técnicas de navegação, de guerra naval e de construção de fortalezas, Portugal consegue estabelecer a sua própria talassocracia, facto que lhe confere enorme prestígio.

Os Descobrimientos portugueses ganhariam novo fôlego quando, em 1500, Pedro Álvares Cabral descobre a Terra da Vera Cruz e quando, nas décadas subseqüentes, vários navegadores exploram o Oceano Pacífico chegando à China, Japão, Macau, etc. A impetuosidade conquistadora de D. Sebastião leva, em última instância, o país ao jugo filipino e, devido a diversos factores, Portugal assiste, nos finais do século XVI e princípios do XVII, à desintegração da sua hegemonia comercial no Oriente que se salda no conseqüente declínio do seu Primeiro Império. Inversamente, no Brasil, a colonização portuguesa, que passa por diferentes etapas, regista um enorme sucesso: as gentes são cristianizadas, as terras cultivadas com óptimos resultados e as riquezas do subsolo revelam-se, no ocaso de Seiscentos, imensas. Tamanhos êxitos e riquezas garantiram a emergência do Segundo Império Português, com o Brasil a funcionar claramente como a colónia mais profícua da Coroa Portuguesa. No entanto, em 1822, essas terras de sol e gentes quentes são declaradas independentes pelo seu *Imperador e Defensor Perpétuo* D. Pedro. A metrópole ressentem-se

⁵ Armelle Enders, *História da África Lusófona*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1997, p. 9.

⁶ Alexandre António da Costa Luís, *Na Rota do Império Português: da formação da nacionalidade ao apogeu imperial manuelino*, dissertação de doutoramento, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2008, p. 259.

⁷ Charles R. Boxer, *O Império Marítimo Português 1415-1825*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 38.

bastante desta perda e desde logo surge o intenso desejo de construir uma réplica do Brasil, mas desta vez em África, para que Portugal pudesse esculpir o seu Terceiro Império:

“[...] a historiografia tem vindo a marcar a existência de três impérios distintos na expansão ultramarina portuguesa: o do Oriente, que, formado nos inícios de Quinhentos, declina rapidamente nos finais do mesmo século; o do Brasil, que arranca por esta mesma altura, tendo o seu auge no século XVIII e o seu fim no primeiro quartel do seguinte; e o africano, que abre dificilmente caminho no decurso de Oitocentos, ganha consciência territorial nas primeiras décadas de Novecentos e termina com a descolonização, em 1975.”⁸

Ao longo de todo o século XIX, mas principalmente nas últimas décadas da referida centúria, a África foi vítima de sucessivos processos de colonização levados a cabo por várias potências europeias que procuravam, por exemplo, matérias-primas para as suas indústrias. Facto é que “*each colony became a specialized producer for the world market*”⁹, e de acordo com a nova mentalidade europeia, as colónias passam a ser sobrevalorizadas na medida em que são agora tidas como a base de sustentação fundamental a uma nação, tanto a nível económico como, sobretudo, a nível ideológico. Procurando então o suporte colonial tido por essencial à economia e à própria sobrevivência política do país, a causa colonialista ganha em Portugal novos adeptos e reúne consensos. O sonho de construir um novo Brasil rapidamente se afigura como a melhor solução para Portugal e por isso o seu “espírito colonizador voltou-se definitivamente para a África - última alternativa que lhe restava.”¹⁰ Portugal pensava em arquitectar, de facto, um sistema colonial perene que lhe conferisse estabilidade económico-financeira, protagonismo e prestígio político e internacional.

A Constituição de 1822, que declarava todos os habitantes do Império cidadãos portugueses e que oficializou a Língua Portuguesa, também “ligava indissolúvelmente Portugal aos seus territórios ultramarinos, visto que a Nação era considerada una e indivisível”¹¹. O seu artigo 20º não deixa dúvidas quanto ao carácter colonialista da Nação Portuguesa, definindo-a “como «a união de todos os portugueses de ambos os hemisférios» (artigo 20º)”¹², referindo-se então ao país propriamente dito, aos Arquipélagos, ao Brasil, às possessões asiáticas e às africanas. Todos os documentos oficiais posteriores à independência do Brasil, concedida em 1825, reiteram o cariz e posição colonialista de Portugal, pretendendo corroborar o sentimento de posse sobre as colónias em África: a Carta Constitucional de 1826, a Constituição de 1838, a Constituição de 1911 e a Constituição estado-novista de 1933 legitimam a presença de Portugal na África de forma indubitável.

⁸ Valentim Alexandre, “O Império Africano (séculos XIX e XX) - As linhas gerais”, in *O Império Africano - séculos XIX e XX*, Lisboa, Edições Colibri - Universidade Nova de Lisboa, 2000, p. 11.

⁹ Jonh Illefe, *Africans - The History of a Continent*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, p. 187.

¹⁰ Luís de Albuquerque, “Balanço da Expansão e da Colonização Portuguesa”, in *Portugal no Mundo*, vol. II, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 313.

¹¹ A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal - Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, vol. III, 13ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 194.

¹² Idem, *ibidem*, p. 194.

Em rigor, “será preciso esperar pela vitória liberal na guerra civil de 1832-1834 e sobretudo pela ascensão ao poder dos setembristas, em 1836, para encontrarmos um projecto imperial de alguma consistência”¹³. Paulatinamente, certos vultos acabam mesmo por orientar o seu pensamento para a temática da abolição do tráfico escravagista, entendendo tratar-se de uma premissa fundamental à evolução civilizacional de África. Um visionário como Sá da Bandeira defendia que “este «novo Brasil» deverá assentar na imigração e no trabalho livre [e que] assim, os Portugueses não continuarão a dirigir-se para o Brasil independente, mas para essas terras de futuro”¹⁴. Contudo, demorou ainda alguns anos até que o tráfico escravagista fosse realmente erradicado. Na verdade, as tentativas para desviar as rotas de emigração portuguesas não foram totalmente bem sucedidas, visto que os dados demográficos estimam, para o século XIX, um número de europeus fixados nas colónias africanas pertencentes a Portugal não muito volumoso. A construção do Terceiro Império não se mostrava fácil de concretizar. A portugalização da África revelava-se uma tarefa bastante custosa para um país que, tendo uma situação económica débil, não podia atrever-se a investir em serviços ou estruturas que levassem os portugueses a efectivarem-se em territórios africanos. Para além disso, a abolição das ordens religiosas em Portugal, corria o ano de 1834, veio dificultar ainda mais a penetração lusitana em África.

Almejando reverter a situação, com vista, portanto, a operar efectivamente a construção de um novo Império Português, foram iniciadas algumas expedições durante a década de 40 e o governo cabralista empreendeu de facto esforços no sentido de colonizar Angola, embora não tenha conseguido grandes resultados. Ainda assim, o africanista “Silva Porto [...] empreendeu algumas das mais importantes expedições na actual Angola e Zâmbia [e] fixando-se no centro de Angola, onde não havia então outros brancos, alcançou grande prestígio e influência entre os sobas africanos locais, que lhe permitiram levar a efeito uma verdadeira política geográfica e económica.”¹⁵ A Guiné foi também alvo de esforços de pacificação durante a década de 40 e, depois disso, seguiu-se um período sem explorações que logo findou com a criação da Sociedade de Geografia de Lisboa em 1875. Financiando as expedições, reúnem-se as condições para que Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens explorem Angola em 1877, para que em 1878 Serpa Pinto se torne num dos primeiros europeus a cruzar o continente africano e para que António Cardoso, Augusto Cardoso e Serpa Pinto explorem Moçambique. “As viagens de reconhecimento em África¹⁶ serviram inicialmente objectivos comerciais. [...] Os seus conhecimentos, ainda que empíricos, constituirão valiosa base sobre a qual técnicos abalizados elaborarão mais tarde os seus estudos científicos”¹⁷, aumentando consideravelmente o conhecimento que os europeus tinham acerca de África. Ainda assim, note-se que, na verdade, “o motivo principal de quase todas as viagens foi a necessidade de

¹³ Valentim Alexandre, “O Império Africano (séculos XIX e XX) - As linhas gerais”, in *O Império Africano - séculos XIX e XX*, p. 13.

¹⁴ Armelle Enders, *História da África Lusófona*, p. 60.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 167.

¹⁶ Vide Anexo I, p. 105.

¹⁷ João Barros Peralta, “Expedições militares e de reconhecimento em Angola e Moçambique na segunda metade do século XIX”, in *Portugal no Mundo*, vol. VI, p. 78.

afirmação de soberania ou suserania portuguesa sobre os territórios historicamente considerados sob a bandeira das quinas. Razões de ordem geográfica e económica estiveram também por detrás mas o seu papel foi secundário.”¹⁸ É então inolvidável o papel que a Sociedade de Geografia de Lisboa e a sua congénere Comissão Nacional Portuguesa de Exploração e Civilização da África, mais conhecida por Comissão de África, desempenharam, ao apoiar financeira e cientificamente o esforço colonial português e ao contribuir activamente para a efectivação da ocupação portuguesa, isto para além do esclarecimento que prestaram à opinião pública nacional e internacional.

Num contexto europeu francamente complicado, em que diversas potências europeias mostravam um interesse cada vez maior pela África, “foi sobretudo a concorrência estrangeira e o receio crescente de ser «roubado» daquilo que considerava território seu”¹⁹ que levaram Portugal a tentar a ocupação efectiva do território africano. Mas o governo de Sá da Bandeira caiu em 1859 e nos anos 60 a ala de Oliveira Martins e José Júlio Rodrigues punha em foque as dificuldades de manter tão vasto e longínquo território, em termos políticos financeiros e humanos. Já na década de 70 a tendência volta ao colonialismo, porque Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe conhecem significativos avanços em termos comerciais que melhoram substancialmente as suas capacidades económicas, e também porque em termos ideológicos a reafirmação do projecto imperial se apresenta como uma resposta à crise de identidade e de valores que se vivera na década anterior. Depois, a partir da década de 80, consolidou-se a corrida dos países europeus ao continente africano: “*During the last twenty years of the nineteenth century European Powers swiftly and painlessly partitioned the map of Africa among themselves. To implement the partition on the ground, however, was anything but swift or painless.*”²⁰ A Conferência de Berlim, realizada em 1885, pretendeu pôr termo a esta disputa e determinar os pressupostos que confeririam autoridade à presença de cada potência colonial em África. A principal resolução saída desta conferência foi a de que a ocupação efectiva dos territórios por determinada nação substituiria qualquer pretensão de direito histórico de outra nação sobre esse mesmo território. Assim, e a fim de manter as suas possessões, o governo português seria obrigado a um enorme e quase impossível esforço demográfico e financeiro que permitisse o estabelecimento definitivo da presença lusitana em África. Em Portugal tudo isto resultou no incremento de um sentimento nacionalista e de posse sobre África. Foi também esta a época em que a teoria do darwinismo social se estabeleceu, vindo a ser por várias vezes evocada como justificação para a subordinação dos povos africanos. A última década da centúria ficou marcada em Portugal pela grave crise política e diplomática gerada pelo Mapa Cor-de-Rosa²¹, ou melhor, pela reacção inglesa que se traduziu no famoso *Ultimatum*. O Mapa Cor-de-Rosa era o projecto português que pretendia unir na África centro-austral Angola a Moçambique, fazendo assim a ligação terrestre portuguesa entre o Oceano Atlântico e o Oceano Índico que corporizaria o sonho do

¹⁸ Oliveira Marques, *História de Portugal - Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, vol. III, p. 183.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 173.

²⁰ John Iliffe, *Africans - The History of a Continent*, p. 187.

²¹ Vide anexo II, p. 107.

novo Brasil no palco africano. Sonho que, contudo, não seria concretizável porque alguns desses territórios eram objecto da cobiça inglesa, a qual aspirava concretizar uma ligação contínua entre a África do Sul e o Cairo, no Egipto. Dado que em 1889 as tropas de Serpa Pinto ocuparam esses espaços indevidamente, Lord Salisbury prontamente enviou um *memorandum* intimando os Portugueses a retirar desses territórios, denominados na época de Rodésia e que actualmente ocupam áreas da Zâmbia, do Zimbabué e do Malawi. Salisbury dizia que as nações moribundas deviam dar lugar às novas potências e relembra a decisão tomada na Conferência de Berlim de fazer prevalecer os direitos de quem efectivamente ocupasse o território sobre os direitos históricos. A 11 de Janeiro de 1890, Portugal recebeu dos ingleses o *Ultimatum* que lhe exigia a retirada imediata e, claro, a monarquia nacional teve de ceder às imposições inglesas. O sonho de um novo Brasil tornara-se então irrealizável, pelo menos na sua plenitude. A contestação popular foi enorme e amplamente explorada pelos republicanos, mas depois fizeram-se negociações com a Inglaterra em 1890/91, que foram até bastante benéficas dado que o nosso velho aliado definiu "*recognized borders to Mozambique and Angola*"²², passando Portugal a possuir regiões de Angola ricas em diamantes que nem sequer estavam no Mapa Cor-de-Rosa. Entretanto os dois países fizeram tréguas por ocasião da guerra Anglo-Boer em 1899. Mas foi a intervenção da República portuguesa na I Guerra Mundial ao lado dos Aliados que permitiu a Portugal conservar o seu Império em África.

Regressando ao tema do Ultimato, em consequência deste ter sido sentido como uma humilhação e como um despojamento, consolidou-se na sociedade portuguesa um forte sentimento de posse sobre os territórios coloniais e uma consciência imperialista. Yves Léonard considera que

"o *ultimatum* de 1890 surge como a data-charneira em torno da qual se organiza um «antes» e um «depois» da ideia colonial em Portugal. Enquanto alguns evocam, antes da crise de Janeiro de 1890, a venda das colónias menos rendíveis, estas vêem-se subitamente investidas de um carácter sagrado em nome da «vocação colonial» do povo português. A questão colonial adquire um «carácter vital» e o património colonial, promovido a suporte de toda a «esperança de futuro» da nação portuguesa, torna-se então inalienável."²³

Houve, efectivamente, mudanças no imaginário português: doravante os conceitos de nação e império passam a ser indissociáveis. Com efeito, começam a estabelecer-se de forma inextinguível nos espíritos portugueses. Este novo conceito de colonialismo, "este renascimento do colonialismo [,] foi uma das características essenciais do moderno nacionalismo português nas últimas décadas de XIX."²⁴

²² Idem, *ibidem*, p. 191.

²³ Yves Léonard, "I - A Ideia Colonial, Olhares Cruzados (1890-1930)", in *História da Expansão Portuguesa*, (dir.) Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri; Temas e Debates e Autores, Círculo de Leitores, 2000, vol. IV, p. 521.

²⁴ Fernando Martins, "A questão colonial na política externa portuguesa: 1926-1975", in *O Império Africano - séculos XIX e XX*, p. 139.

Os ideais republicanos contaminam crescentemente a realidade lusitana na transição do século XIX para o XX e fizeram-se sentir particularmente depois da cena do *Ultimatum*. Depois da falhada tentativa de revolução em 31 de Janeiro de 1891, o Partido Republicano Português consegue dar o golpe de estado a 5 de Outubro de 1910 e José Relvas proclama a I República portuguesa. A perspectiva e a realidade colonial fizeram sempre parte da agenda política e propagandística da I República. Logo em 1913-14 o regime republicano elaborou alguma legislação destinada às províncias ultramarinas, como é o exemplo do Regulamento das Circunscrições Administrativas da Província de Angola pensado por Norton de Matos, ou ainda do Regime dos Altos-Comissários agora dotados de pleno poder executivo. A I República portuguesa delineou para as suas colónias um plano de descentralização que, sendo ambicioso, não pôde ser executado porque o país não tinha meios financeiros que o permitissem, e também porque a política de Sidónio Pais durante a I Guerra Mundial não o permitiu. Uma das medidas republicanas que mais impacto teve sobre as colónias lusitanas foi “a sua principal lei anti-religiosa: a Lei da Separação que [...] expulsou as ordens religiosas e a Companhia de Jesus dos domínios coloniais”²⁵, algo mais tarde considerado por muitos como funesto aos interesses de Portugal, e que o Sidonismo parcialmente reverteu.

Com o processo de colonização do continente africano a decorrer e a marcar largamente os primeiros anos da nova centúria, a apetência e a presença estrangeira junto às fronteiras das colónias ultramarinas tornou-se numa ameaça constante e num perigo iminente para a soberania de Portugal. Em boa verdade, “não há qualquer dúvida de que a África lusitana era, já antes do conflito de 1914-1918, objecto de cobiça eminentemente económica e estratégica, sobretudo por parte de potências como a Inglaterra, a Alemanha, a França e a Bélgica.”²⁶ Considera o Professor Doutor Manuel Braga da Cruz que “«o republicanismo cresceu em Portugal com o agudizar dos apetites de potências como a Inglaterra e a Alemanha pelas colónias portuguesas e a disputa de África está na base do nacionalismo republicano»”²⁷, que defendia a salvaguarda do Império Colonial Português como uma questão premente. Apesar das discordâncias acerca da beligerância ou não beligerância, era consensual a ideia da necessidade de preservar o conjunto colonial²⁸ e, por isso, o envio para Angola e Moçambique de contingentes militares para defesa do território era tido como necessário. Portugal precisava manter a soberania sobre as suas terras africanas e sabia que “se o País entrasse em guerra ao lado dos futuros vencedores - e o grosso da opinião pública não duvidava, pelo menos até 1916, de que tal vitória iria pertencer aos Aliados - o perigo de perda das colónias seria eliminado. [E] por outra parte, alinhar com as grandes potências significaria, para o jovem regime, um reconhecimento *de facto* que a República sentia não

²⁵ Pedro Miguel Sousa, *O Colonialismo de Salazar*, Lisboa, Occidentalis, 2008, p. 26.

²⁶ Alexandre António da Costa Luís, “No tempo da Primeira República: as aspirações nacionais que alimentaram a entrada de Portugal na Grande Guerra”, *Praça Velha - Revista Cultural da Cidade da Guarda*, Guarda, nº 27, *Centenário da República*, 1ª série, Junho de 2010, p. 46.

²⁷ Manuel Braga da Cruz, na apresentação da obra *A Primeira República e as Colónias Portuguesas* de José Miguel Sardica, a 20-12-2010; Disponível em: <http://centenariorepublica.pt/conteudo/primeirarepublicaecoloniasportuguesas>

²⁸ Vide anexo III, p. 109.

haver ainda conquistado”²⁹. Era quase unânime que o nacionalismo, o colonialismo e o republicanismo portugueses saíam favorecidos se a nação entrasse na Grande Guerra ao lado dos Aliados. O sentimento de posse sobre as colónias, fomentado pelos acontecimentos do século anterior, estava por esta altura cimentado nos espíritos lusos, e “diga-se que, para a sociedade portuguesa, habituada a recordar repetidamente a gesta dos Descobrimentos e da Expansão Marítima dos séculos XV e XVI e, por esta via, a prioridade histórica nacional em África, a necessidade imediata de proceder à defesa da soberania lusíada nos territórios ultramarinos emergia como a única questão que gozava verdadeiramente de consenso”³⁰.

Algum tempo depois do rebentamento do conflito mundial, a Inglaterra pediu a Portugal o bloqueio de todos os navios alemães em águas nacionais. Portugal anuiu e consequentemente a Alemanha declarou guerra ao nosso país em 9 de Março de 1916. Seguiram então novos contingentes lusos para o continente africano, enquanto o Corpo Expedicionário Português rumou à Flandres. Já em 1917-18, Unionistas, Monárquicos e muitas outras vozes exigiam que Portugal se retirasse do conflito, mas o fim da I Guerra Mundial chegaria em breve, a 11 de Novembro de 1918, com a vitória dos Aliados sobre os Impérios Centrais. No final, as consequências socioeconómicas e demográficas da participação portuguesa na guerra revelaram-se devastadoras para o país: as finanças públicas sofreram um grande impacto, visto que Portugal contraiu uma dívida de guerra demasiado avultada; o nível de vida baixou de modo considerável; e o número de mortos, estimado em alguns milhares, acrescido ainda de imensos feridos, era uma afronta para este pequeno e plurissecular país. Ainda assim, Portugal cumpriu com o objectivo de manter a integridade das suas colónias. Ao ter saído vitorioso, conseguiu salvaguardar a integridade de Angola e Moçambique e assegurar os seus direitos sobre as colónias através do *Tratado de Versalhes* de 1919. Quanto à aplicação do modelo governativo colonial republicano, a participação na I Guerra Mundial originou o efeito contrário ao pretendido, isto é, não foi possível ao regime implementar as medidas descentralizadoras estipuladas no Regulamento de 1913 e nas leis de 1914, voltando boa parte da política colonial à ideologia centralizadora e imperialista. Num profundo fôlego de reflexão acerca da questão imperial e de sensibilização da população surge em 1924 o

“*Movimento para a Defesa das Colónias* [que] vai integrar sectores muito diversos das elites políticas, desde o grupo da *Seara Nova* aos monárquicos e integralistas da cruzada Nun’Álvares, passando pelas Ligas Operária e Académica e por órgãos de imprensa como o *Diário de Notícias* e *O Século*, entre outros. Como ponto de união, a ideia de que a «missão de Portugal no mundo», a sua «finalidade histórica» estava na acção colonizadora, sendo o império por isso essencial à própria sobrevivência da nação”³¹.

²⁹ Oliveira Marques, *História de Portugal - Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, vol. III, p. 250.

³⁰ Alexandre António da Costa Luís, “No tempo da Primeira República: as aspirações nacionais que alimentaram a entrada de Portugal na Grande Guerra”, *Praça Velha - Revista Cultural da Cidade da Guarda*, p. 48.

³¹ Valentim Alexandre, “Nação e Império”, in *História da Expansão Portuguesa*, vol. IV, p. 141.

A temática colonial estava, portanto, bem viva e marcaria intensamente os anos seguintes.

2) A Ditadura e a África (1926-1974)

2.1) Da Ditadura Militar ao fim da II Guerra Mundial

“Parece um dado adquirido que o destino da Primeira República jogou-se, profundamente, durante o conflito de 1914-1918, ligando-se também, e sem surpresa, às consequências originadas por esta hedionda guerra total.”³² De facto, vários problemas que foram por essa altura emergindo, ou que então se agudizaram, acabaram por conduzir à queda da 1ª República e à instauração da Ditadura Militar pela mão do General Gomes da Costa na Revolução de 28 de Maio de 1926.

Anote-se que, doravante, o rumo das províncias portuguesas de além-mar seria delineado de acordo com moldes bastante diferentes dos dos republicanos, existindo, por exemplo, um claro retorno aos ideais da centralização do Império. Com João Belo, de 1926 a 1928, assiste-se a uma afirmação político-ideológica no sentido colonialista e nacionalista, bem visível nas Bases Orgânicas da Administração Colonial e no estatuto político, civil e criminal do Indígena. O desempenho de João Belo na pasta das Colónias, por breve que tenha sido, é de grande relevância, “sobretudo por antecipar nas suas linhas fundamentais a política colonial que virá a ser consignada poucos anos mais tarde no Acto Colonial.”³³

O governo militar em funções desde 1926 queria resolver a grave crise financeira em que Portugal se encontrava mergulhado e para tal o general Carmona Rodrigues convidou, em Abril de 1928, o Professor Catedrático António de Oliveira Salazar para liderar o Ministério das Finanças. *Expert* no tema, desde logo teceu o “milagre” financeiro que salvaria Portugal dos seus problemas económicos, advindos em parte dos encargos pelas expedições militares a Angola e Moçambique durante a I Guerra Mundial e dos gastos públicos implicados, da inflação registada no pós-guerra e da crise internacional provocada, pouco depois, pelo *crash* do Wall Street, na célebre quinta-feira negra de 24 de Outubro de 1929. Salazar conseguiu, como *a posteriori* se verificou, o equilíbrio das finanças públicas, a estabilização do Escudo português e a reposição da ordem financeira. E, de facto, com a sua “ditadura destruiu o pesadelo económico da democracia”³⁴. Ficou por isso conhecido como o *Salvador da Pátria*, mas, na verdade, seria “a África portuguesa, sorvedouro financeiro, [...] a primeira a pagar os custos

³² Alexandre António da Costa Luís, “No tempo da Primeira República: as aspirações nacionais que alimentaram a entrada de Portugal na Grande Guerra”, *Praça Velha - Revista Cultural da Cidade da Guarda*, nº 27, p. 53.

³³ *Nova História de Portugal*, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), vol. XII, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Fernando Rosas (coord.), Lisboa, Editorial Presença, 1992, p. 356.

³⁴ João César das Neves, “Divida Externa”, in *Dicionário da História de Portugal*, Joel Serrão (dir.), vol. VII, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 564.

da ortodoxia orçamental venerada por Salazar, antes de se tornar, mais tarde, a melhor ilustração da política autárquica do Estado Novo.”³⁵

Salazar foi declarado Ministro Interino das Colónias em inícios de 1930 e apesar de ter permanecido nesse cargo apenas por meio ano conseguiu delinear uma nova estratégia colonial, tanto a nível financeiro como administrativo, de acordo com a sua ideologia colonial e nacionalista. Logo no início das suas funções fez saber que pretendia redigir e fazer aprovar um “Acto Colonial, conforme o nosso espírito histórico, nacionalista e civilizador, [que] traduz[a], além de certas reivindicações fundamentais, a necessidade de ordem na administração e govêrno das colónias”³⁶. Este Acto Colonial deveria designar inequivocamente o conceito de império, determinar concretamente o conceito de Nação Portuguesa e suas partes constituintes, estabelecer a concentração de poderes no poder central e fomentar a constituição de uma nova e forte ordem nacional. Quando exposto à apreciação do III Congresso Colonial Nacional, a nomenclatura usada gerou logo uma enorme controvérsia: expressões como Acto Colonial, Império Colonial Português e Colónias eram rejeitadas por algumas figuras, como Cunha Leal por exemplo, por considerarem a designação de Império demasiado ousada e desajustada da realidade, preferindo a denominação de Império Ultramarino e Províncias Ultramarinas, nomenclatura, em sua opinião, mais adequada e ajustada à História de Portugal e que, aliás, tinha sido a terminologia usada nas Constituições portuguesas desde 1822 até à época republicana. Outras figuras, como Henrique Galvão, defendiam a terminologia imperial já utilizada pela Ditadura Militar e acreditavam na possibilidade de se construir uma aliança entre o Portugal metropolitano e o Portugal ultramarino. Por fim, o Conselho Superior das Colónias sentenciava a favor da terminologia imperial por considerá-la mais de acordo com a tradição constitucional portuguesa. Assim, no Art. 3º do Título I do Acto Colonial, estabelecia-se que “os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português”³⁷. Com o Acto Colonial Salazar queria também mostrar a potencialidade colonial de Portugal e ostentar perante a Europa um país orgulhoso das suas directrizes, capaz de manter e dirigir o Império que lhe havia sido legado pelos seus nobres ancestrais.

O Acto Colonial tinha 47 artigos organizados em quatro títulos: I - Garantias Gerais, II - Indígenas, III - Regime Político e Administrativo e IV - Garantias Económicas e Financeiras, sendo todo ele pautado pelo colonialismo. No Título I - Das garantias gerais, o Art. 2º preconiza que “é da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendem.”³⁸ Estabelecia-se então a vocação imperial portuguesa, o Ser de Portugal como potência colonizadora e, por isso, administradora suprema das suas colónias. Neste sentido de regedor único, o Art. 7º estabelecia que “o Estado não aliena, por nenhum modo,

³⁵ Armelle Enders, *História da África Lusófona*, p. 82.

³⁶ Salazar, discurso de 28 de Maio de 1930, “Ditadura Administrativa e Revolução Política”, *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra, Coimbra Editora Limitada, vol. I - 1928-1934, 1935, p. 57.

³⁷ “Acto Colonial, Título I -Das garantias gerais”, *O Estado Novo - União Nacional*, Imprensa Nacional de Lisboa, 1933, p. 57.

³⁸ *Ob. cit.*, “Título I -Das garantias gerais”, p. 57.

qualquer parte dos territórios e direitos coloniais de Portugal”³⁹. O Art. 8º deliberava que “nas colónias não pode ser adquirido por governo estrangeiro terreno ou edifício para nêle ser instalada representação consular senão depois de autorizado pela Assembleia Nacional”⁴⁰. O Art. 11º determinava que “de futuro a administração e exploração dos portos comerciais das colónias são reservados para o Estado”⁴¹ e o artigo 12º restringia a implementação das empresas singulares ou colectivas. As facetas nacionalista, colonizadora e centralista do Regime ficavam assim bem patentes.

No Título II - Dos indígenas, o Art. 15º assentava que “o Estado garante a protecção e defesa dos indígenas das colónias”⁴². Os artigos 18º, 19º e 20º estabeleciam os parâmetros legais para o trabalhador indígena, preconizando o direito à remuneração, ao livre-arbítrio e à assistência, e ditavam a proibição do trabalho forçado, mas o Art. 20º exceptuava: “o Estado somente pode compelir os indígenas ao trabalho em obras públicas de interesse geral da colectividade, em ocupações cujos resultados lhes pertençam, em execução de decisões judiciais de carácter penal, ou para cumprimento de obrigações fiscais.”⁴³ Assim, numa manobra dissimulada e manipuladora, o regime determinava ainda a inclusão das chamadas culturas obrigatórias, que mais não eram do que uma forma coerciva de integração dos camponeses africanos na economia colonial. A cultura forçada do algodão, regulamentada em 1926, foi implementada na década de trinta e anos mais tarde seria palco de intensos e sanguinários confrontos entre trabalhadores e polícia colonial. Depois, o artigo 23º do Acto Colonial concedia às populações colonizadas o respeito pelos seus usos e costumes tradicionais, “a liberdade de consciência e o livre exercício dos diversos cultos, [mas] com as restrições exigidas pelos direitos e interesses da soberania de Portugal”⁴⁴. Infelizmente, larga fatia desta teorização não foi posta em prática e, efectivamente, o trabalho forçado era uma realidade; a assistência não existia e as liberdades individuais não eram respeitadas. Neste Título II ficava ainda determinado a estratificação social do Homem: existiam diferentes estatutos para os membros das populações, diferenciando-se *civilizados*, *assimilados* e *indígenas*. Esse estatuto era determinado de acordo com uma hierarquia estabelecida em função da raça, da cor da pele, do nível social, ou de acordo com o seu “estado de evolução”⁴⁵ civilizacional. Note-se que à época o darwinismo social era uma teoria bem aceite pela generalidade dos europeus e serviu de base a vários estados colonialistas para instrumentalizar e explorar povos, como aconteceu, por exemplo, na África do Sul durante o regime do Apartheid. Assim, “a distinção entre «civilizado» e «indígena» era corrente na prática colonial portuguesa (como na estrangeira), estando também já expressa em legislação avulsa e designadamente no *Estatuto Político, Civil, e Criminal de Angola e Moçambique*

³⁹ *Ob. cit.*, “Título I -Das garantias gerais”, p. 58.

⁴⁰ *Ob. cit.*, “Título I -Das garantias gerais”, p. 58.

⁴¹ *Ob. cit.*, “Título I -Das garantias gerais”, p. 59.

⁴² *Ob. cit.*, “Título II -Dos indígenas”, p. 60.

⁴³ *Ob. cit.*, “Título II -Dos indígenas”, p. 60.

⁴⁴ *Ob. cit.*, “Título II -Dos indígenas”, pp. 60, 61.

⁴⁵ *Ob. cit.*, “Título II -Dos indígenas”, p. 60.

publicado em 1926 e reformulado em 1929.”⁴⁶ Segundo a perspectiva etnocêntrica de Salazar, os indígenas eram apenas uma espécie de vassalos subjugados à protecção do Estado Português e, em rigor, nem sequer faziam parte da Nação Portuguesa, dado que não possuíam competências sócio-culturais dignas do estatuto de cidadão português.

No Título III - Do Regime Político e Administrativo, ficava estabelecido que o controlo político e administrativo das colónias pertencia à metrópole, sendo da exclusiva competência do Ministro das Colónias e do governo salazarista os poderes legislativos e administrativos sobre as colónias.

E, finalmente, no Título IV - Das garantias económicas e financeiras, impunha-se o fim de qualquer independência financeira para as colónias, subjugando-as totalmente aos ditames do Regime. Instituíam-se assim aquilo a que Carlos Fortuna apelida de economia imperial autárquica, ou seja, o “fechamento da economia nos limites daquilo que se convencionou chamar «autarcia económica de Salazar»”.⁴⁷ A aprovação dos orçamentos das colónias dependeria apenas do Ministro das Colónias e estas deixavam de poder contrair empréstimos no estrangeiro. Decretou-se ainda a nacionalização e integração das economias coloniais, regulamentou-se a implementação da indústria, que praticamente não era permitida nas colónias, isto para não lesar a indústria metropolitana, e estatuíram-se as relações comerciais que conferiam primazia à metrópole, não deixando qualquer liberdade e muito pouca margem de manobra às colónias em termos estratégico-financeiros. Com o Acto Colonial, “o salazarismo elabora [...] uma doutrina colonial que pode parecer egoísta, nefasta e opressiva, mas não o é tanto assim, se se comparar com o que se passava na África belga, italiana, francesa e até nalguns lugares da África britânica desses anos”⁴⁸, não querendo isto, obviamente, tornar eufémica a política colonial portuguesa.

Em Julho de 1932, Salazar foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros e inicia-se o período da apelidada *República Nacional e Corporativa*. Em 1933, foi criada uma tenaz polícia política, a PVDE, destinada a reprimir a contestação ao novo Regime e a salvaguardar a ordem e unidade nacionais. De resto, uma das primeiras acções do novo regime foi livrar-se da partidocracia que, em sua opinião, originava oposições ideológicas e políticas geradoras de conflitos nefastos à governação. Com a aprovação da Constituição de 1933, o Estado Novo assumiu definitivamente uma forma nacionalista, colonialista, unitarista, autoritária, anti-democrática e anti-liberal. Atestando o carácter unitário e anti-democrático do Estado Novo, em Maio de 1934, à União Nacional foi incumbida a “função primordial de institucionalização do regime e de construção do corporativismo”⁴⁹, constituindo, portanto, uma agremiação autorizada e centralizada próxima do governo, isto é, sem figurar oficialmente como um

⁴⁶ Valentim Alexandre, “Acto Colonial”, in *Dicionário da História de Portugal*, vol. VII, p. 44.

⁴⁷ Carlos Fortuna, “O Tempo e o Modo de Dominação Colonial do Estado Novo”, in *O Estado Novo - das Origens ao Fim da Autarcia 1926-1959*, vol. II, António Costa Pinto (org.) [et al.], Lisboa, Editorial Fragmentos, 1987, p. 83.

⁴⁸ Filipe Nunes de Carvalho, “Colonização”, in *Dicionário da História de Portugal*, vol. VII, p. 365.

⁴⁹ Manuel Braga da Cruz, “União Nacional”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Fernando Rosas e J. M. Brandão Brito (dir.), Círculo de Leitores, 1996, p. 989.

partido, operava como uma espécie de movimento de regime que ajudava a vencer os (pseudo) actos eleitorais.

O Acto Colonial, o primeiro documento constitucional do novo Regime, transmitia de forma clara a política colonial e a ideologia colonialista de que se revestia a nova ditadura, conduzindo à centralização de poderes e à efectivação do Império Português. Salazar eleva o Acto Colonial a pilar político-constitucional do regime e com ele inaugura a mais forte fase imperialista de Portugal, que haveria de se transformar numa autêntica mística. Economia e mística imperial aliar-se-iam no rol de argumentos estado-novistas ditos irrefutáveis para justificar a presença portuguesa em África, mais, a portugalização da África. Um dos grandes teorizadores da África Portuguesa e impulsor desta mística imperial foi Armindo Monteiro, Ministro das Colónias entre 1931 e 1935. Note-se, contudo, que “com o Acto Colonial não é evidente que tudo tenha começado em mística; o político, a política, foram provavelmente os primeiros. Em contrapartida, é evidente que tudo acabou em mística, não em 1940 com a Exposição do Mundo Português, mas muito mais tarde, na década de sessenta”⁵⁰.

Armindo Monteiro considerava que “falta ao Império uma doutrina colonial, firmada na secular experiência do povo, meditada sobre as lições das nossas vitórias e das nossas derrotas, dos êxitos que coroaram as empresas em que nos empenhamos e nos revezes que obstaram ao desenvolvimento das ambições colectivas, uma doutrina que indique o futuro, depois de haver balanceado as virtudes e os defeitos da raça. Tem de erguer-se a «Ciência Colonial Portuguesa» sobre a base da nossa experiência ultramarina.”⁵¹ Sendo então um acérrimo ideólogo da causa colonial, Monteiro opera a construção de uma mística imperial que caracterizará o regime estado-novista e que será amplamente difundida e incutida nos espíritos dos portugueses durante décadas. Monteiro usava-se de uma série de argumentos que justificavam a presença lusitana em África, destacando-se a premissa do direito histórico de Portugal sobre as colónias e o dever de civilizar os povos africanos. O valor da obra feita, argumentava, durante cinco séculos, seria de inestimável valor e teria de ser continuada. A “«protecção das raças inferiores [e o seu] chamamento à nossa civilização cristã é uma das concepções mais arrojadas e das mais altas obras da colonização portuguesa”⁵². A ideologia apregoava a genialidade colonizadora do português, que apurada durante séculos em terras de além-mar, fazia crer que os portugueses tinham um especial dom civilizacional, imbuído de um grande humanismo e de uma fé cristã inabalável. Monteiro afirmava que era fundamental levar a civilização aos indígenas e fazê-los sair do seu atraso natural, algo que seria conseguido através da sua conversão à religião cristã e através da aprendizagem. Acerca deste tema da aprendizagem e processo civilizacional Monteiro discorria:

⁵⁰ Yves Léonard, “O Império Colonial Salazarista”, in *História da Expansão Portuguesa*, vol. V, p. 24.

⁵¹ Armindo Monteiro, discurso de 12 de Fevereiro de 1932, “A falta de uma doutrina colonial portuguesa”, *Para uma Política Imperial - alguns discursos do ministro das colónias Doutor Armindo Monteiro*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1933, p. 45.

⁵² *Nova História de Portugal*, Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), vol. XII, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Fernando Rosas (coord.), p. 368.

“Nas escolas ou missões, nas explorações agrícolas ou pecuárias, no contacto com os nossos técnicos e demonstradores, o preto tem aprendido formas superiores de trabalho e necessidades desconhecidas; compreende que ricas e insuspeitadas paisagens existem para além dos acanhados horizontes da sua existência. Julgo que a selecção irá operando os seus efeitos e que, dentro de poucas dezenas de anos, da face da Terra terão desaparecido as raças negras que não puderam escalar as ásperas sendas da civilização. Mas as outras salvar-se-ão - raças de nobres combatentes, aptas para enfrentarem todas as lutas e sacrifícios; raças com forte sentimento de honra e dignidade colectiva, capazes de compreenderem a beleza da disciplina e de a ela se sujeitarem; raças que no império saberão ser portuguesas e que, como tal, desde já irredutivelmente se consideram. A maioria dos povos negros ficará, para povoar a selva, dando à Pátria os trabalhadores agrícolas e soldados que em África lhe são precisos - soldados de admirável tropa negra, que à História de Portugal já estão ligados por páginas da mais pura glória».”⁵³

Tal como instituído no Acto Colonial, Portugal teria o direito e o dever histórico de civilizar as gentes das suas colónias, seria essa a nobre missão dos portugueses em África. Este pretense acto altruísta conferia à colonização portuguesa uma legitimidade única, e por causa desta *predestinação histórica*, como Salazar lhe chamava, a colonização à portuguesa não poderia ser confundida com outras colonizações, porque, apesar de Portugal não ser economicamente próspero para empreender uma colonização económica e mercantil, tínhamos uma “capacidade inata [...que] confere ao colonialismo português como que uma superioridade moral sobre os outros projectos coloniais: ele actua nos substratos mais profundos, lá onde a «dádiva civilizacional» se torna irremovível. O desprendimento e o sacrifício são factores distintivos que valorizam a colonização portuguesa”⁵⁴. Mas na realidade não era o Estado quem operava essa conversão do indígena à civilização, eram sim as missões religiosas, que, recuperando o seu estatuto com o advento salazarista, se dedicavam à instrução e civilização dos nativos. Depois das políticas republicanas terem, na opinião de Salazar, prejudicado imenso a acção da Igreja em território ultramarino, agora “a missão era [...] encarada pelo Estado Novo como um importante factor para a manutenção e civilização do Império”⁵⁵. O artigo 24º do Acto Colonial dispunha que as missões católicas portuguesas constituíam ferramentas indispensáveis à civilização das gentes das colónias e o Regime via na Igreja um aliado indispensável para a concretização da África Portuguesa. No sentido de concretizar obra, ambas as entidades assinaram diversos acordos, como Estatuto do Missionário, a Concordata, ou o Acordo Missionário, e em estreita cooperação de planos criaram-se bispados de acordo com as áreas administrativas. A Igreja contribuía largamente para a aculturação e lusitanização daqueles que viviam nas colónias e por isso as Missões eram consideradas de utilidade pública. Apesar desta aproximação e

⁵³ Armino Monteiro, discurso de 1 de Junho de 1933, “A elevação do nível de vida dos negros”, *Para uma Política Imperial - alguns discursos do ministro das colónias Doutor Armino Monteiro*, pp. 106, 107.

⁵⁴ Luís Cunha, *A Nação nas Malhas da sua Identidade: o Estado Novo e a construção da identidade nacional*, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 97.

⁵⁵ Pedro Miguel Sousa, *O Colonialismo de Salazar*, p. 35.

colaboração iniciais, a autonomia do Estado em relação à Igreja foi mantida: segundo Salazar, o poder governativo e material pertenciam ao governo e a acção religiosa e espiritual à Igreja, posição que possibilitava ao Estado “limitar a ingerência dos católicos, como força própria, nos assuntos de gestão política da sociedade.”⁵⁶

A África Portuguesa, à parte da concretização física, teria de ser uma concretização espiritual, teria de existir dentro dos corações dos portugueses. Monteiro dizia que o corpo e alma de Portugal eram as colónias, género de máxima que, em poucas palavras, explicava a essência da filosofia colonialista estado-novista. E reflectia:

“Portugal pode ser apenas uma nação que possui colónias ou pode ser um império. Este será a realidade espiritual de que as colónias sejam a corporização. A par da extensão territorial, o Império resulta, sobretudo, da existência de uma mentalidade particular. Funda-se esta, essencialmente, na certeza que a nação possui o valor da obra que já realizou, na vontade de a seguir ininterruptamente, na convicção de que pode prosseguir-la, vencendo tôdas as dificuldades - porque é êsse o seu direito. Sem que esta mentalidade exista, não haverá império e não poderá haver política imperial. [...] Crê na Pátria como uma força perpétuamente viva, pensamento activo, energia ardente que os séculos hão de eternizar - e que, por haver conquistado grande lugar no mundo, quere inflexivelmente mantê-lo.”⁵⁷

Para que esta consciencialização imperial chegasse a todos, e “num Estado que, nos anos 30, aspira a regenerar e formar os espíritos de acordo com as suas certezas indiscutíveis, a pedagogia de inculcação ideológica, simultaneamente impositiva, formativa e repressiva, é um dever inerente à própria função pública”⁵⁸. O importante era que a mensagem imperial chegasse ao espírito de cada um e de todos os portugueses. Com esse objectivo, o Estado Novo lançou, logo nas primeiras décadas da sua vigência, uma Política de Espírito Imperial que pretendia restaurar a mística imperial e a ideia de que o Império Colonial Português era o fundamento da, e fundamental à, identidade da Nação Portuguesa. Era então necessário construir-se uma consciência imperial colectiva. Para consegui-lo só o Acto Colonial, *per si*, não seria suficiente, pelo que, durante as décadas de trinta e quarenta, o regime erigiu e fez operar uma impressionante máquina de propaganda que resultaria, em última instância, na estruturação de uma consciência pública que, para além de não questionar as políticas coloniais estado-novistas, louvava a sua obra imperialista e entendia-a como uma necessidade vital à consolidação da Nação Portuguesa. O sonho imperial era o caminho a seguir por Portugal: cumpria inculcar esta ideia nas massas. O Estado Novo pretendia plantar o sentimento colonialista “no espírito de todos e de uma forma total: na família, nas escolas, nas aldeias, nas oficinas, nas ruas, no lazer, no quotidiano. Em suma, era necessária a

⁵⁶ António Matos Ferreira, “A Acção Católica - questões em torno da organização e da autonomia da acção da Igreja Católica (1933-1958)”, in *O Estado Novo - das origens ao fim da autarcia 1926-1959*, vol. II, p. 283.

⁵⁷ Armindo Monteiro, discurso de 20 de Fevereiro de 1932, “A ideia de império”, *Para uma Política Imperial - alguns discursos do ministro das colónias Doutor Armindo Monteiro*, p. 56.

⁵⁸ *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), vol. VII, *O Estado Novo (1926-1974)*, Fernando Rosas (coord.), Lisboa, Editorial Estampa, s/d, p. 292.

propaganda. Não deixada ao livre-arbítrio de cada um, mas como propaganda do Estado. Como «política de espírito».⁵⁹

A Agência Geral das Colónias, criada em 1924, tinha por objectivo informar a opinião pública metropolitana e ultramarina acerca da temática colonial. Consolidando-se como um espaço destinado à divulgação da ideologia imperialista do Estado Novo, produziu algumas das “publicações periódicas mais importantes deste período: Anuário do Império Colonial Português, Boletim de Legislação Ultramarina Portuguesa, O Mundo Português, Permanência e, sobretudo, o Boletim Geral das Colónias, «revista» de carácter informativo e propagandístico”⁶⁰. Na imprensa destacam-se ainda a colecção Pelo Império destinada às pessoas menos eruditas e os periódicos Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Biblioteca Colonial Portuguesa, Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo, Temas Lusíadas, a Colecção de Relatórios e Documentos Coloniais, entre outros. Muitos dos artigos eram traduzidos para inglês e francês e eram destinados à propaganda internacional. Assistiu-se também ao despoletar de imensa informação destinada aos média: na rádio, a Emissora Nacional divulgou noticiários como o «Jornal Radiofónico do Império Português» e rubricas de temática colonial como a «Voz do Império»; na televisão emitiam-se palestras e documentários regulares como «O Império Português» e «Portugal além Europa»; e no cinema estreava, em 1940, o filme “Feitiço do Império”, da autoria de Lopes Ribeiro. O Secretariado de Propaganda Nacional, criado em 1933, viria a ser um organismo de propaganda do regime liderado pelo jornalista e escritor de pendor fascista António Ferro. O SPN, que em 1945 viu o seu nome mudado para Secretariado Nacional de Informação (SNI), deu uma importante ajuda à Agência Geral das Colónias no que concerne à fomentação da Política de Espírito. Outra forma persuasória que estes organismos utilizaram para cativar e consciencializar o público acerca da questão imperial foi a organização de congressos e exposições coloniais. Entre congressos poder-se-ão destacar a Conferência Imperial Colonial de 1933 e o I Congresso de Intercâmbio Comercial com as Colónias do mesmo ano, e ainda a I Conferência Económica do Império Colonial de 1936. Quanto às exposições, cuja finalidade era a didáctico-pedagógica, e que incluíam mostras de produtos coloniais, iconografia, filmes e bibliografia, destacam-se: a I Exposição Colonial Portuguesa de 1934, organizada por Henrique Galvão no Porto e que ficou para a História como uma das mais importantes e significativas realizações da política de espírito estado-novista; as exposições relativas a temas e figuras históricas do colonialismo português, como o “V Centenário do Descobrimento da Guiné (1946); a exposição de Arte Sacra Missionária (1951); o Centenário de Mousinho de Albuquerque (1955); o V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (1960)”⁶¹, a Exposição Comemorativa do Centenário do Nascimento de Serpa Pinto, etc. Entre várias, a exposição que mais se destacou e que mais importância alcançou foi a Exposição do Mundo Português de 1940, em Lisboa, que teve uma imensa afluência e influência sobre os seus visitantes: “Esta exposição [...] iria marcar o

⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 292.

⁶⁰ João Carlos Paulo, “Agência Geral das Colónias /do Ultramar, in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, p. 23.

⁶¹ João Carlos Paulo, “Exposições Coloniais”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, p. 328.

apogeu não somente desta «mística imperial», mas também do processo de integração da ideia colonial na ideologia nacionalista.”⁶² Das exposições realizadas no estrangeiro destacam-se a Exposição Internacional de Paris em 1931 e a Exposição Internacional de Nova Iorque em 1939. Com a mudança de terminologia operada aquando da reforma constitucional de 1951, a Agência Geral das Colónias passou a chamar-se Agência Geral do Ultramar, mas as suas funções permaneceram, no essencial, iguais. Ainda a respeito da Agência, “importa sublinhar o papel fundamental deste organismo, tanto na promoção das mais diversas acções de propaganda como no apoio e colaboração prestadas a iniciativas particulares e a outras instituições: SNI, Mocidade Portuguesa, Academia de Ciências, Junta de Investigação do Ultramar, etc.”⁶³ No desígnio de atingir todos os cidadãos, os tentáculos da Agência Geral das Colónias estendiam-se às escolas e centros de Mocidade Portuguesa, às sociedades científicas ou culturais, às associações corporativas e laborais, etc.

Bem ao estilo fascista, a escola era indubitavelmente um espaço de modelagem de consciências, onde desde cedo se incutia a mensagem imperialista nos espíritos dos mais novos. O regime estado-novista arquitectou na época uma pedagogia imperialista que inculcava nas mentes estudantis uma ideia de perfeccionismo do colonialismo português e da sua missão no mundo. Foi neste sentido que Carneiro Pacheco introduziu diversas reformas no ensino, entre as quais a inclusão da disciplina intitulada de Organização Política e Administrativa da Nação. Tendo como finalidade despertar e desenvolver a consciência patriótica, refizeram-se os conteúdos programáticos escolares, particularmente os da História de Portugal, que davam agora especial ênfase a períodos áureos da nossa História, como a criação do reino de Portugal, os Descobrimentos, a Restauração da Independência, etc., e às figuras que, a seu ver, eram as mais preponderantes, como Afonso Henriques, o Infante D. Henrique, Camões, Nun’Álvares, entre outros. Não deixa de ser interessante observar que esta reprogramação escolar “criava igualmente os anti-heróis, como [...] o Marquês de Pombal, os liberais e os republicanos”⁶⁴. Carneiro Pacheco criou ainda a Organização das Mães para a Educação Nacional e, também ao estilo fascizante, os tempos-livres serviam de veículo à propaganda do regime. Assim, procedeu-se ao enquadramento dos jovens na Mocidade Portuguesa (1936) e na Mocidade Portuguesa Feminina (1937), que chegariam às colónias em 1939. Tinham estas organizações como objectivo amestrar as camadas juvenis da população e imprimir-lhes no espírito os valores de Deus, Pátria, Família, Autoridade e Trabalho, tidos como dogmas do Estado Novo. Depois, em idade pré-adulta e adulta, poder-se-ia ingressar na Legião Portuguesa criada também em 1936. A propaganda e o controlo estado-novista continuavam pela vida adulta através do enquadramento do cidadão em associações corporativas e laborais, como os sindicatos nacionais, as casas do povo, a Federação Nacional para a Alegria no Trabalho, etc., “cada uma delas com a sua propaganda sectorial própria, com o seu espectáculo próprio: boletins, paradas, confraternizações, excursões, missas,

⁶² Yves Léonard, “O Império Colonial Salazarista”, in *História da Expansão Portuguesa*, vol. V, p. 28.

⁶³ João Carlos Paulo, “Acto Colonial”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, p. 24.

⁶⁴ Pedro Miguel Sousa, *O Colonialismo de Salazar*, p. 50.

acampamentos, congressos, comícios, bodos aos pobres, etc.”⁶⁵, desfiles histórico-comemorativos e até marchas populares. Ficam como exemplo as grandes Comemorações Henriquinas de 1960, homenageando a personagem-chave da mitologia que faz o elo entre nação e império. A propaganda estava em todo o lado e era eficaz a passar a sua mensagem. Os valores desta mística imperial tornaram-se numa realidade inquestionável, indiscutível e incriticável, conseguindo tomar este carácter de *mito* enquanto verdade absoluta. Foi desta forma que a ideia do grande e louvável Império Colonial Português perdurou no imaginário das pessoas durante um longo período de tempo.

Enquanto Portugal vivia inebriado nesta mística imperial, a Europa assistia ao engrandecimento do império alemão comandado por Hitler. O *Führer* nutria uma tal ambição imperial que, em última instância, conduziu a Europa à II Guerra Mundial, e o facto de Portugal se ter mantido fora do conflito, ocorrido entre 1939 e 1945, conferiu grande prestígio a Salazar. Contudo, depois do fim da guerra, Portugal tornar-se-ia alvo de críticas internacionais, acusado de imperialismo e de falta de liberdade e equidade nas suas colónias.

2.2) A resistência à descolonização (1945-1961)

A conjectura ideológica que emergiu depois da II Grande Guerra apelava à paz e à liberdade. Com a temática dos Direitos do Homem no centro das atenções, cresceu uma nova consciência sobre o Ser Humano, que reclamava também a libertação dos povos oprimidos. “Após o término deste conflito, desenvolveu-se a concepção de que o princípio da autodeterminação e independência não só era um direito dos países europeus [...] como tinha, igualmente, um alcance universal. Considerava-se então que o princípio da autodeterminação deveria ser extensível a todos os territórios sob domínio colonial. Este princípio ficou consagrado em 1945 na *Carta da Organização das Nações Unidas* (ONU).”⁶⁶ O seu artigo 73º denuncia expressamente o colonialismo, dando voz àqueles povos que estando sob o jugo colonial desejam autonomia e independência. Portugal, sendo membro da ONU desde 1955, também seria impelido a descolonizar os seus territórios e a auxiliá-los na construção e no desenvolvimento de estruturas políticas que lhes permitissem total autonomia. A ONU foi a organização que, à época, mais projectou o ideal anticolonialista. De facto, “pela abertura ao mundo que proporciona aos Africanos, pelas missões de inquérito que pode introduzir até no antro sul-africano do racismo, pelas múltiplas acções *ad hoc*, e pelas instituições especializadas, como a UNESCO, através do mar de discursos e das montanhas de relatórios, trabalha no sentido do despertar nacional africano.”⁶⁷ O ideal do anticolonialismo ia

⁶⁵ *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), vol. VII, *O Estado Novo (1926-1974)*, Fernando Rosas (coord.), p. 293.

⁶⁶ Joel da Silveira, “As guerras coloniais e a queda do Império”, in *Portugal Contemporâneo*, vol. 5, pp. 72 e 73.

⁶⁷ Josehp Ki-Zerbo, *História da África Negra*, 3ª ed., Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999, vol. II, p. 162.

progressivamente conquistando terreno e o contexto internacional ditava o fim dos impérios coloniais. Países outrora colonialistas como a Inglaterra e a França passavam a conceder a independência às suas colónias. Na sequência desta mudança de ideologia, o Estado Novo viveu entre “1941-1949 - A primeira crise histórica do regime, fruto do impacte da Segunda Guerra Mundial. O impacte político da vitória das democracias sobre os regimes nazi-fascista, e o impacte económico e social do conflito sobre as condições de vida da população”⁶⁸ causaram uma brutal ruptura com os valores acreditados anteriormente. Como tal, a pressão internacional que se exercia sobre Portugal para que procedesse à descolonização dos seus territórios ultramarinos seria cada vez maior. Foi ainda em 1944 que o Estado Novo foi confrontado com a possibilidade da perda territorial, uma vez que o espaço de Timor corria sério risco de ser eliminado da alçada portuguesa. Salazar, astuto neste tipo de manobras, cedeu o direito de utilização da Base das Lajes (Açores) aos EUA em troca de favores que levaram à manutenção de Timor. Por outro lado, dá-se a rejeição da soberania portuguesa sobre Goa, Damão e Diu pelo novo Estado da União Indiana, logo após a sua independência, datada de 1947. Prontamente, Salazar negou a justiça das reivindicações indianas. O Império continuava, portanto, inalienável. Todavia, o Ditador ver-se-ia crescentemente obrigado a discutir o outrora indiscutível tema Pátria, porque o Regime, “tendo conseguido habilidosamente defender a posse das colónias durante a Segunda Grande Guerra sem se envolver no conflito, não se apercebeu de que o fim da guerra marcava o início da explosão de independências”⁶⁹. A Conferência de Bandung, realizada na Indonésia, em 1955, veio reiterar a condenação do racismo, do colonialismo e do imperialismo. Os ventos da História não corriam de feição para a política ultramarina estado-novista.

Anos antes, em 1951, Salazar, no intuito de manter o domínio colonial luso, decidiu efectuar uma revisão constitucional que extinguiu, formalmente, o Império Português. Só que, em boa verdade, as alterações levadas a cabo eram insuficientes para travar a onda de choque que a ideia de descolonização estava a provocar. De certa forma, a revisão constitucional de 1951 foi apenas uma operação de maquilhagem no cariz imperialista do Estado Novo, dado que, no essencial, se limitou a proceder a uma mudança de terminologia. Os conceitos Império Colonial Português e Colónias Portuguesas foram estrategicamente substituídos por Ultramar Português e por Províncias Ultramarinas. Desaparecendo a nomenclatura colonialista e de acordo com o “novo quadro jurídico assim definido, Portugal tornava-se uma nação pluricontinental, composta por províncias europeias e por províncias ultramarinas, uma nação que, por um artifício jurídico, não possuía então nem colónias, nem «territórios não autónomos», no sentido em que a ONU os entendia.”⁷⁰ Seria apenas uma manobra de distração para tirar argumentos à ONU. A propósito desta mudança constitucional, e ainda antes de a fazer, Salazar advertia:

⁶⁸ Fernando Rosas, “Estado Novo”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, p. 318.

⁶⁹ Luís de Albuquerque, “Introdução”, in *Portugal no Mundo*, vol. VI, p. 11.

⁷⁰ Yves Léonard, “O Império Colonial Salazarista”, in *História da Expansão Portuguesa*, vol. V, p. 36.

“Não há, de modo algum, mudança na grande orientação então seguida (...) embora isso se pudesse supor pelo facto de serem numerosas as alterações propostas; pelo contrário, há uma linha que nitidamente se reforça, e essa, aliás, bem vincada já no nosso pensamento - a da integração cada vez mais perfeita e completa de todas as províncias dispersas na unidade da Nação Portuguesa.”⁷¹

A perspectiva agora apresentada e defendida pelo Regime era então a da doutrina assimilacionista das províncias ultramarinas no território português, isto é, pretendia-se que se encarasse o Ultramar e Metrópole como um único corpo, coeso e unido: Portugal, do Minho a Timor. A revisão constitucional de 1951 findou com o cunho imperialista do Acto Colonial e, agora, revestindo-se de um cariz assimilacionista, fazia crer que as colónias eram apenas províncias ultramarinas, mas ainda assim “o essencial do sistema mantém-se: além do carácter unitário, a reforma reflecte igualmente um princípio integracionista e paritário. Ou seja: ao conceito de império sucede um conceito de nação pluricontinental em que todos os territórios são Portugal (princípio integracionista) e constituem a nação a igual título (princípio paritário).”⁷² O Regime fazia assim crer que Portugal não era uma potência colonial, tinha antes a particularidade de possuir vários pedaços de território descontínuo e que por acaso se localizavam fora do continente europeu. Esses territórios não eram colónias, mas sim províncias, e no seu conjunto formavam a Nação multirracial e pluricontinental, una e indivisível. Joseph Ki-Zerbo nota com mágoa:

“Em 1951, as colónias passaram a ser, de um dia para o outro, províncias ultramarinas e a ficção de um Portugal multicontinental, igualitário e fraterno tornou-se a nota constantemente da propaganda de Lisboa. Os Portugueses, nisso iguais aos Belgas, viam a ascensão dos indígenas para a civilização como um processo muito lento, quase à escala geológica. A unidade de medida era, pelo menos, o século. Por isso mesmo, e apesar da resolução espectacular de 1951, persistiu a triste realidade: atraso económico, social e cultural, exploração e racismo sob o manto da hipocrisia da assimilação.”⁷³

Sem dúvida alguma continuava a existir uma enorme segregação ente as populações do Império. A revisão de 1951 manteve inalterada a diferenciação legal entre civilizados e indígenas, o que prova que nem sequer a nível legislativo a equidade social tinha chegado. Visto de uma outra forma, a revisão de 1951 pretendia explorar o conceito de assimilação, isto é, para além de uma uniformização político-administrativa também se pretendia uma uniformização de foro social. Assim estes tempos foram marcados por uma tentativa de assimilação social, sem que, contudo, se tenha verificado qualquer alteração na perspectiva que encarava o indígena como o atrasado que necessitava do colonizador para lhe levar a civilização. A segregação social, ainda assim mais cultural que biológica, era uma faceta incontornável do regime. Salazar afirmava em 1957:

⁷¹ Salazar, discurso de 12 de Dezembro de 1950, “Governar, Dirigindo a Consciência Nacional”, *Discursos e Notas Políticas*, 1951, vol. IV -1943-1950, 1951, p. 489.

⁷² Nuno Mira Vaz, *Opiniões Públicas Durante as Guerras de África*, Lisboa, Quetzal Editores, 1997, p. 57.

⁷³ Joseph Ki-Zerbo, *História da África Negra*, vol. II, p. 136.

“«Nós cremos que há raças, decadentes ou atrasadas como se queira, em relação às quais perfilhámos o dever de chamá-las à civilização - trabalho de formação humana a desempenhar humanamente. Que assim o entendemos e praticamos comprova-se pelo facto de não existir a teia de rancores ou de organizações subversivas que se apresentem a negar e aprestar a substituir a soberania portuguesa.»”⁷⁴

A superioridade do branco para com o preto, racismo, e a posição paternalista da Metrópole para com os colonizados eram aspectos claramente patentes na forma do Regime. Observe-se, por exemplo, que “em 1950 havia em Angola apenas 90.000 assimilados numa população de 4 milhões de habitantes. [...] Em Moçambique, a proporção era de 4353 assimilados para 5735000 habitantes... Nas ilhas de São Tomé e Príncipe, onde a mestiçagem era quase geral, a população de 60.000 habitantes tinha mais de 50% de assimilados. Em suma, pode dizer-se que, no conjunto das colónias portuguesas, mais de 99% da população permanece no indigenato. Há ainda hipócritas que pretendem que não é uma questão de raça mas de cultura”⁷⁵. Ainda no plano sociológico e sempre objectivando a portugalização da África, o Estado Novo tentou conduzir as rotas de emigração portuguesas para as colónias africanas. O destino primordial seria Angola, mas, de facto, “a África portuguesa faz sonhar menos os emigrantes do que a Europa ou a América. Nos anos 70, um milhão de Portugueses estão fixados na Europa, principalmente em França, e outros tantos vivem na América, enquanto são apenas pouco mais de 500.000 nas províncias africanas”⁷⁶. Enfim, esta circunstância não seria alheia ao crónico atraso económico e à falta de infra-estruturas nas colónias. O regime via-se, por várias razões, obrigado a inovar a política económica das colónias. Ainda que numa manobra imperialista, arquitectou-se a PIEEP - Política de Integração do Espaço Económico Português, estratégia que preconizava a fusão dos mercados ultramarinos, mas que, na realidade, só conheceria algum desenvolvimento nos anos 60. Escusado será dizer que o Regime encarava a África Portuguesa como um dos grandes pilares da economia nacional. Segundo Salazar, “a África é o complemento da Europa, imprescindível à sua defesa, suporte necessário da sua economia”⁷⁷.

Pode então afirmar-se que com a revisão do texto constitucional de 1951 não se operou qualquer mudança estrutural digna de referência nas políticas ultramarinas e que “a política integracionista e centralizadora estatuída pelo Acto Colonial não sofrerá qualquer alteração significativa”⁷⁸. O sofisma desta revisão permitiu então a continuação da subjugação dos territórios ultramarinos à Metrópole e o prosseguimento da colonização portuguesa. Sempre com a intenção de negar perante a comunidade internacional a faceta colonialista, logo nefasta, do Estado Novo, e para além das leves reformas legislativas,

⁷⁴ Salazar, discurso de 4 de Julho de 1957, “Actualidade da União Nacional, *Discursos e Notas Políticas*, 1959, vol. V 1951-1958, 1959, p. 427.

⁷⁵ Joseph Ki-Zerbo, *História da África Negra*, vol. II, p.139.

⁷⁶ Armelle Enders, *História da África Lusófona*, p. 96.

⁷⁷ Salazar, discurso de 23 de Maio de 1959, *O Pensamento de Salazar - A posição portuguesa em face da Europa, da América e da África*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação, 1959, p. 9.

⁷⁸ *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), vol. VII, *O Estado Novo (1926-1974)*, Fernando Rosas (coord.), p. 285.

Salazar socorrer-se-á, na década de 40 e sobretudo na de 50, da teoria do luso-tropicalismo⁷⁹. Esta teoria do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre apregoava o «*Talent de bien faire*» da colonização à portuguesa e a magnífica capacidade colonizadora do povo lusitano. Durante os anos 30, na época em que o Regime espalhava a ideia de Império, o Estado Novo não fez caso desta teoria porque segundo ela a boa colonização dos portugueses dever-se-ia em parte à sua capacidade de mestiçagem, algo que a conjectura ideológica estado-novista refutava por completo por não estar de acordo com a teoria darwinista que lhe servia de base. Segundo Freyre, os portugueses tinham uma forma de colonizar bastante positiva por ser imbuída de um espírito missionário inigualável. No pós-guerra, quando o Regime se viu forçado a justificar e a defender a sua colonização perante os demais, “a obra de Gilberto Freyre iria [...] acabar por ser objecto de uma recuperação pelo regime salazarista [...] e], iria servir, muito oportunamente, os interesses de um regime em busca, nomeadamente na cena internacional, de uma legitimação científica e de uma justificação ideológica para a sua nova política ultramarina.”⁸⁰ Freyre foi convidado pelo Estado Novo em 1951-52 a proferir várias palestras pelo Império, passando as ideias defendidas pelo luso-tropicalismo a “fazer parte do seu discurso oficial como forma de legitimar a sua permanência nas colónias”⁸¹. O luso-tropicalismo serviria então de argumento a Salazar para defender a sua postura intransigentemente colonizadora, mas pouco lhe terá valido.

O Estado Novo fazia de tudo para travar a descolonização do seu Império e, por isso, em 1953, decide elaborar mais uma revisão legislativa. A Carta Orgânica do Império Colonial Português de 1933 foi então suprimida pela Lei Orgânica do Ultramar Português, que agora preconizava uma certa descentralização administrativa nos territórios ultramarinos ao conceder alguns privilégios a nível local. Ainda assim, as mudanças administrativas introduzidas não tiveram grande repercussão, dado que a intendência administrativa e legislativa, em última instância, continuava a pertencer ao Ministro do Ultramar. Um avanço digno de menção nesta Lei Orgânica é a revogação do Estatuto do Indigenato em São Tomé e Príncipe e em Timor. Em 1954, esse mesmo estatuto conheceu algumas alterações também em Angola, Moçambique e Guiné, tendo como objectivo principal facilitar a assimilação total e a obtenção de cidadania que, no entanto, não era nada fácil de conseguir. No prisma económico deu-se a criação do Banco Comercial de Angola em 1955. O Banco Nacional Ultramarino gozava, à época, de tempos prósperos, e a injeção de capital estrangeiro nas Províncias Ultramarinas também passou a ser permitida. Outra alteração resultante desta revisão foi o aumento brutal do investimento público no Ultramar: estruturaram-se os Planos de Fomento⁸² que viriam a ser implementados no sentido de melhorar o nível económico das colónias. Ascendendo a valores elevadíssimos, destinavam-se sobretudo ao fomento dos

⁷⁹ Sobre o Estado Novo e o luso-tropicalismo, cf., no mínimo, António dos Santos Pereira, *Portugal Descoberto*, vol. II, *Cultura Contemporânea e Pós-Moderna*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2008, pp. 308-310.

⁸⁰ Yves Léonard, “O Império Colonial Salazarista”, in *História da Expansão Portuguesa*, vol. V, p. 37.

⁸¹ Pedro Miguel Sousa, *O Colonialismo de Salazar*, p. 45.

⁸² O Primeiro Plano de Fomento decorreu entre 1953 e 1958, o segundo entre 1959 e 1964, tendo havido um Plano Intercalar de Fomento que se estendeu até 1967, e o terceiro entre 1968 e 1973.

caminhos-de-ferro, das estruturas hidroeléctricas (por exemplo, a grandiosa Barragem de Cahora Bassa começada em 1969), dos portos comerciais, etc., mas estruturas fundamentais a uma sociedade como a educação ou a saúde foram completamente ignoradas. Joseph Ki-Zerbo conta que até na saúde havia discriminação racial: “[...] salas de operações separadas para europeus e para africanos. Nestas condições, nada servia a Portugal recitar belas tiradas imperiais extraídas d’Os *Lusíadas*, de Camões. A triste e daí a pouco dura realidade estava bem à vista.”⁸³ E conclui que “de 1950 a 1960 assiste-se [...] a um grande esforço económico para modernizar esses territórios. Mas, como esta promoção não foi completada por uma evolução sociopolítica paralela, deflagrou a violência.”⁸⁴

Foi em 1961 que a União Indiana ocupou os territórios do Estado Português da Índia e que Angola deu início à sua luta armada. Cansados de estarem subjugados à colonização portuguesa, os chamados portugueses de Angola decidiram lutar e tentar a independência pela via da força. A 13 de Abril de 1961, Salazar responde com a célebre frase: «Para Angola, rapidamente e em força!». No entanto preparavam-se mais algumas reformas no sistema colonial, movidas pelo novo Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, procurando concretizar no terreno, mormente pela via jurídica, as linhas de multirracismo (de igualitarismo racial, de harmonia racial) presentes na tese do luso-tropicalismo. O nosso destaque vai, sucintamente, para a revogação, pelo Decreto-Lei n.º 43 893, de seis de Setembro de 1961, do Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, de 20 de Maio de 1954. Na verdade, comprova-se que, “provocando uma grave crise de regime, a guerra deu o impulso necessário à eliminação das estruturas sociais arcaicas que subsistiam nas colónias de Portugal em África, em maior ou menor grau - desde o trabalho forçado e as culturas obrigatórias ao Estatuto do Indígena -, todas elas abolidas em 1961.”⁸⁵ O Regime pretendia melhorar as condições de vida da população não só para que esta se sentisse menos insatisfeita e menos revoltada, mas também para mostrar à comunidade internacional o poder fraterno desta colonização à portuguesa. Esta nova postura do Estado Novo, a da teoria assimilacionista, pretendia fazer passar a ideia de unidade e igualdade de direitos entre Portugal Metrópole e Portugal Ultramar. A doutrina assimilacionista de Salazar pretendia fazer crer que Metrópole e Ultramar eram então uma só nação, una, indivisível e sem diferença de trato, onde todos eram cidadãos portugueses, numa unidade territorial que se estendia do Minho a Timor, um Portugal pluricontinental e multirracial igualitário. A tal ponto chegava esta teoria equitativa que, posteriormente, Salazar afirmava que, por integração e multirracismo, Portugal era também uma nação africana, ou seja, dentro do imenso Portugal não havia distinções de género algum, éramos todos o mesmo corpo uníssono. A teoria assimilacionista foi a última estratégia usada pelo Regime para ludibriar a comunidade nacional e internacional, mas a verdade é que Portugal ficou crescentemente debaixo do olhar atento da ONU. Esta teoria não passava apenas de mais um truque do Regime para

⁸³ Joseph Ki-Zerbo, *História da África Negra*, vol. II, p. 139.

⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. 273.

⁸⁵ Valentim Alexandre, “O Império Africano (séculos XIX - XX) - As linhas gerais”, in *O Império Africano - séculos XIX e XX*, p. 26.

camuflar a sua posição colonialista, pretendendo fazer passar a ideia de que uma certa descolonização estava a acontecer, mas a comunidade internacional logo entendeu que isso não passava apenas de um sofisma.

O ano de 1961 ficou marcado pela hostilidade internacional para com a política portuguesa, que se viu agravada com a chegada de John Kennedy ao poder⁸⁶. Os EUA também viveram uma mudança de ideais, ou melhor, de estratégia, uma vez que “a liderança norte-americana que durante a administração Truman e, depois, de Eisenhower, vira os impérios coloniais europeus como um instrumento essencial na luta contra o avanço da União Soviética e do comunismo, convence-se com Kennedy de que os europeus deverão no mais curto espaço de tempo possível abandonar as suas posições coloniais”⁸⁷. Seriam então empreendidos vários esforços pela nova superpotência norte-americana no sentido da descolonização da África Portuguesa, e continuamente “o Presidente repisa o tema que o preocupa: é essencial evitar os russos em África.”⁸⁸ Claro que Salazar estava, como sempre, inflexível. As posições internacionais tomadas perante Portugal eram cada vez mais intransigentes e os países anticolonialistas mostravam-se cada vez mais irredutíveis, dando origem a um crescente isolacionismo de Portugal, que Salazar enalteceria com o célebre lema “Orgulhosamente Sós”.

Os tempos eram realmente difíceis para o Regime e tinham chegado para ficar. Para além da pressão internacional, a contestação em Portugal e no Ultramar também avançava rapidamente. A título exemplificativo, logo em Janeiro de 1961 deu-se o assalto ao *Santa Maria* por Henrique Galvão, agora divergente do Estado Novo; em Fevereiro homens do MPLA fizeram um ataque à Prisão de São Paulo em Luanda; em Março temos verdadeiramente o início da guerra em Angola e o esboçar da união dos movimentos independentistas; em Abril ocorre, entre outros factos significativos, o golpe de Botelho Moniz⁸⁹ e em Dezembro os territórios portugueses na Índia foram invadidos pela União Indiana, provocando a rendição, contrária às ordens de Salazar, do General Vassalo e Silva. É óbvio que já no passado esse sentimento de anti-salazarismo se tinha feito sentir em destacados momentos, com particular relevo para a espantosa adesão popular à candidatura de Humberto Delgado em 1958, em prejuízo do candidato Américo Tomás. Também os movimentos estudantis das universidades se reuniram para reflectir e lutar contra a Ditadura, e o líder do PCP, Álvaro Cunhal, tão perseguido e reprimido pela PIDE, que aliás estava no auge da censura e das perseguições políticas, fugiu do forte de Peniche em 1960 e reestruturou a luta contra o que chamava de fascismo.

⁸⁶ Sobre o assunto, cf., pelo menos, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Os Anos da Guerra Colonial - 1961. 1975*, Matosinhos e Lisboa, QuidNovi, 2010, pp. 58-59.

⁸⁷ Fernando Martins, “A questão colonial na política externa portuguesa (1926-1975)”, in *O Império Africano - séculos XIX e XX*, p. 159.

⁸⁸ Franco Nogueira, *Diálogos Interditos - a política externa portuguesa e a Guerra de África*, Braga-Lisboa, Editorial Intervenção, 1979, vol. I, p. 283.

⁸⁹ Acerca desta matéria, cf., entre outros, Filipe Ribeiro de Meneses, *Salazar. Uma Biografia Política*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2010, pp. 499-512.

Em síntese, à luz de muitos dos acontecimentos elencados, “para a colonização portuguesa, 1961, é realmente o ano fatídico. É o ano da grande ruptura imperial. Os mitos coloniais desabam. É uma catástrofe psicológica para o regime, que acorda de uma longa ancilose em que a sua própria propaganda o tinha mergulhado.”⁹⁰

2.3) O mito estado-novista da “África Portuguesa”

Como escreveu Fernando Pessoa, *O Mito é o nada que é tudo*. Nada porque pode não ser racional, lógico ou verosímil, e tudo porque, apesar disso, pode ter uma impressionante capacidade de se tornar num propulsor sociológico. O mito está intrinsecamente ligado ao Passado e o Passado, enquanto História, desempenha um importante papel na construção da identidade de um povo, sendo ele o principal agente na construção do ser de uma sociedade, da sua cultura. A identidade de um povo está relacionada com o seu imaginário que, por sua vez, também estará umbilicalmente ligado ao Passado. “O centro histórico-imaginário funciona, no discurso literário, historiográfico e antropológico, como mito fundante ou refundante de um povo, espécie de carta de alforrista histórica que permite a singularização desse povo, bem como, por consequência, recorta a sua identificação no concerto das nações”⁹¹.

Miguel Real sintetiza que, “ao longo do século XX, têm sido três os centros históricos estatuídos como mitos fundadores do imaginário português - o espírito de cruzada [...], a aventura dos Descobrimentos e os acontecimentos marcantes dos séculos XVII e XVIII como determinantes da total separação entre Portugal e Espanha”⁹². Assume-se que estes acontecimentos da História de Portugal se tornaram mitos, entendendo mito com o sentido antropológico que lhe foi dado no séc. XX, isto é, com o sentido de verdade. Poder-se-á, claramente, cruzar a política imperialista do Estado Novo com os dois primeiros mitos, o da cruzada cristã e o da glória dos Descobrimentos. De facto, muito do imaginário do Ser Português ficou preso a essa época de descobertas: ao Infante D. Henrique, ao Vasco da Gama e a Pedro Álvares Cabral; à Ínclita Geração; à epopeia *Os Lusíadas* de Luís Vaz de Camões, que aliás comporta a criação de uma mitologia portuguesa na figura do Adamastor; no estilo arquitectónico manuelino exclusivamente português e presente em alguns dos mais importantes monumentos nacionais, como o Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém, Convento de Cristo, etc.. Se há motivo para Portugal ser reconhecido internacionalmente será com certeza por causa dos Descobrimentos e com o intuito de homenagear este áureo período da História de Portugal Salazar mandou erigir em Belém, por ocasião das comemorações dos quinhentos anos da morte de D. Henrique (1960), o sumptuoso monumento Padrão dos Descobrimentos, em honra ao navegador e seus feitos. O Estado Novo explorou em seu favor o

⁹⁰ René Pélissier, “Colonização”, in *Dicionário da História de Portugal*, vol. VII, p. 365.

⁹¹ Miguel Real, *Portugal, Ser e Representação*, Algés, Difel S.A., 1998, p. 18.

⁹² Idem, *ibidem*, p. 17.

período dos Descobrimentos, recuperando o espírito emblemático de algumas das suas figuras centrais; por exemplo, “a figura de D. Henrique, contribu[iu] para criar o mito de uma continuidade histórica na acção colonizadora dos Portugueses: os primeiros a lançarem-se à descoberta das costas africanas no séc. XV, tornaram-se de certo modo os primeiros colonizadores de África, os únicos a terem colonizado África há mais de quatro séculos. De uma realidade (o papel pioneiro nos descobrimentos) a uma ficção (descobrir não é colonizar), começa a esboçar-se o mito de um «império com cinco séculos”⁹³.

Salazar, persuadido pelas teorias de Maurras, incutiria no Estado-Novo um cunho marcadamente integralista, onde a religião, a cultura, o passado histórico e a tradição eram os alicerces da cultura nacional e da nação. Em terras lusitanas e além-mar, Portugal aglomerava na sua História, desde o mais tenro começo, feitos e personalidades que o regime canonizava. Salazar, pessoa de espírito profundamente patriótico e cristão, nutria uma simpatia especial pelas partes da História de Portugal fundamentadas nos ideais da Nação e do Sagrado. Salazar explicava em 1914:

“A história portuguesa é D. Afonso Henriques na Batalha de Ourique, vendo surgir dentre a confusão do combate a imagem sagrada de Cristo. [...] A alma portuguesa é Nuno Álvares, o terror dos castelhanos - em Aljubarrota e em Valverde; é a capelinha de Belém; é D. Filipa de Lencastre - a maior mãe da história - abençoando no seu leito de morte, antes da partida para Ceuta, os filhos queridos que sobre os muros da cidade haviam de ser armados cavaleiros! A alma portuguesa é o Infante Santo rezando ininterruptamente, de joelhos nas lajes do seu cárcere em Fez; é D. Henrique nos rochedos de Sagres, interrogando a mudez temerosa do oceano indecifrável. [...] é a «ala dos namorados, coroando de louros a fronte sobre que haviam de pousar beijos de amor as jovens mães dos portugueses! A alma portuguesa é ainda D. Filipa de Vilhena, entregando aos filhos as espadas que o Pai honrara, dizendo - trespassado com elas o próprio coração - ou vencedores com a Pátria livre ou mortos com a escrava Pátria; [...] é D. João IV mandando defender a Imaculada Conceição de Maria. A história portuguesa é esta! A alma portuguesa é isto: Deus, Pátria, Família! - Religião, Glória, Amor!”⁹⁴

Seria este tenaz espírito luso de fé, de luta, de esperança e de ânsia de descoberta e conquista que caracterizariam o espírito do povo português, acrescido de uma enorme capacidade evangelizadora e civilizadora que se havia mostrado durante os últimos séculos pelo mundo afora. No continente europeu havíamos conquistado a independência e lá fora fomos esculpindo o Império Colonial Português, o mais longo da era moderna. Acerca do conceito de império, Alexandre Luís observa:

“As formações imperiais formam construções marcadas simultaneamente por factos históricos e por uma auréola de mistério e de esperança; funcionam, embora não exclusivamente, como uma ideia-força impregnada de dinamismo, isto é, transportam um ideal que visa conduzir os indivíduos à sua integração numa unidade sociopolítica e geográfica mais ampla e perfeita,

⁹³ Yves Léonard, “I- A ideia colonial, olhares cruzados (1890-1930)”, in *História da Expansão Portuguesa*, vol. IV, p. 526.

⁹⁴ Salazar, Manuel Braga da Cruz (org.), *Inéditos e Dispersos I - Escritos Político-Sociais e Doutrinários (1908-1928)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1997, p. 230.

vocacionada para um determinado destino nem sempre devidamente explicitado. De qualquer modo, transparece frequentemente, através das ideologias e dos símbolos, a noção de que os candidatos a construtores de impérios pertencem a um povo eleito, portador de uma vocação religiosa.”⁹⁵

Os portugueses, com a sua vocação messiânica, seriam então um povo pré-destinado a este grandioso estatuto. Éramos um povo, por isso, excepcional, e não deveríamos, nunca, fugir desta nossa História de fado destinado: a ligação ao império ultramarino. A constituição do Império Português provava a capacidade motriz de Portugal, sendo este o magnífico cunho que marcará a mística imperial e que influenciará umbilicalmente a política colonialista do Estado-Novo. A presença portuguesa no mundo, e a sua suposta nobilíssima obra, vinha-se estendendo ao longo de quinhentos anos e estava marcada pela grandiosidade dos seus intervenientes, cuja heroicidade dominava então o discurso estado-novista. Em 1931, Salazar afirmava peremptoriamente o seu fascínio pelo glorioso passado de Portugal:

“«Portugal é um velho país livre, homogéneo na sua formação, de fronteiras imutáveis, quase desde que se constituiu em Estado independente, pacífico na história acidentada da Europa, mas afadigoso no mar, para onde se desenvolveu a sua força de expansão, descobrindo novos territórios, que povoou, colonizou, civilizou, incorporou no seu próprio ser nacional. Somos filhos desse passado, e não por mera deferência pela vontade inequívoca de nossos pais, mas pela clara consciência do serviço que prestamos à paz da Europa e à civilização no mundo, nós afirmamos serenamente a vontade de sermos no presente e no futuro o que sempre fomos no passado - livres, independentes, colonizadores.»”⁹⁶

Não se perspectiva Portugal sem o Império Ultramarino, mais particularmente ainda sem a sua África Portuguesa, que “estava no coração do nacionalismo corporativo do Estado Novo. [Sendo] simultaneamente, um símbolo e um bem real em torno do qual a nação podia ser mobilizada para enfrentar um futuro incerto.”⁹⁷ O passado nacional histórico e ideológico conferia a Portugal o direito moral da presença, do domínio e da subjugação colonial no presente - este era um dos argumentos mais fortes do discurso salazarista. Assim, “subsiste a ideia de que na constituição de um império há lugar para a memória, isto é, para a recuperação de um património de lembranças que dizem respeito a antigas criações imperiais que se elevaram à categoria de arquétipos para as gerações posteriores.”⁹⁸ Depois das políticas ultramarinas republicanas, funestas em sua opinião, Salazar relança, com renovado vigor, a ideia do Império Colonial Português como símbolo da identidade do povo português e mostra-se determinado a restituir a glória de Portugal. Os Heróis do Mar haveriam de levantar de novo o esplendor deste tão Nobre Povo, Nação Valente e Imortal. Mas isso só seria possível

⁹⁵ Alexandre António da Costa Luís, *Na Rota do Império Português: da formação da nacionalidade ao apogeu imperial manuelino*, p. 30.

⁹⁶ Salazar, discurso de 17 de Maio de 1931, “O Interesse Nacional na Política da Ditadura”, *Discursos e Notas Políticas*, vol. I -1928-1934, 1935, p. 132.

⁹⁷ Norrie MacQueen, *A Descolonização da África Portuguesa - a revolução metropolitana e a dissolução do Império*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1998, p. 28.

⁹⁸ Alexandre Luís, *Na Rota do Império Português: da formação da nacionalidade ao apogeu imperial manuelino*, p. 61.

se Portugal mantivesse e cuidasse o seu Império Colonial/Ultramarino, e com e através dele poderia então bradar à terra inteira que Portugal não pereceu. Em 1933, Armindo Monteiro dissertava:

“Precisamos lembrar constantemente ao País que tôda a sua grandeza e as fontes mais ricas da sua prosperidade estão no Ultramar: está lá o futuro como esteve o passado. [...] No Ultramar está o verdadeiro ideal português. Para as colónias nos empurra uma história gloriosa.”⁹⁹

Assim, “o Império seria [...] concebido como algo de grandioso, do qual Portugal não se podia separar jamais. Havia um determinismo histórico-doutrinário, um destino que os portugueses deveriam seguir e mais do que isso cumprir, através do enaltecimento e da manutenção do Império. O Estado Novo aparecia como o símbolo da continuidade histórica e da missão colonizadora e civilizadora”¹⁰⁰. Determinismo histórico porque, como vimos, a presença portuguesa no além-mar apresentava já vários séculos de existência e doutrinação porque ao espalharem a fé cristã pelo mundo os portugueses praticavam o bem supremo de cristianizar e civilizar.

A própria identidade nacional estava, então, histórica e moralmente ligada a essa acção e a esses outros povos e, por isso, Portugal deveria continuar a empreender a construção imperial herdada dos Descobrimentos. O Estado Novo autoproclamava-se como o herdeiro da missão iniciada séculos antes e que agora era necessário retomar, para que a glória do povo português fosse restituída e para que os verdadeiros valores nacionais não fossem postos em causa: Deus, Pátria e Família, acrescidos de Paz, Ordem e Amor, eram virtudes que urgia continuar a pregar pelo Império afora. O Estado fazia passar a sua mensagem através da acção da Igreja, sendo as missões católicas portuguesas as encarregadas de civilizar e aporuguesar as colónias. As políticas estado-novistas assentavam por isso num nacionalismo missionário que tinha como incumbência a conquista das almas dos povos. A colonização portuguesa não poderia ser comparada com qualquer outra porque esta era a única que se interessava pela espiritualidade dos colonizados. O colonizador português teria então uma capacidade superior que lhe permitia levar avante este digno processo de colonização. Em 1933, Armindo Monteiro salientava:

“Não tem o colono português encontrado quem dignamente proclame as suas virtudes. E contudo elas poderiam ser apresentadas ao Mundo inteiro como um exemplo de audácia fria, de desprezo pelo perigo, de indiferença pelo sofrimento, de sobriedade, de persistência no trabalho e de amor à terra. [...] Um grande sentimento poetiza a vida do colono português: o amor a Portugal. [...] Falem de Portugal a qualquer colono lusitano perdido no sertão africano: vê-lo-ão transformar-se num soldado. [...] A conquista do coração do negro é a obra formidável de todos os Portugueses das colónias, de todos sem

⁹⁹ Armindo Monteiro, discurso de 1 de Junho de 1933, “Política Imperial”, *Para uma Política Imperial - alguns discursos do ministro das colónias Doutor Armindo Monteiro*, pp. 89, 90.

¹⁰⁰ Pedro Miguel Sousa, *O Colonialismo de Salazar*, p. 164.

excepção; é a marca indelével da nossa colonização, que todos confundimos com o próprio futuro de Portugal e que consideramos tão necessária às almas como a independência.»¹⁰¹

Fé e império são então conceitos inerentes e no Império Colonial Português essa fé, ou melhor, a missão de espalhar a fé, foi sempre uma directriz. Outrossim, este Espírito Messiânico é considerado, por Teixeira Pascoais e por António José Saraiva, uma das características tradicionais do povo português na sua História¹⁰². O pendor messiânico tinha sido uma característica decisiva na colonização portuguesa e Salazar fez questão que continuasse a sê-lo no século XX. O Acto Colonial foi a expressão legislativa disso mesmo, uma vez que determinava que o país tinha responsabilidade histórica de levar adiante a tarefa de colonizar para civilizar. Afinal, segundo Salazar, “«Portugal é um Estado que [...] tem o espírito civilizador e colabora no fortalecimento da ordem universal.»”¹⁰³. Para caracterizar a essência do colonialismo português, o Ditador escolhia as seguintes palavras:

“Trata-se [...] de uma tendência secular, alimentada por uma forma peculiar de convivência com os povos de outras raças e cores que descobrimos e que levámos, com a nossa organização administrativa, a cultura e a religião comuns aos portugueses, os mesmos meios de acesso à civilização.»”¹⁰⁴

Quando a missão imperial portuguesa estivesse cumprida assistir-se-ia à consolidação de um grande império, uno e pacífico. Seria a missão de levar e dar a civilização ao «preto» que, conforme afirmou Marcelo Caetano em 1934, conferia a *raison d'être* do colonialismo português, sendo desta forma a presença lusíada em África justificada e justificável. A política de espírito imperial fazia acreditar nesta genialidade colonizadora dos portugueses e inculcava na consciência nacional o papel fundamental que os nossos desempenhavam ao cristianizar os povos do mundo, transportando estes últimos para a esfera civilizacional da cidadania. Mas ascender à categoria de cidadão português não era coisa fácil, pois importava reunir diversas qualidades, como, por exemplo, dominar a Língua Portuguesa, constituir Família, ter Trabalho, enfim, viver segundo parâmetros europeus e seus valores de civilização. Apregoava-se que com o tempo e dedicação necessários todos poderiam ser cidadãos, bem como que apenas os colonizadores portugueses possuíam capacidade e espírito de sacrifício para levar a cabo esta obra morosa, porém louvável.

Como vimos atrás, numa altura em que Salazar tinha a ONU no seu encaço, pressionando-o a proceder à descolonização, o Regime socorreu-se da teoria do luso-tropicalismo para justificar a permanência de Portugal em territórios ultramarinos. Apregoando a genialidade do português para a colonização e o seu *Talent de bien faire*, fazia crer que a obra desenvolvida pelos colonizadores lusos favorecia as gentes colonizadas e, em

¹⁰¹ Armindo Monteiro, discurso “Os Portugueses na Colonização Contemporânea”, *O Pensamento do Ministro das Colónias*, Lisboa, Edições SPN, 1934, pp. 17, 18.

¹⁰² Miguel Real, *Portugal, Ser e Representação*, p. 180.

¹⁰³ Salazar, discurso 30 de Julho de 1930, “Princípios Fundamentais da Revolução Política”, *Discursos e Notas Políticas*, vol. I, p. 80.

¹⁰⁴ Salazar, discurso de 1 de Novembro de 1957, “A Atmosfera Mundial e os Problemas Nacionais”, *Discursos e Notas Políticas*, vol. V -1951-1958, 1959, p. 426.

última instância, o próprio mundo, uma vez que ao levar a Luz de Deus e da Civilização a essas gentes, lhes dava a oportunidade de avançarem, de evoluírem e de fazerem parte desse mundo dito civilizado. Conforme já foi anteriormente referenciado, a teoria luso-tropicalista tinha sido inicialmente descartada pelo Estado Novo porque, ao enaltecer a capacidade de miscigenação e de mestiçagem dos portugueses, não se enquadrava no molde imperialista e darwinista que caracterizava a então corrente imperialista do Regime. Mas depois da II Guerra Mundial, com a mudança no pensar internacional em favor da visão anticolonialista, a teoria de Freyre serviria de bom grado à nova posição estado-novista, pós-revisão constitucional de 1951. Salazar e os seus fiéis procuravam argumentos que legitimassem ideologicamente a colonização portuguesa e o luso-tropicalismo fornecia-lhes alguns. No seu livro *Casa Grande e Senzala* (1933), “partindo de uma análise da sociedade colonial brasileira, Freyre valorizava, a par dos contributos do índio e do africano, também o do português, no qual encontrava uma especial capacidade para a colonização nos trópicos, fundada em três qualidades que o caracterizariam: a mobilidade, a apetência pela miscigenação e a aclimatabilidade.”¹⁰⁵ Esta teoria, praticamente anónima até então, conheceu uma grande projecção, especialmente nos meios académicos. Adriano Moreira terá sido um dos vultos que mais contribuiu para a sua difusão em Portugal. Prosperava a busca da cientificidade desta teoria luso-tropicalista de modo a justificar, irrefutavelmente, a genialidade da colonização à portuguesa e, por este meio, fundamentar a sua continuação. Esta teoria veio, de facto, a influenciar a postura e o discurso de Salazar, vindo a ser por ele patrocinada e citada diversas vezes. Sempre que se achava na condição e na necessidade de defender o colonialismo português, Salazar fazia-o através do luso-tropicalismo e da apologia da obra feita em terras ultramarinas, concretizada de modo pacífico e muito humano, dizia. Vangloriando a genialidade do colonizador lusitano, Armindo Monteiro afirmara que os portugueses,

“soldados, missionários, comerciantes, cruzaram a terra em tôdas as direcções, procurando penetrar os seus mais íntimos segrêdos: em todos os climas soubemos ir ao encontro de povos desconhecidos - e, em muitas latitudes, fomos os primeiros a ensinar-lhes uma fé mais nobre do que a sua e a apontar-lhes o caminho de uma civilização de mais longos horizontes. No trato com gente de tôdas as raças, quási podemos dizer que o génio lusíada inventou e pôs em prática tôdas as grandes fórmulas e princípios da colonização.»¹⁰⁶

Seria esta premissa histórica uma das premissas que fundamentariam o direito à continuação do belíssimo trabalho até então desenvolvido pelos portugueses no mundo. Entre as faculdades inatas e aparentemente exclusivas do lusitano para proceder condignamente e liderar uma colonização, destacar-se-iam a sua grande adaptabilidade, a ausência de racismo, a sua imensa capacidade de interacção com os indígenas, a habilidade para se integrar na vida quotidiana dos indígenas e a capacidade de lhes propiciar e instaurar um tipo de ordem

¹⁰⁵ Valentim Alexandre, “O Império Africano (séculos XIX- XX) - As linhas gerais”, in *O Império Africano - séculos XIX e XX*, p. 25.

¹⁰⁶ Armindo Monteiro, discurso “A falta de uma doutrina colonial portuguesa e o estado actual da nossa administração ultramarina”, *O Pensamento Político do Ministro das Colónias*, p. 16.

ocidental, por isso civilizado, de um modo pacífico e amistoso. A ausência da necessidade de usar a violência sobre os povos indígenas seria outra das maiores qualidades do colono português, que conseguia o respeito, a obediência e a submissão das gentes e das almas através do amor, do bom trato, do respeito e dos bons cuidados prestados, nomeadamente em termos de saúde e escolarização. “Os maiores agentes da obra de colonização têm sido o contacto diário, íntimo e amigo do colono com o negro; a educação religiosa e cívica; o ensino profissional, largamente praticado; o respeito pelas melhores tradições gentílicas; a colaboração dos negros e brancos na obra da administração; a assistência na doença; a estreita protecção nas relações de trabalho. É imensa a obra que neste campo realizámos.”¹⁰⁷

Intrinsecamente ligada à teoria luso-tropicalista estava a ideia preconizada de que os portugueses teriam um carácter genial, um *savoir faire*, capaz de levar de forma fraterna a civilização às gentes do mundo. E civilização pressupunha obrigatoriamente a submissão aos valores de Deus e do cristianismo. A digníssima tarefa de espalhar a fé cristã às almas para lá da Europa era uma missão que os portugueses levavam a cabo havia já muito tempo, desde o tempo das primeiras conquistas de África. A propagação da religião cristã tinha sido uma das premissas fundamentais que levaram os portugueses aos Descobrimentos. Como figura central desta ânsia de cristianizar o mundo fora temos o Infante D. Henrique que, das praias de Sagres, ambicionou traçar uma rota que levasse os portugueses ao encontro do mítico Prestes João, considerado um rei de grande poder, que eventualmente ajudaria as gentes lusas na incumbência de evangelizar outros povos. Gilberto Freyre acentuou esta tónica da missão evangelizadora dos portugueses que estava a ser realizada em África havia já cinco séculos e que no Brasil resultara numa magnânime obra, sendo o Brasil uma terra agora profundamente crente em Deus e óptimo exemplo de obra feita. Esta missão dos portugueses em levar a religião cristã, à qual estaria implicitamente ligado o conceito de civilização, a numerosos povos era então um dos mais altos valores da colonização portuguesa e teria, por isso mesmo e mesmo que por si só, de ser enaltecida e vangloriada. A esta concepção religiosa, que estava apreciavelmente ligada à teoria do luso-tropicalismo, foi dado o nome de mística luso-cristã de integração. Isto é, a nobre missão dos portugueses em integrar os povos do mundo num mundo civilizado far-se-ia através da sua evangelização, e dado que esta seria uma obra de nobilíssimo valor, desenvolvida já ao longo de séculos e tida como uma capacidade única e irrepetível por qualquer outra nacionalidade, acabaria por descambar para o estatuto do místico, do supremo.

Tantas vezes acusado de racismo e de segregação pela comunidade internacional, que depois da II Guerra Mundial não mais ignorou o seu imperialismo e o seu *modus operandi* colonial, o Estado Novo recusava, contudo, ceder, refugiando-se em alguns artifícios jurídicos e ideológicos mais de efeito propagandístico do que real. De facto, como se disse,

“Salazar entendia que Portugal, embora espalhado por diversos continentes (país pluricontinental), era um Estado uno do Minho a Timor, que as «províncias ultramarinas» eram

¹⁰⁷ Armindo Monteiro, discurso “O País dos Quatro Impérios”, *O Pensamento Político do Ministro das Colónias*, p. 16.

verdadeiras parcelas do território pátrio, e que os habitantes dessas terras eram todos Portugueses: «ali é Portugal». De modo que não havia que libertar esses povos do jugo colonial, pois este não existia: os territórios e povos ultramarinos aceitavam, voluntariamente, pertencer ao todo nacional.»¹⁰⁸

Um todo Portugal, do Minho a Timor: expressão de índole geográfica mas também ideológica que expressava a vastidão do Império Ultramarino, 2.096.639 Km² de acordo com o mapa propagandístico “Portugal não é um país pequeno” elaborado por Henrique Galvão na década de 30¹⁰⁹. O espaço físico do Império era considerado vital e inalienável. Acerca da inviolabilidade do espaço territorial português, Salazar declarava em 1941:

“«É certo haver valores absolutos na vida a que tudo o mais se subordina e deve sacrificar, e alguns desses chamam-se dignidade da Nação, a liberdade e independência, a integridade territorial que é a própria razão de ser da família portuguesa;»”¹¹⁰

Inalienável, imutável e simbólica, assim era entendida a fronteira terrestre do território nacional. Tal como Salazar fincara em 1936: “Não discutimos a Pátria, quere dizer, a Nação na sua integridade territorial e moral, na sua plena independência, na sua vocação histórica”¹¹¹. Vários solos mas uma só Nação, várias gentes mas uma só identidade. Portugal era um país grande e diverso, mas ainda assim um só Portugal, feito por portugueses para portugueses. A identidade de Portugal Metrópole e Províncias fundia-se até ao desvairo. No auge assimilacionista Salazar afirmava que

“importa frisar que onde ao Português foi dado tempo pelos seus concorrentes para instalar-se, agarrar-se à terra, conviver e misturar-se com as populações, guiá-las à sua maneira; onde quando isso foi possível, o Português ou deixou um traço indelével de lusitanidade ou pura e simplesmente estendeu Portugal. E é assim que também somos, além do mais e a melhor título que outros, uma nação africana. [...] Ouve-se falar, reclama-se lá fora em altos gritos a independência de Angola: mas Angola é uma criação portuguesa e não existe sem Portugal. A única consciência nacional vincada na província não é angolana, é portuguesa; como não há angolanos mas portugueses de Angola”.¹¹²

Anos decorridos, a filosofia estado-novista mantinha-se de acordo com o preconizado no início do Regime. Armindo Monteiro sublinhara já em 1933:

“A Nação é a mesma em tôdas as partes do Mundo. Filhos da mesma grei, vindos da mesma história, cobertos pela mesma bandeira, prosseguindo no mesmo ideal colectivo, nenhuns

¹⁰⁸ Diogo Freitas do Amaral, *A tentativa falhada de um acordo Portugal / E.U.A. sobre o futuro do Ultramar Português (1963)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1994, p. 21.

¹⁰⁹ Vide anexo IV, p. 111.

¹¹⁰ Salazar, discurso de 28 de Abril de 1941, “Todos Não Somos De Mais”, *Discursos e Notas Políticas*, vol. III -1938-1943, 1946, p. 300.

¹¹¹ Salazar, discurso de 26 de Maio de 1936, “As Grandes Certezas da Revolução Nacional”, *Discursos e Notas Políticas*, vol. II -1935-1937, 1937 p. 131.

¹¹² Salazar, discurso de 12 de Agosto de 1963, “Política Ultramarina”, *Discursos e Notas Políticas*, vol. VI -1959-1966, 1967 p. 290.

antagonismos nos podem separar. Nas horas do perigo ou da desgraça, as fôrças de todos constituem uma só fôrça - que é Portugal.”¹¹³

Em 1963, George Ball, enviado em nome dos EUA para tentar negociar com Salazar uma solução de descolonização pacífica, ouvira as justificações do líder português para manter o seu Império. Viria a concluir que Salazar era uma pessoa de carácter profundamente conservador e sentiu que “a «dilatação da fé e do império» das estrofes de Camões¹¹⁴ eram centrais nas convicções de Salazar, explicando tanto o seu conservadorismo com a pertinaz convicção na justeza da sua causa colonial.”¹¹⁵ Em sua opinião Portugal e seu Império eram então governados não por uma pessoa, mas antes por “«um triunvirato consistindo em Vasco da Gama, Infante D. Henrique e Salazar»”¹¹⁶.

Salazar permaneceu no poder até aos seus 79 anos e se não fosse o célebre episódio da sua queda provavelmente lá se teria mantido. Nomeado por Américo Tomás, Marcelo Caetano tomou posse do lugar do velho Ditador a 27 de Setembro de 1968. Para infortúnio da Nação e do dito Império Ultramarino, Caetano não soube ou não pôde mudar o rumo das políticas ultramarinas e deu continuidade à injusta e despropositada Guerra Colonial. Assim, a obstinação político-imperial continuou o seu curso, agravando tanto o intenso investimento financeiro como o esforço humano que se empreendiam na brutal e absolutamente desnecessária guerra. O Estado Novo saldar-se-ia num “regime que, em atroz contraste com os seus sempre tão apregoados princípios ditos *crístãos* e *moderados*, praticou extensivamente a violência doméstica e colonial, e foi bárbaro nas guerras que manteve durante quase década e meia longe das suas fronteiras.”¹¹⁷

Finalmente, a revolução do 25 de Abril de 1974, metaforicamente simbolizada pelo encimar de um cravo na espingarda do soldado, pôs fim ao derramamento de sangue, lágrimas e dor da Guerra Colonial. A revolução dos capitães de Abril trouxe, com a deposição do Regime, o fim do imperialismo e a restituição da Liberdade, tão fundamental à existência humana.

Anos mais tarde, a literatura pós-colonial viria a contar as barbaridades do campo de batalha, a crueldade da guerra de guerrilha, a miséria das gentes, as cicatrizes deixadas por anos e anos de guerra. Afinal, a “África Portuguesa” era consideravelmente uma mentira, uma falácia pecaminosamente arquitectada, um “mito”¹¹⁸. Esta literatura de guerra veio também calar o silêncio que se estende como uma penumbra na actual cultura portuguesa, ao dizer que a guerra aconteceu, que foi bárbara, custosa e injusta. Não devemos esquecer o

¹¹³ Armindo Monteiro, discurso de 1 de Junho de 1933, “A unidade nacional - Política e Solidariedade”, *Para uma Política Imperial - alguns discursos do ministro das colónias Doutor Armindo Monteiro*, p. 86.

¹¹⁴ Vide Anexo V, p. 113.

¹¹⁵ George Ball, *The Past has another Pattern. Memoirs*, p. 276, cit. por João Medina, “As guerras coloniais de África (1961-1974) e a literatura portuguesa actual”, in *Uma Vida em História - Estudos em homenagem a António Borges Coelho*, p. 632.

¹¹⁶ *Ob. cit.*, p. 277, idem, *ibidem*, p. 632.

¹¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 650.

¹¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 640.

Passado, devemos antes expurgá-lo e com ele aprender, para que através dele possamos construir um futuro melhor, todos os dias.

2.4) A Guerra Colonial e a queda do Império

Em 1963, a França, a Inglaterra e a Bélgica já tinham descolonizado os seus territórios ultramarinos e dado que Portugal ainda não o havia feito sofria cada vez maiores pressões vindas da ONU. Os estados-membros da Organização votaram, em Julho desse ano, a resolução que propunha que o nosso país reconhecesse a independência das suas Províncias Ultramarinas. Solicitava-se ainda aos estados-membros que não ajudassem Portugal, especificamente em termos bélicos, estabelecendo assim um embargo militar. A posição salazarista do "Orgulhosamente Sós" denotava-se, portanto, cada vez mais. Claro que Salazar continuava irredutível na sua doutrina e política colonial, e a julgar pelas manifestações de apoio aquando do envio de tropas para Angola boa parte da população concordaria com ele, porque "paradoxalmente o começo das guerras tivera o efeito de consolidar o regime de Salazar e de calar o criticismo interno que existia quanto à sua política colonial."¹¹⁹ O consenso que a questão colonial e a causa belicista reuniam terá resultado, ou pelo menos sido propiciado, pela forte propaganda nacionalista que o Regime não deixou de difundir durante décadas e que plantava em cada um uma noção do dever de salvaguarda do Império Ultramarino. Não obstante, com o desenrolar da Guerra Colonial esse sentimento foi-se dissipando e as posições contrárias ao Regime tornaram-se uma realidade incontornável.

Depois de 1947, com a Guerra Fria a contribuir para uma nova definição geopolítica do mundo, dividindo-o em capitalismo e comunismo, o Império Português ficava necessariamente sob a mira das duas superpotências, EUA e URSS, terminantemente anticolonialistas. "Estaline, em *O Marxismo e a Questão Nacional e Colonial*, depois de ter fustigado o chauvinismo metropolitano dos socialistas das nações dominantes que não querem combater os seus governos imperialistas nem apoiar a luta dos povos oprimidos das suas colónias, preconiza uma acção anti-imperialista"¹²⁰, defendendo assim um todo de países africanos, bem como asiáticos, que continuavam subjugados aos ditames coloniais, e que segundo a teoria comunista tinham o direito à paz, à liberdade e à autodeterminação. Assim, "o anticolonialismo soviético é apresentado, não apenas como uma tarefa de libertação, mas também como uma contribuição para a paz mundial"¹²¹, não alheio, contudo, à conquista de adeptos para a ideologia. E era precisamente disso que os EUA tinham receio: do avanço comunista em África. Essa foi uma das razões fundamentais que levaram os EUA a

¹¹⁹ Norrie MacQueen, *A Descolonização da África - a revolução metropolitana e a dissolução do Império*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1998, p. 46. Acerca da Guerra Colonial, cf., necessariamente, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Os Anos da Guerra Colonial - 1961.1975*, Matosinhos e Lisboa, QuidNovi, 2010.

¹²⁰ Joseph Ki-Zerbo, *História da África Negra*, vol. II, p. 161.

¹²¹ Idem, *ibidem*, p. 161.

empreender esforços no sentido de convencer Salazar a descolonizar o Ultramar. Os EUA já tinham recebido o líder da UPA Holden Roberto em 1959, e já tinham exercido pressão sobre Portugal, mas a resposta de Salazar foi chantageá-los com o direito à sua presença na Base das Lajes nos Açores, sítio de grande valor geoestratégico para os EUA. Posteriormente, em finais de Agosto de 1963, o presidente Kennedy tentou novas negociações e enviou George Ball, seu Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, a Portugal para dialogar com Salazar. Ball insistiu que Portugal devia reconhecer o direito à autodeterminação daqueles povos e que isso seria possível sem que perdesse a sua presença ou influência, mas Salazar manteve-se irredutível e limitou-se a fazer saber a sua visão nacionalista da África Portuguesa. Registe-se que Salazar desconfiava dos Americanos. Com efeito, achava que os EUA patrocinavam toda esta descolonização mundial só para depois instaurarem o seu próprio imperialismo. Numa subsequente troca de correspondência, Ball propôs que o Regime fizesse um plebiscito à população portuguesa da Metrópole e das Províncias Ultramarinas para referendar a independência do Ultramar, sugestão igualmente negada por Salazar. Em correio ulterior, Ball reafirma que Portugal deve conceder às suas províncias a autodeterminação e que deverá, em espaço de tempo limitado, operar relações e estratégias que permitam a futura e inevitável transição política. Adverte ainda Salazar para a iminência do despoletar da luta armada nas restantes colónias portuguesas e aconselha-o a investir económica e socialmente nesses territórios, criando estruturas do tipo ocidental, de forma a minimizar a insatisfação e consequentemente a rebelião. Mas os pontos de vista são inconciliáveis e a posição intransigente de Salazar manter-se-á, caindo por terra qualquer possibilidade de entendimento entre Portugal e EUA, mesmo ainda antes da morte de Kennedy, que, aliás, “foi o único que estendeu a mão a Portugal e procurou chegar a uma plataforma comum de entendimento, que assegurasse a paz e uma evolução política democrática para os nossos territórios ultramarinos.”¹²² Depois disto, os EUA quase pararam de insistir, até porque a Guerra do Vietname lhes desviou as atenções.

Conforme já se sublinhou, depois da II Guerra Mundial “uma parte dos assimilados ganha consciência da sua africanidade e lança as bases de movimentos nacionalistas nas colónias portuguesas”¹²³. Essa tomada de consciência também teve lugar em Portugal, nomeadamente na Casa dos Estudantes do Império e no Centro de Estudos Africanos, espaços “mais tarde considerados por Mário Soares como o «berço das chefias africanas»”¹²⁴, porque foram frequentados por figuras como Mário Pinto de Andrade e Agostinho Neto (futuros presidente e líder do MPLA), Jonas Savimbi (futuro líder da UNITA), Amílcar Cabral (futuro líder do PAIGC), Eduardo Mondlane e Samora Marchel (futuros presidentes da FRELIMO), entre outros. Muitas destas figuras fizeram parte ou participaram ainda em acções do MUD (Movimento de Unidade Democrática) e do PCP (Partido Comunista Português). Na intenção

¹²² Diogo Freitas do Amaral, *A tentativa falhada de um acordo Portugal / E.U.A. sobre o futuro do Ultramar Português (1963)*, p. 57.

¹²³ Armelle Enders, *História da África Lusófona*, p. 91.

¹²⁴ Norrie MacQueen, *A Descolonização da África - a revolução metropolitana e a dissolução do Império*, p. 38.

de criar um movimento que conduzisse à libertação das colónias, Mário Pinto de Andrade, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos e Aquino de Bragança constituem, em 1957 e em Paris, o MAC (Movimento Anti-Colonial), que em 1960 passaria a designar-se de FRAIN (Frente Revolucionária Africana para Independência das Colónias Portuguesas). E, finalmente, em 1961, a UPA e o MPLA instituem em Argel o CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas). “Todos estes movimentos, nas suas declarações de princípios e nas declarações políticas das várias conferências, manifestaram sempre o propósito de uma «liquidação pacífica» do colonialismo português, isto é, a procura de uma solução política e diplomática para a descolonização”¹²⁵, solução que, infelizmente para todos, não era sequer ponderável pelo Regime. Coincidentemente com o despertar deste sentimento nacionalista e com a organização de estruturas subversivas ao Estado Novo assiste-se nas colónias a um aumento da repressão por parte da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, sobejamente conhecida como PIDE. “Qualquer manifestação de protesto das colónias era sujeita a sistemática e violenta repressão. Em 1957, a polícia política do regime [...] abriu delegações em todos os territórios africanos e começou a organizar uma enorme rede de informadores que igualava a que já existia na metrópole”¹²⁶, porque para o Regime era imperioso proteger o Ultramar da subversão dos seus inimigos. Os primeiros desentendimentos sérios a surgirem prenderam-se com o insurgimento das populações ultramarinas contra vários aspectos da política colonial portuguesa, nomeadamente contra as políticas de cultura obrigatória instauradas pelo Regime. Salazar ordenou a pacificação imediata dos territórios, mas essa pacificação foi tudo menos pacífica, dela resultando um número elevado de vítimas, que agudizará ainda mais o sentimento de injustiça e o desejo de independência.

O primeiro incidente realmente problemático teve lugar em São Tomé e Príncipe, foi o chamado Massacre de Batepá, ocorrido em Fevereiro de 1953. O Estado Novo ordenou uma repressão em Batepá que acabou por ser sanguinária e que teve repercussões enormes. Passados uns anos, em 1961, formou-se o CLSTP (Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe), mais tarde, em 1963, MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe), cuja actividade foi, contudo, limitada. São Tomé e Príncipe alcançaria a independência a 12 de Julho de 1975, tendo como presidente o secretário-geral do MLSTP, Manuel Pinto da Costa.

Na Guiné surgiu em 1953 a FLING (Frente para a Libertação e Independência da Guiné), mas a sua actividade foi relativamente reduzida. Depois, em 1956, pela mão de Amílcar Cabral e alguns dirigentes cabo-verdianos emergiu o PAI (Partido Africano da Independência), designado em 1960 de PAIGC (Partido da Independência da Guiné e Cabo Verde). São da autoria do teórico nacionalista Cabral algumas das reflexões mais pertinentes acerca da descolonização portuguesa. Considerava, por exemplo, que para a descolonização e construção de uma nova sociedade seria necessário mudar não só a prática política, mas

¹²⁵ Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV., 1ª ed., Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2003, p. 82.

¹²⁶ Norrie MacQueen, *A Descolonização da África - a revolução metropolitana e a dissolução do Império*, p. 38.

também a forma de pensar. O despoletar da revolta guineense veio na consequência do Massacre de Pidjiguiti, Bissau, em Agosto de 1959, e da repressão que se lhe seguiu nos anos imediatos. O PAIGC iniciou a sua luta em 1963, organizou-se e evoluiu rapidamente, e na década de 60 conseguiu fazer frente ao exército português. A Guiné “foi o território onde a guerra foi mais dura e desgastante, que registou do lado português o maior número absoluto de mortos e feridos em combate, onde o controlo efectivo do exército sobre as populações foi o menor e mais problemático”¹²⁷. Em Janeiro de 1973, o líder Amílcar Cabral foi assassinado, mas o objectivo da independência não morreu com ele. Por esta altura, Marcelo Caetano considerava já conceder a independência à Guiné, até porque em Novembro do mesmo ano a ONU tinha declarado Portugal como ocupante ilegal desses territórios. “Nas vésperas do 25 de Abril o PAIGC tinha declarado unilateralmente a independência da Guiné, reconhecida por mais de 70 Estados e continuava a desafiar militarmente a presença portuguesa com redobrado vigor.”¹²⁸ Já em tempo de paz o PAIGC venceu as eleições e Pedro Pires torna-se Primeiro-Ministro e Aristides Pereira Presidente.

No caso de Moçambique é também a repressão policial de um protesto que leva ao eclodir da rebelião, o Massacre de Mueda de Junho de 1960. Em 1962, surge a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), resultado da convergência da UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique, 1960), da MANU (Mozambique African National Union, 1961) e da UNAMI (União Nacional Africana de Moçambique Independente, 1961). A FRELIMO, liderada por Eduardo Mondlane, era um movimento de pendor marxista que beneficiava da ajuda da URSS e da China. Iniciou a sua luta armada contra o Regime ditatorial em Setembro de 1964, e em 1969 Eduardo Mondlane foi assassinado, sucedendo-lhe Samora Marchel. “O início tardio da luta armada nesta colónia permitiu ao exército organizar com antecedência a defesa do território [e] por volta de 1967, a FRELIMO defronta-se com uma situação estacionária”¹²⁹, tendo pouco espaço de manobra no terreno. Em 1968 tentou, sem sucesso, controlar a zona da barragem de Cahora Bassa, episódio que lhe trouxe alguma projecção internacional e que serviu como meio de denúncia. Moçambique declarou a independência a 25 de Junho de 1975.

Em Angola foram as impiedosas repressões policiais de 1960 sobre as populações de Catete que se manifestavam a favor da libertação de Agostinho Neto, e em Março de 1961 em Malanje, zona de cultivo obrigatório de algodão, que despoletaram a luta armada contra o regime, não esquecendo o horror, de parte a parte, vivido na Baixa do Cassange ocorrido poucos dias antes. O MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), fundado na década de 50, contava com figuras como Viriato da Cruz, Mário de Andrade, Agostinho Neto, Ilídio Machado, e sendo simpatizante do comunismo beneficiava da ajuda de Moscovo. Menção também para o MLEC (Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda), fundado em 1960 por

¹²⁷ Joel da Silveira, “As guerras coloniais e a queda do Império”, in *Portugal Contemporâneo*, vol. V, p. 89.

¹²⁸ António Costa Pinto, “A Guerra Colonial e o Fim do Império Português”, in *História da Expansão Portuguesa*, vol. V, p. 87.

¹²⁹ Joel da Silveira, “As guerras coloniais e a queda do Império”, in *Portugal Contemporâneo*, vol. 5, p. 91.

Luís Ranque Franque, e que em 1963 se fundiu com o CAUNC (Comité d'Action Nacionale des Cabindas), formando assim a FLEC (Frente Nacional de Libertação do Enclave de Cabinda). E, finalmente, o movimento independentista de grande expressão UPNA (União dos Povos do Norte de Angola), cujo mentor era Holden Roberto, que sendo anticomunista não aceitou a ajuda do KGB, preferindo pedir auxílio aos EUA. Mais tarde viria a chamar-se UPA (União dos Povos de Angola) e foi o movimento que despoletou a luta armada em 1961. Em 1962 mudou o nome para FNLA (Frente de Libertação de Angola) e foi a maior das forças a lutar contra a presença portuguesa em Angola até 1974. Destaque também para a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), fundada por Jonas Savimbi em 1966, depois de ter abandonado a FNLA e o GRAE (Governo Revolucionário de Angola no Exílio). Estas organizações ver-se-iam, contudo, divididas por motivos sobretudo étnicos, e este tribalismo minava profundamente a união das forças contra o colonialismo português. A guerra em Angola culminou em milhares de mortos, outros tantos feridos e ainda outros mais de refugiados. Angola viveu uma situação pós-colonial muito complicada porque UNITA, FNLA e MPLA entraram em guerra civil. Depois de conseguida a independência, o MPLA, embora abalado, recompõe-se e ocupa o lugar da governação.

Estava então em curso a Guerra Colonial e a defesa dos territórios africanos evoluía como uma questão claramente prioritária. Assim, a 13 de Março de 1961, Salazar ordenou o envio de tropas, «Para Angola, rapidamente e em força!». O método de guerra preferido destes movimentos africanos era o de guerrilha, rápida e impiedosa, que espalhava o terror e o medo através do ataque surpresa. O Exército e a Força Aérea foram, por isso, treinados para o combate antiguerrilha, as tropas no Ultramar não se defrontavam com uma guerra de termos convencionais mas sim com a estratégica e fugaz luta guerrilheira. Salazar, e depois Marcelo Caetano que lhe sucedeu em 1968, prolongavam incessantemente esta guerra que absorvia cada vez mais meios humanos e financeiros. Veja-se, por exemplo, que em Angola, “dos meros 3 000 soldados no começo de 1961, Portugal aumentara para 50 000 homens a sua presença militar”¹³⁰ no final desse ano, e que “já em 1969 a maior parte do exército português estava mobilizado em África”¹³¹, onde em 1972 combatiam 140.000 homens nas várias frentes do continente. Mais de metade do orçamento português era absorvido pela rubrica «Defesa e Segurança»¹³², chegando “nos princípios dos anos 70 [...] cerca de [...] 7% do PNB”¹³³, e pela mesma data “o recrutamento atinge 6,2% da população activa, embora os Africanos constituam um terço dos 150.000 homens que combatem sob as cores portuguesas nos anos 70.”¹³⁴ A princípio os progressos das tropas portuguesas no terreno pareciam favoráveis, mas note-se que os meios de comunicação eram controlados de forma a engrandecer os feitos das Forças Armadas, fazendo crer à opinião pública que os esforços

¹³⁰ Idem, *ibidem*, p. 45.

¹³¹ Vide Anexo VI, p. 115.

¹³² Joseph Ki-Zerbo, *História da África Negra*, vol. II, p. 279.

¹³³ Norrie MacQueen, *A Descolonização da África - a revolução metropolitana e a dissolução do Império*, p. 73.

¹³⁴ Armelle Enders, *História da África Lusófona*, p. 104.

estavam a ser recompensados. Em rigor, a realidade da guerra de guerrilha provou a existência de vários lapsos de preparação do exército português.

Com o passar do tempo, o mal-estar e o desinteresse perante o tema da Guerra Colonial começaram a instalar-se e já em 1967 Franco Nogueira reconhecia na sociedade lusitana sintomas de fadiga e de alienação da política colonial. A população portuguesa acostumara-se à partida das tropas para África. Para infortúnio de todos, Marcelo Caetano, apesar da sua aparente abertura política, limitou-se a continuar a política beligerante de Salazar. Desta longa guerra em três teatros de operações, Angola, Moçambique e Guiné, resultaram 8.300 mortos e cerca de 28.000 feridos e mutilados¹³⁵ só do lado português; muitos outros sucumbiram do lado africano. Mas os números não traduzem por completo a realidade da guerra que se quer esquecer. Com efeito, a angústia, o medo, o desespero e o trauma não têm contabilização possível.

Como facilmente se percebe, muitos foram então os factores que contribuíram para a eclosão da Revolução de Abril de 1974. Devemos, por exemplo, anotar a ineficácia da política assimilacionista de Salazar e das políticas mais ou menos descentralizadoras de Marcelo Caetano (que em 1969 reafirmava a necessidade de manter o Império e que para isso propunha uma reforma ultramarina que incluía a autonomia progressiva dos territórios, mas que não findava com a submissão à metrópole); a perene posição estado-novista de não reconhecer a independência das Províncias, acrescido do isolacionismo em que Portugal se encontrava internacionalmente e até para com a Igreja; o crescimento da oposição e da contestação a nível nacional; a ascensão e a posição preferencialmente pacifista do General Spínola e a onda de choque que provocou com a sua obra *Portugal e o Futuro*; a infundável Guerra Colonial e as crescentes más condições dos militares no Ultramar, sem meios materiais adequados, com tempos de estadia cada vez maiores e com as reformas previstas para os estatutos nas Forças Armadas que em nada agradavam aos oficiais, etc.

Enfim, no dia 25 de Abril de 1974, “um golpe militar sem derramamento de sangue derruba Caetano e põe fim ao regime institucionalizado pela Constituição de 1933”¹³⁶ e termina a horrorosa Guerra Colonial¹³⁷. Foi o conjunto de uma série de situações, espalhadas e prolongadas no tempo e que se aglutinaram, que provocou a queda do Império Colonial Português. Os povos ultramarinos ganharam a tão desejada independência. O povo luso agradeceu a restituição da Liberdade, bem fundamental, e pôde finalmente respirar fundo e sossegar, pois o envio de tropas para o Ultramar tinha acabado. Na nossa opinião, o mito da África Portuguesa terá começado a desintegrar-se nos espíritos portugueses quando começaram a aperceber-se que para manter o dito Império Português teriam de continuamente enviar rapazes e homens de família para os confins da África. Lá ficavam por temporadas cada vez mais longas, sem comunicação, privados do amor da família,

¹³⁵ António Costa Pinto, “A Guerra Colonial e o Fim do Império Português”, in *História da Expansão Portuguesa*, vol. V, p. 78.

¹³⁶ José Freire Antunes, *A Guerra de África 1961-1974*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, D.L. 1995, p. 73.

¹³⁷ Vide Anexo VII, p.117.

quantas vezes sem meios materiais nem condições, a viverem os horrores de guerra, horrores que os transformavam e transfiguravam. Muitos voltaram vítimas de stress pós-traumático, feridos de morte psicologicamente, abalados no coração para todo o sempre. Mutilados fisicamente também. Ou nem sequer voltavam, vidas violentamente roubadas. Vidas desfeitas em nome de uma África que Salazar teimava portuguesa. Vidas dadas pela manutenção de um vasto Império que não deixava sossegar o pequeno país português. Maridos que deixaram esposas, pais que deixaram filhos, namorados que deixaram as raparigas, irmãos que deixaram famílias, pais cujos corações se dilaceraram com a ida dos seus filhos para África. Meses e meses sem comunicarem, anos de agonia. Sentidos votos de Feliz Natal enviados pelas emissoras que não substituíam o carinho físico, o abraço, o beijo natalício. Famílias inteiras em sofrimento, mães aflitas. Mães que receavam receber os filhos póstumos. Mães que não ficavam menos tristes por verem a bandeira portuguesa em cima do caixão. Mães, esposas e filhos, amigos que choravam lágrimas de tristeza, não lágrimas de orgulho pátrio. Que sentiam uma tristeza imensa, injusta e dolorosa, ainda mais dolorosa por ser injusta. Que desesperavam. Que sofriam. Uma saudade incurável e interminável. Vidas cheias que na hora da morte nada mais eram. Mortes precoces. Sofridas em silêncio. Lamentadas às escondidas. Tudo isto num Portugal triste, cinzento, cabisbaixo, calado à força pela PIDE, silenciado pelos bufos que faziam justiça ao ditado popular «As paredes têm ouvidos». Contudo, o povo português começava a indagar-se por que é que os filhos da terra iam morrer tão longe, numa terra estranha e longínqua, numa África que de portuguesa tinha sobretudo rios de sangue. Desgraça afinal infundada, desventura incutida, tragédia insuportável. Lápide para a Guerra, não para os soldados, pessoas verdadeiras. Afinal, a África é dos Africanos.

PARTE II

Guerra Colonial, Romance e repúdio do mito estado-novista da “África Portuguesa”

1) A Guerra Colonial no Romance Português

Parece que fazer guerra é, paradoxalmente, inerente ao ser humano. Fazem-se e desfazem-se as guerras, ficam as vitórias e as derrotas, os números contabilizam, os relatos dizem, a História faz-se. E a arte estetiza. Exemplos icônicos da estetização contemporânea da guerra são a fotografia que Nick Ut fez na guerra do Vietname e que chocou o mundo; o filme *Apocalypse Now*, baseado no livro *Heart of Darkness* de Joseph Conrad, no qual Francis Ford Coppola mostra o dantesco dessa guerra e a loucura daqueles que nela se bateram; a peça de teatro *War Horse* de Nick Stafford, baseada no livro com o mesmo título de Michael Morpurgo; a música de Jonh Lennon, imortalizado ao som de *Imagine* e *Happy Christmas (War is Over)*; o espantoso *Guernica* de Picasso retratando o horror da guerra civil espanhola; a obra literária *For Whom the Bell Tolls* de Ernest Hemingway que fica para a eternidade; *O Diário de Anne Frank*, um best-seller intemporal que nos causa uma comoção tremenda, tal como a história de Wladyslaw Szpilman, *O Pianista*. A arte é sentida e, *per si*, faz sentir. Fotografia, cinema, teatro, música, pintura, literatura, as mais variadas formas de arte pretendem estetizar períodos da História onde o horror e o terror imperaram. A literatura é, enquanto arte, uma das formas superiores de contar as misérias e as alegrias do Homem, as

suas derrotas e vitórias; é inclusivamente capaz de, de forma única, traduzir o sentimento humano, explorá-lo, dissecá-lo, transpô-lo para o leitor, fazê-lo ser entendido por quem lê.

No século XX, Portugal viveu dois conflitos bélicos: participou na I Guerra Mundial, a fim, por exemplo, de proteger os seus interesses em África, e, apesar de ter conseguido escapar à II Guerra Mundial, acabou por se debater, não muito depois, com a Guerra do Ultramar. Desnecessária e inútil, muitos dirão. Mas o que é certo é que aconteceu e deixou marcas indeléveis na sociedade portuguesa contemporânea. Com efeito, ainda que envolta num silêncio generalizado, a Guerra Colonial portuguesa encontrou uma leve expressão nas formas de séries e documentários para televisão, no cinema e no teatro, todavia foi, sobretudo, na literatura que alcançou a sua expressividade máxima. E são muitos os autores portugueses e africanos de língua portuguesa que discorreram sobre a Guerra Colonial. Poesia, novela, conto, crónica, romance, qualquer destes formatos serviu para exteriorizar os sentimentos daqueles que, de parte a parte, viveram a realidade colonial e posteriormente se bateram no conflito armado.

A quantidade e, mais importante, a qualidade dos textos produzidos relacionados com a era e com a guerra coloniais justificam a existência de uma literatura de guerra na literatura portuguesa. João de Melo alerta, contudo, para a problematização na definição da literatura de guerra portuguesa. Na verdade, qual é o seu balizamento temporal? Será apenas aquela literatura que se reporta aos anos da guerra 1961-1974 ou será que pode ainda se remeter a um tempo muito mais abrangente e anterior ao conflito? E acerca do seu conteúdo, a literatura que fez apologia do colonialismo e da portugalidade também se enquadra na literatura de guerra portuguesa ou será apenas aquela que denunciou e condenou o colonialismo português? Após alguma investigação e reflexão sobre o assunto, concluímos que a "Literatura de Guerra, para o ser, deve reunir estas duas imprescindíveis condições, a saber: a) ter a finalidade e substância *literárias*, dentro das convenções dominantes da qualidade e da sua linguagem específica; b) possuir a objectividade que em regra caracteriza e define o objecto literário como uma projecção e uma experiência da realidade."¹³⁸ Segundo esta concepção, as obras em análise nesta dissertação, *Jornada de África* (1989) de Manuel Alegre, *Os Cus de Judas* (1979) de António Lobo Antunes, *Autópsia de Um Mar de Ruínas* (1977) de João de Melo, *Nó Cego* (1983) de Carlos Vale Ferraz, *O Que Agora me Inquieta* (1985) de Carlos Coutinho e *Até Hoje, Memórias de Cão* (1986) de Álamo Oliveira, são indubitavelmente títulos da literatura de guerra portuguesa.

A maioria dos trabalhos pertencentes à literatura de guerra portuguesa foi criada depois do 25 de Abril de 1974, pois, como se sabe, a censura do Estado Novo não permitia que se publicassem conteúdos de ordem democrata, anticolonialista ou libertária. De facto, parte da literatura de temática colonial produzida antes e durante a guerra era apologista dos valores do Estado Novo, da ideologia da África Portuguesa, do luso-tropicalismo e do colonialismo. Dentro desta facção romanesca pró-imperialista destacam-se nomes como Reis

¹³⁸ João de Melo, *Os Anos da Guerra 1961-1975. Os Portugueses em África: crónica, ficção e história*, João de Melo (org.), 2ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1998, p. 14.

Ventura com *Sangue no Capim* (1963), Álvaro Guerra com *Os Mastins* (1967), Barão da Cunha com *Aquelas Longas Horas* (1968). Mas claro que ainda antes da Revolução dos Cravos houve um grande caudal de textos, poéticos e romanescos, de temática anti-imperialista e avessos à Guerra Colonial. Dos romances portugueses anticolonialistas anteriores à Revolução podem destacar-se *Côu Kiên: Um Resumo* (1972), mais tarde intitulado de *Catalabanza, Quilolo e Volta* (1976) de Fernando Assis Pacheco, *História do Soldado que não foi Condecorado* (1972) de Modesto Navarro e *Capitão Nemo e Eu* (1973) de Álvaro Guerra. Depois do MFA ter restabelecido a democracia e a liberdade de pensamento e imprensa em Portugal, surgiu uma considerável casta de autores que criaram magníficas obras literárias relacionadas com a Guerra Colonial. Esses escritores aproveitaram para, *a posteriori*, isto é, depois do 25 de Abril de 1974, escreverem abertamente acerca desses difíceis tempos de ditadura, de estado de sítio, de exílio e de guerra. Trinta e sete anos volvidos, podemos constatar que são imensos aqueles que contribuíram para a panóplia de obras literárias enquadradas nesta designação de romance de guerra. Poderíamos aqui nomear imensos autores e títulos, mas fá-lo-emos apenas de forma sucinta e para fins de contextualização. Para além dos títulos em análise e supracitados, destacam-se ainda, entre outros, *Lugar de Massacre* (1975) de José Martins Garcia; *Ir à Guerra* (1975) de Modesto Navarro; *Memória de Ver Matar e Morrer* (1977) de João de Melo; *Uma Noite na Guerra* (1978) de Carlos Coutinho; *Memória de Elefante* (1979) e *Conhecimento do Inferno* (1980) de António Lobo Antunes; *Percursos (Do Luachimo ao Luena)* (1981) de Wanda Ramos; *Um Jeep em Segunda Mão* (1982) de Fernando Dacosta; *Vindimas no Capim* (1986) de José Brás; *A Costa dos Murmúrios* (1988) de Lídia Jorge; *Soldado* (1988) de Carlos Vale Ferraz; *Braço Tatuado* (1990) de Cristóvão de Aguiar; *Os Cargueiros não sabem o Quando* (1993) de Domingos Lobo; *Uma Carga de Cavalaria* (1998) de Manuel Alegre; *Olhos de Caçador* (2007) de António de Brito; *Fim do Império* (2008) de António Vieira.

Todas estas obras romanescas se reportam aos tempos da Guerra Colonial e, por isso mesmo, são enquadradas na tipologia de romances da literatura de guerra pós e anticolonial. Vejamos esta designação por partes. O conceito de literatura tem vindo a ser estudado desde Platão e Aristóteles e, naturalmente, não se tratando de um objecto de designação intemporal ou imutável, a sua concepção tem vindo a sofrer algumas mudanças ao longo dos séculos. Classicismo, Renascimento, Romantismo, Naturalismo, Positivismo propuseram diversas análises e teorizações de literatura. Actualmente, os “três mais influentes e fecundos movimentos da teoria e críticas literárias da primeira metade do século actual [leia-se século XX] - o formalismo russo, o *new criticism* anglo-norte-americano e a estilística - [...] advogam o princípio de que os textos literários possuem caracteres estruturais peculiares que os diferenciam inequivocamente dos textos não-literários”¹³⁹. Possuem formas, objectivos e métodos particulares que, tornando-se típicos, lhes conferem o estatuto de texto literário. Roman Jakobson classificou estas particularidades como a *literariedade*¹⁴⁰ da literatura,

¹³⁹ Víctor Manuel de Aguiar e Silva, *Teoria da Literatura*, 8ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 2002, vol. I, p. 15.

¹⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 15.

pressupondo que a existência desta é que advoga a categorização e estatuto de determinado texto como literário ou não. O tema e temática, a estética, a sintaxe e a semântica são elementos fundamentais na análise de uma obra literária, posto que é a hábil (e sábia) construção e coordenação de todos estes elementos que propicia a feitura de literatura. Depois, dentro desta última há uma etiquetagem em géneros literários, entendidos enquanto categorias históricas e universais, que é feita de acordo com os aspectos temáticos, formais e estilísticos que caracterizam determinado texto: poesia, drama, tragédia, comédia, prosa, romance, crónica, biografia, etc. Tratando-se de literatura, é imprescindível entender que nem sempre as fronteiras entre tipologias são rígidas e que há fusões que obrigam a uma nova nomenclatura, veja-se o caso da tragi-comédia ou dos romances históricos, romances de guerra, etc. Por último, esta terminologia adicional, mas fundamental, especifica ainda mais o ser da obra literária. Geralmente denominado de subgénero literário, este refere-se em concreto à temática tratada na obra em questão, traça o seu perfil e descortina o seu âmago. Neste contexto, a literatura e os romances de guerra são, claro está, relacionados com o tema da guerra. Mas há ainda catalogações mais pormenorizadas que providenciam informações adicionais, como é o caso de literatura de guerra pós e anticolonial. Pós-colonial, pois foi produzida *a posteriori*, num contexto histórico-social pós-conflito, e anticolonial, porque condena abertamente o colonialismo.

O romance, enquanto género literário em prosa, alcançou grande notoriedade nos princípios do século XVIII, particularmente quando “o pré-romantismo rasgou novos horizontes à prosa literária, [...] e] o romance, a novela, as memórias, a biografia e a autobiografia - [...] adquiriram [...] um estatuto estético e sociocultural de que não usufruíam nos séculos anteriores.”¹⁴¹ Daí até à actualidade, o romance tem sido uma das formas de literatura predilectas do público leitor e dentro da esfera da literatura de guerra portuguesa o romance é o género que mais sucesso alcançou. A catalogação desta literatura em romances de guerra prende-se maioritariamente com o facto do tema inerente ser a Guerra Colonial. Esta catalogação não significa, contudo, que tenha havido grandes mudanças ou inovações significativas na forma de fazer a literatura. A verdade é que “a literatura cuja temática é a Guerra Colonial trouxe algumas mudanças no contexto da produção literária portuguesa, sem que por tal se pressuponha que tenha nascido uma literatura diferente, marcada por conceitos e procedimentos técnico-narrativos novos.”¹⁴²

Basicamente seria o tema em si o factor novel no romance português. Mas não só. Para além de se ter criado este universo até então desconhecido na nossa literatura, a guerra, houve também um novo discurso, com uma linguagem forte e feroz, uma nova postura, altamente crítica, um novo objectivo: rever, analisar e tomar uma posição, uma nova intenção, exorcista e ao mesmo tempo pedagógica. Com efeito, surgiram novas estruturas no romance português, devido às vivências na Guerra Colonial. Estes autores

¹⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 11.

¹⁴² Dionísio Vila Maior, “Cantos da alma e do sangue”, in *A Guerra Colonial: realidade e ficção: livro de Actas do I Congresso Internacional*, Rui de Azevedo Teixeira (org.), Lisboa, Editorial Notícias, p. 335.

sofreram uma mudança de personalidade que, inevitavelmente, alterou o seu modo de ver o mundo e, por conseguinte, de escrever. Como tal, mostrou-se uma nova pragmática, com uma linguagem determinada pela acção da pessoa que é, ao mesmo tempo, autor empírico e narrador, protagonista real e personagem¹⁴³ fictício, e manifestou-se também uma nova perspectiva sobre a guerra. De facto, “durante muitos séculos, a Guerra apareceu na Literatura vista pelo lado eufórico da vitória, cantando a valentia, a astúcia do vencedor, a capacidade de suportar e superar, pelo lado positivo, o sofrimento da Guerra. Muitos feridos ou estropiados de guerra aparecem na Literatura como heróis, quer sendo vencedores, quer vencidos.”¹⁴⁴ Na literatura portuguesa dos séculos XV e XVI, havia um enaltecimento brutal da pátria, mas não na actual literatura de guerra lusitana, cuja maioria das obras escritas a esse propósito tratam a Guerra Colonial sob a perspectiva dos vencidos e dos perdedores. Surgiu então uma nova forma de escrever, uma capacidade inovadora de construir uma dimensão literária dramática e trágica que até então ainda não tinha tido paralelo na literatura portuguesa (apesar da participação lusa na Grande Guerra de 1914-1918). Verifica-se, pois, uma nova capacidade de descrever o passado, de observá-lo, revê-lo e criticá-lo. Esta é uma literatura que denuncia e rejeita a guerra, que indaga as razões do passado, que confronta as pessoas com o seu próprio passado. Na realidade, não se pode separar a análise da literatura do seu contexto histórico-social, e, como tal, deve entender-se que “a literatura portuguesa após o 25 de Abril que tem como pano de fundo a temática da Guerra Colonial acentua gradativamente a crítica de um passado [...] recente. Trata-se de uma literatura que procura rever a identidade nacional, uma literatura que regressa a África para redefinir espaços preenchidos pela História e destilados pelo crivo da cultura oficial”¹⁴⁵. É, no fundo, uma espécie de literatura de intervenção que, por seu interposto, apreende a realidade do regime ditador e do conflito bélico. Ao testemunhar esses tempos difíceis, pretende que o leitor construa ou complete o seu quadro mental dessa época, tirando ilações e formando uma opinião. Esta literatura de guerra, feita pelos próprios agentes que nela intervieram, pretende ser uma contribuição valiosa para a reflexão e consciencialização daquilo que foi a Guerra Colonial, para que o drama e a tragédia não se repitam, ou seja, apresenta uma dimensão pedagógica que, aliás, também é novidade no universo literário português. Em suma, pretende ser um exercício pedagógico de revisão da História que, com as suas convicções, será legado às gerações futuras como um género de lição. Para ajudar à elaboração desta literatura de testemunho, que é feita de forma muito aproximada à biografia dos próprios autores, eles optaram por, mesmo dentro da ficção, se manterem muito próximos da realidade histórica e sobretudo muito leais aos sentimentos vividos. Assim, “outro dos elementos que a literatura sobre a guerra introduz no discurso ficcional é o da

¹⁴³ No âmbito do estudo da construção da personagem, cf., obrigatoriamente, Cristina Maria da Costa Vieira, *A Construção da Personagem Romanesca: Processos Definidores*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.

¹⁴⁴ Eduardo Fonseca, “A metaforização em *Os Cus de Judas*, de António Lobo Antunes”, in *A Guerra Colonial: realidade e ficção: livro de Actas do I Congresso Internacional*, p. 361.

¹⁴⁵ Dionísio Vila Maior, “Cantos da alma e do sangue”, in *A Guerra Colonial: realidade e ficção: livro de Actas do I Congresso Internacional*, p. 336.

sinceridade: sinceridade emocional, ideológica, afectiva, sexual.”¹⁴⁶ Uma honestidade transparente que é transmitida ao leitor quase sem pudor, que é imensa, intensa e fiel ao momento em que, provavelmente no plano da realidade, aconteceu. Para conseguir falar de assuntos mais constrangedores, estes autores socorreram-se por vezes das técnicas de discurso irónicas e humorísticas, sendo que “outro dos elementos novos introduzidos no discurso literário por estes textos é o do humor, do sarcasmo, da ironia, da enorme capacidade de se auto-analisar, de desmontagem do drama (simultaneamente colectivo e individual) através do humor”¹⁴⁷. Assim, todos estes elementos, o universo, a pragmática, o testemunho sob a perspectiva do perdedor, a técnica discursiva, são apresentados como novidade na matriz da literatura portuguesa e como contribuidores para a nova estética do romance de guerra português.

Qualquer texto literário deve ser entendido enquanto criação estética de uma determinada visão do mundo e da vida. Ao criar a obra, o escritor faz passar a sua posição perante determinado assunto, permitindo ao leitor apreender o seu sentido. Os autores destas obras da literatura de guerra portuguesa escrevem quase como testemunhas oculares, relatam o que viram enquanto indivíduos que experimentaram essa vivência bélica e, por isso mesmo, o produto final apresenta um grande pendor autobiográfico. Na verdade, “sempre se transporta algo de autobiográfico, algo do conhecimento directo e interior das vidas dos autores, para o plano da realização estética”¹⁴⁸, ou seja, para o plano ficcional. Mas, tratando-se de obras ficcionadas, nem tudo nelas deverá ser entendido como um discurso fidedigno de testemunho. O escritor, para além de ser esta pessoa que viveu a situação e que quer prestar o seu depoimento enquanto autor empírico, é também o autor textual capaz de criar artifícios para contar essa realidade, capaz de formular todo um universo literário que, embora paralelo à realidade, é ficção. Assim, o autor como que se despe dessa função de testemunha para vestir as vestes de personagem, mas sendo ele testemunha, não pode e não consegue, pura e simplesmente, evitar as suas recordações e colocar de lado as suas lembranças, que são parte integrante do tecido crucial para a construção da história. Assim sendo, a sua escrita ficará necessariamente refém das memórias. Esta literatura de guerra portuguesa, “escrita em quase todos os casos por participantes no conflito, apresenta conscientemente um carácter de testemunho muito superior ao de efabulação, chegando com frequência ao ponto de impedir uma nítida linha divisória entre ficção e memorialismo.”¹⁴⁹ A realidade na ficção e a ficção da realidade: basicamente é esta a dicotomia presente nas obras aqui em análise e no grosso dos romances de guerra portugueses. De facto, é uma “torcida leitura ficcional da realidade histórica [...] que largamente domina na produção

¹⁴⁶ Domingos Lobo, “A Guerra Colonial enquanto elemento de renovação (temática e estética) da moderna ficção portuguesa”, in *A Guerra Colonial: realidade e ficção: livro de Actas do I Congresso Internacional*, p. 439.

¹⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 439.

¹⁴⁸ Rui de Azevedo Teixeira, *A Guerra Colonial e o Romance Português - Agonia e Catarse*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p. 302.

¹⁴⁹ Eduardo Mayone Dias, “A novelística das guerras coloniais portuguesas”, in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Luís A. de Oliveira Ramos, Jorge Martins Ribeiro e Amélia Polónia (coord.), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/d, p. 385.

romanesca que emerge da Guerra Colonial.”¹⁵⁰ E nem sempre é simples diferenciar o que é verdade do que é ficção dentro de um texto literário. A relação entre os elementos verdadeiro e ficcional é uma complexa teia que desperta dúvidas e tensões no leitor. A obra de Lobo Antunes, *Os Cus de Judas*, por exemplo, suscitou imensas reacções e despoletou acesas discussões sobre o que realmente se passou ou terá passado na Guerra Colonial. Já a obra de Carlos Coutinho, *O que agora me inquieta*, para fugir às alusões de pessoas ou acontecimentos verídicos, prontamente se apresenta como uma novela, ficcional, portanto. Em *Jornada de África*, Manuel Alegre consegue fazer uma fusão interessante entre os factos históricos e os ficcionais, usando tempos e lugares verídicos e criando personagens fictícias com base em pessoas reais. Já João de Melo em *Autópsia...* serve-se da experiência real na Guerra para ficcioná-la de forma dura e comprometedora. Álamo Oliveira em *Até Hoje...* tem como premissa a honestidade num mundo de guerra ficcionado, mas, em alguns aspectos, muito próximos do real. Carlos Vale Ferraz em *Nó Cego* fala de um verdadeiro mundo de guerra através de uma falsa realidade, “serviu-se de uma *mentira* - um romance - para *mostrar algumas verdades*.”¹⁵¹

Verdade e mentira estão, nestas obras de guerra, intimamente ligadas. Juntas constroem uma nova realidade, uma realidade ficcionada, baseada em pessoas, tempos, lugares e acontecimentos empíricos que foram transplantados para o plano literário ficcional. Nos romances de guerra portugueses, o *showing* e o *telling* alternam-se e “entre *factum e fictum* há sempre uma relação perturbada e complexa”¹⁵². Entrelaçam-se e complementam-se. A verosimilhança, apesar de estar presente e de muitas vezes ser o ponto de partida para a ficção, deixa de existir na plenitude, porque a verdade deixa de o ser quando a ficção se lhe integra, anulando-a assim parcialmente. Os “elementos factuais, [...] quando centrifugados por uma história literária, são ficcionalmente subvertidos, reescrevem-se segundo as estruturas simbólicas da ficção, tornam-se elementos ficcionais assimilados.”¹⁵³ Não se pode, por conseguinte, ler uma obra literária como correspondendo inteiramente à realidade, aos factos acontecidos, porque a Literatura não é a História, assim como o texto literário não é um documento referencial. A literatura de guerra não usufrui do rigor da disciplina de História e está muito aquém da isenção de opinião e de emoção. Constitui-se como um testemunho sim, mas como um testemunho romanceado, ficcionado portanto, e, como tal, o leitor não deverá ler o texto como se de História se tratasse realmente. Mas também é verdade que estas obras literárias mostram aquilo a que se pode chamar o outro lado da História, porque são o espaço onde se contam as histórias, pessoais e colectivas, que a História não conta. Esta literatura da História contemporânea não deixa, pela sua ficção, de

¹⁵⁰ Domingos Lobo, “A Guerra Colonial enquanto elemento de renovação (temática e estética) da moderna ficção portuguesa”, in *A guerra colonial: realidade e ficção: livro de Actas do I Congresso Internacional*, p. 442.

¹⁵¹ Lígia Manuela Ribeiro Sequeira, *Nó Cego de Carlos Vale Ferraz - Realidade e Ficção*, (tese de mestrado sob orientação Rui de Azevedo Teixeira), Lisboa, Universidade Aberta, 2002, p. 104.

¹⁵² Roberto Vecchi, “Experiência e representação: dois paradigmas para um cânone literário da Guerra Colonial”, in *A Guerra Colonial: realidade e ficção: livro de Actas do I Congresso Internacional*, p. 392.

¹⁵³ Rui de Azevedo Teixeira, *A Guerra Colonial e o Romance Português - Agonia e Catarse*, p. 296.

ser um bom instrumento para a apreensão do real, para o seu conhecimento pleno. Deste modo, existe uma “tensão fortíssima [...] entre a literatura como mentira, assim como hoje não poderíamos, pós-modernamente, deixar de concebê-la, e a literatura com verdade, assim como às vezes somos tentados de interpretá-la e a própria história nos impele fazer.”¹⁵⁴ É ao leitor que cabe a tarefa de diferenciação entre real e fictício, é sobre ele que recai a responsabilidade de entender o que é o quê dentro desta literatura de guerra portuguesa.

O romance de guerra português denuncia e relata os infortúnios de uma geração condenada aos estudos interrompidos, condenada a combater numa guerra distante, numa guerra que cedo perceberam não ser sua, uma geração sujeita à violência, à ausência da família e do amor, uma geração que sofreu o exílio, a perseguição política, a prisão e a tortura. São os relatos de quem viveu sob o regime ditatorial, são as histórias de quem foi para África para matar ou morrer. A literatura de guerra portuguesa foi escrita pela “geração literária da guerra colonial”¹⁵⁵, a geração daqueles que viveram, de facto, no tempo e no espaço da Guerra Colonial. Muitos foram os escritores que escolheram a literatura como a forma de arte para contar as suas vivências, experiências, pensamentos, sentimentos. Do medo à coragem, da saúde à doença, da vida à morte, do amor à raiva, do companheirismo à solidão, há um turbilhão de emoções que marcam indelevelmente o ser e o estar de uma pessoa. Em cenário de guerra, há indubitavelmente situações traumáticas que arrastam consequências nefastas para o resto da vida, lembranças que gostariam de ser apagadas, situações que não deviam ter existido. Viver entre a vida e a morte, a nossa e a dos outros, é uma das situações que mais traumatiza o interveniente na guerra e essa é uma das situações sempre presentes nesta literatura de guerra. Escrevendo, estes autores procuram também exorcizar a sua memória individual numa história que é colectiva, mas dado que essas memórias são dolorosas, também elas são negadas colectivamente, se não negadas pelo menos são silenciadas, dando então lugar a uma operação de desmemória.

Marcados para toda a vida, estes autores sentem a necessidade de exteriorizar o grito que não puderam dar então. A literatura de guerra surge com um tom confessional e como um meio de expurgação, de libertação de culpas e de redenção do autor empírico. É pela literatura que se opera a catarse individual e colectiva dessa geração condenada ao passado da guerra “e será no romance que essa terapêutica purgação atingirá o seu nível artístico mais elevado.”¹⁵⁶ Essa “*Kátharsis* [...] poderá ser uma tentativa de redenção, de pacificação interior ou de necessária consciência de si”¹⁵⁷, ou poderá ir ainda mais além e transformar-se em algo mais do que catarse, no fundo, constituir “uma urgência dialogal, uma autognose a que o escritor visa proceder, uma tentativa de conhecimento de si próprio, e que poderá ser,

¹⁵⁴ Roberto Vecchi, “Experiência e representação: dois paradigmas para um cânone literário da Guerra Colonial”, in *A guerra colonial: realidade e ficção: livro de Actas do I Congresso Internacional*, p. 389.

¹⁵⁵ João de Melo, *Os Anos da Guerra 1961-1975. Os Portugueses em África - crónica, ficção e história*, p. 16.

¹⁵⁶ Rui de Azevedo Teixeira, *A Guerra Colonial e o Romance Português - Agonia e Catarse*, p. 99.

¹⁵⁷ Norberto do Vale Cardoso, *Autognose e (Des)memória: Guerra Colonial e Identidade nacional em Lobo Antunes, Assis Pacheco e Manuel Alegre* (tese de mestrado sob orientação de Carlos Mendes de Sousa), Braga, Universidade do Minho, 2004, p. 26.

“uma tentativa de resgatar um *self* perdido e irrecuperável, que, na literatura, tem, pelo menos, a sua *anamnese*, isto é, que só nela tem uma revelação perante si mesmo.”¹⁵⁸ É, sem dúvida, um desabafo que se pretende sabido e entendido pela sociedade portuguesa actual; é, com certeza, uma depuração de alma que o autor sentiu como absolutamente necessária. Num plano mais abstracto, será inclusivamente uma tentativa de correcção do passado, do pretérito que não devia ter existido, mas do qual foram obrigados a fazer parte. Presentemente, não raras vezes, são assaltados pela vergonha e pelo peso da falta que queriam não ter cometido. Escrever sobre a Guerra Colonial constitui, para estes escritores, um exercício de revisão e de auto-consciencialização que, apesar de os fazer (re)viver um sentimento de culpa, lhes permite avançar pelo caminho da redenção, da purificação da alma, sendo também um exercício de plena catarse, de libertação de sentimentos reprimidos.

Os romances pós e anticoloniais portugueses revestem-se de um cariz realista mas também muito sentimentalista. Falam de sofrimento, de coragem, de vida e de morte. Concomitantemente, são ainda romances denunciadores, posto que ilustram a desilusão para com o Estado Novo, acusando-o das suas práticas colonialistas, que decompõem a visão de um Portugal único e coeso, que desmistificam a imagem de uma África Portuguesa, que destroem o conceito de Portugal, essa grande Nação, que havia sido primorosamente ensinado na escola salazarista. Estes romances, ao comprometer e desconstruir a imagem do Portugal grande e glorioso, assumem-se como romances de literatura anti-epopeica, que vai contra a representação maravilhosa que era feita da nossa História, funcionando, portanto, como a negação do imago de *Os Lusíadas* ao qual ainda hoje parte do imaginário da sociedade portuguesa se encontra preso. Nestes romances anticoloniais há uma intencional representação denegrida da História, especialmente do período político-social que contextualiza a Guerra Colonial. Podemos, pois, encontrar características comuns a vários romances de guerra, nomeadamente em *Cus...* de Lobo Antunes, em *Autópsia...* de João de Melo e em *Jornada...* de Manuel Alegre, na medida em que apontam para “um certo derrotismo e antitriunfalismo com que se analisa a História”¹⁵⁹, ou seja, preconizam uma ideia e um ideal de *Os Lusíadas* ao contrário. Assim, estas obras tratam do findar do ciclo colonialista que se arrastava desde o século XV, debruçando-se sobre o ruir do Império Português. Estamos ante uma literatura de anti-império, de desânimo, de alheamento individual, social e colectivo, preenchida por anti-heróis, por heróis que afinal não existiam. Assim, “a literatura da guerra colonial é, quanto muito, uma anti-epopeia, a história de uma guerra sem heróis, onde o carácter sagrado do heroísmo não encontra sentido. Não há grandeza, há o encerrar doloroso e traumático de um ciclo, sem épica e sem canto.”¹⁶⁰ No fundo, assiste-se a uma super reacção contra o modelo colonialista português e contra o

¹⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 26.

¹⁵⁹ Dionísio Vila Maior, “Cantos da alma e do sangue”, in *A Guerra Colonial: realidade e ficção: livro de Actas do I Congresso Internacional*, p. 336.

¹⁶⁰ Jorge Humberto dos Santos Carnaxide, *O Último Império - O Estado Novo e a Guerra Colonial na Literatura Portuguesa* (tese de mestrado sob orientação de João Medina), Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000, p. 217.

modus operandi colonialista do Estado Novo, assumindo uma redefinição da identidade nacional colectiva, uma identidade não imperialista.

Em suma, a literatura portuguesa foi brindada com dezenas de romances relacionados com a Guerra Colonial que, belissimamente compostos, têm vida no seu seio e morte também. Títulos que enriquecem o património português, porque são portadores de uma vitalidade artística que os coloca no patamar de obras-primas da literatura contemporânea, escritos por pessoas que sabem verdadeiramente como foi a Guerra Colonial.

2) Biografias

2.1) Manuel Alegre

A 12 de Maio de 1936 nasceu Manuel Alegre de Melo Duarte. Natural de Águeda, desde cedo frequentou escolas em diversas cidades portuguesas. Em 1956 ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e tornou-se membro do movimento associativo universitário dissidente do Estado Novo. Em 1957 fez-se militante do proibido PCP e em 1958, membro da Comissão da Academia, tornando-se apoiante do candidato à Presidência da República Humberto Delgado. Quase desde sempre ligado às Letras, Alegre foi co-fundador do jornal *Prelúdio* e do Centro de Iniciação Teatral da Universidade de Coimbra (CITAC), membro do Teatro de Estudantes da Universidade de Coimbra (TEUC), dirigente da revista universitária *A Briosa* na qual publicou poemas, redactor da revista *Vértice*, colaborador da revista *Via Latina* e ainda foi incluído nas colectâneas *A Poesia Útil* e *Poemas Livres*.

Em 1961 foi chamado a cumprir serviço militar, foi enviado para Mafra e depois para São Miguel nos Açores. Aí, com Ernesto Melo Antunes e outros, desenvolveu as Juntas de Acção Patrióticas dos Açores, grupos de resistência ao regime estado-novista. Juntos traçaram um plano de levantamento militar e civil na ilha, que acabou por não ser bem sucedido. Em 1962 foi mobilizado para Angola como alferes miliciano, a sua principal função era escoltar civis ou tropas de Luanda para o Norte de Angola. Esteve em Luanda, Quicya, Quixico, Sá da Bandeira, Nambuanguo e em Sanza Pombo. Acérrimo da causa anticolonialista, participou numa tentativa de revolta militar, acto que lhe custou, em 1963, a prisão. Encarcerado no forte de São Paulo, em Luanda, teve a oportunidade de privar com os escritores angolanos Luandino Vieira, António Jacinto e António Cardoso. No final de 1963, Alegre foi desmobilizado e enviado de volta a Coimbra, coato à residência fixa. No seguimento da reabertura do seu processo judicial que se previa em Angola, Alegre decidiu, em 1964, passar à clandestinidade e exilar-se. Foi para Paris, cidade onde pôde interagir com Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Eduardo Mondlane, Samora Marchel, Amílcar Cabral, etc. Depois, deslocou-se para Argel e lá permaneceu até ao 25 de Abril, tendo sido eleito para a direcção da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), liderada por Humberto Delgado, e, na Rádio Argel, tornou-se numa das mais conhecidas vozes da resistência ao Estado Novo.

Este grito de revolta também é visível na sua obra literária, aliás, parte dos seus escritos estão profundamente relacionados com a causa colonial. Logo em 1965 compôs os poemas *Praça da Canção*, em 1967, *O Canto e as Armas* e, em 1993, os *Sonetos do Obscuro Quê*. Alguns dos seus poemas foram cantados pelas vozes da resistência, Zeca Afonso, Adriano Correia de Oliveira, Manuel Freire, etc. No plano do romance e ligado à temática colonial, Manuel Alegre escreveu *Jornada de África*, *o Homem do País Azul* e *Uma Carga de Cavalaria*. Alegre é um dos grandes escritores da língua portuguesa, incluído, inclusivamente, no Plano

Nacional de Leitura. É autor de uma vasta obra literária¹⁶¹ composta por poesia, ficção, literatura infantil, ensaios, numerosos artigos de jornais e revistas, etc. A sua escrita é reconhecida internacionalmente e muitos dos seus poemas foram traduzidos e incluídos em antologias de poesia estrangeiras. Foi distinguido com vários prémios literários, entre os quais se contam o Grande Prémio de Poesia da Associação Portuguesa de Escritores (1998) e o Prémio Pessoa (1999).

Depois do 25 de Abril de 1974, Alegre regressou a Portugal, aderiu ao Partido Socialista (tinha abandonado o PCP em 1968, aquando os acontecimentos da Primavera de Praga), participou na redacção da Constituição de 1976, integrou o primeiro Governo Constitucional e participou sempre na vida política portuguesa. Ocupou diversos cargos políticos, destacar-se-ão porventura os lugares de deputado na Assembleia da República, por trinca e cinco anos, de vice-presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, de vice-presidente da Assembleia da República e, claro está, o de candidato às Eleições Presidenciais de 2006 e de 2011.

2.2) António Lobo Antunes

António Lobo Antunes nasceu a 1 de Setembro de 1942 em Lisboa. Viveu feliz em Benfica, mas Nelas também tem um significado especial. É o primeiro de seis irmãos, desde cedo quis ser escritor, não obstante, por vontade do pai, ingressou na Faculdade de Medicina de Lisboa.

Em Janeiro de 1971, Lobo Antunes foi chamado a prestar serviço militar. Destacado para Angola como tenente médico, desempenhou a função de médico cirurgião que o marcou negativamente para o resto da vida. Conheceu o horror da guerra no Leste de Angola, nas apelidadas Terras do Fim do Mundo, e esteve na Baixa de Cassange, terra de massacre. Estando em Angola também teve a oportunidade de privar com Ernesto Melo Antunes, pessoa que lhe inspirou um profundo respeito e admiração, e com quem desenvolveu uma sólida amizade. Regressou a Lisboa em 1973, continuou a exercer medicina e especializou-se em psiquiatria. Em 1980 tornou-se militante da APU - Aliança do Povo Unido, uma coligação do PCP, mas pouco tempo depois afastou-se inteiramente da cena política.

Em 1979, editou a sua primeira obra literária, *Memória de Elefante*, uma história de cariz autobiográfico que discorre sobre as dúvidas existenciais de um psiquiatra amargurado pelo divórcio e pelas nefastas memórias da Guerra Colonial em Angola. Ainda no mesmo ano, publicou *Os Cus de Judas*, uma expurgação da vivência de médico e pessoa numa guerra injusta que mutilava, matava e condenava ao eterno sofrimento aqueles que nela se bateram. Em 1980, editou *Conhecimento do Inferno*, outra vertiginosa descida ao inferno da Guerra Colonial. Com estas três obras, de cariz essencialmente bélico, Lobo Antunes tornou-se num dos mais reconhecidos autores da literatura de guerra portuguesa, ou seja, “é um dos mais

¹⁶¹ Vide AnexoVIII, pp. 119,120.

desconcertantes romancistas actuais, pelo cruzamento de uma larga experiência de miliciano na guerra colonial e de psiquiatra com uma inestancável profusão de analogias ou metáforas”¹⁶². Actualmente, a sua obra literária¹⁶³ é vasta e conta com diversos títulos dedicados a variadas temáticas. Para além das obras romanescas, Lobo Antunes também escreveu poesia, produziu trabalhos científicos com Daniel Sampaio, colaborou com *O Jornal*, com a revista *Grande Reportagem* e foi autor de crónicas no jornal *O Público* e na revista *Visão*. Muitos dos seus livros foram traduzidos para diversas línguas e tornaram-se, em alguns casos, fenómenos de venda. Pelo que diz e sobretudo pela forma rebuscada como o diz, este autor auferiu de um grande prestígio e foi galardoado com diversos prémios literários, por exemplo o Prémio de Jerusalém (2005) e o Prémio Camões (2007).

2.3) João de Melo

João Manuel de Melo Pacheco nasceu a 4 de Fevereiro de 1949, na Achadinha, Açores. Foi nos Açores que passou toda a sua infância, aos onze anos mudou-se para o continente a fim de prosseguir os estudos no Seminário dos Dominicanos. Depois disso, viveu em Lisboa.

Em 1971, foi mobilizado para Angola como furriel enfermeiro e só pôde regressar em 1974. A experiência traumática de vinte e sete meses no Ultramar marcá-lo-iam para sempre. Em 1981, licenciou-se em Filologia Românica na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Depois disso teve várias profissões: foi crítico literário, director editorial, colaborador de diversas revistas literárias (a *Vértice*, o *Colóquio de Letras*, a *Silex* e a *Ler*), professor do ensino secundário e universitário e Conselheiro Cultural na Embaixada de Portugal em Madrid.

Em termos de produção literária, a sua actividade começara bastante cedo, na medida em que com dezoito anos apenas publicou o seu primeiro conto no *Diário Popular*. Depois, a Guerra Colonial tornou-se a temática de alguns dos seus livros. Com este tema destacam-se os romances *A Memória de Ver Matar e Morrer* e o subsequente *Memórias de Um Mar em Ruínas*. João de Melo é autor duma considerável obra literária¹⁶⁴: escreveu poesia, crónica, contos, crítica literária, ensaios e trabalhos de investigação, mas é como ficcionista que mais se destaca. Algumas das suas obras foram traduzidas para diversas línguas estrangeiras e são vendidas na Europa e Estados Unidos. João de Melo é um nome sonante na literatura açoriana contemporânea. Pela sua obra ficcional, foram-lhe atribuídos diversos prémios literários, destacando-se a galardoação do romance *Gente Feliz com Lágrimas* que lhe valeu o Grande Prémio do Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores.

¹⁶² A. J. Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 17ª ed., Porto, Porto Editora, 1996, p. 1110.

¹⁶³ Vide Anexo IX, p. 121.

¹⁶⁴ Vide Anexo X, p. 122.

2.4) Carlos Matos Gomes (Carlos Vale Ferraz)

Carlos Vale Ferraz é o pseudónimo literário de Carlos Matos Gomes. Nasceu a 24 de Julho de 1946 em Vila Nova da Barquinha. Estudou no Colégio Nun'Alvares Pereira em Tomar, onde conheceu Salgueiro Maia, e depois fez o curso de Cavalaria da Academia Militar.

Fazendo parte da tropa especial portuguesa, os Comandos, cumpriu três missões na Guerra Colonial, em Angola, Moçambique e Guiné. Entre 1967 e 1974, fez parte de algumas das grandes operações de guerra estado-novistas. Em Moçambique, participou na operação Nó Górdio, como comandante de uma Companhia de Comandos no assalto à Base Gungunhana. Durante a sua estadia no Ultramar, foi ferido e condecorado com as medalhas de Cruz de Guerra (de 1ª e 2ª classes) e com a medalha colectiva da Torre de Espada. Fez parte da primeira Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães da Guiné e foi membro da Assembleia do Movimento das Forças Armadas. Depois do 25 de Abril, Carlos Matos Gomes assumiu, publicamente a sua posição de extremo esquerdista e a 20 de Novembro de 1975 assinou, conjuntamente com outros oficiais, o "Manifesto dos Oficiais Revolucionários".

Na década de 80, e baseando-se na sua experiência militar, dedicou-se a escrever acerca da Guerra Colonial. A sua obra literária¹⁶⁵ tem sido editada por diversas editoras e é parte integrante das antologias de literatura portuguesa de João de Melo. Sendo um profundo conhecedor do universo militar, participou na redacção de vários artigos de História Contemporânea relacionados com a Guerra Colonial. Vejamos os seguintes casos: é co-autor, com Aniceto Afonso, de *Guerra Colonial e de Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*; é co-autor, com Fernando Farinha, de *Guerra Colonial - Um Repórter em Angola*; é autor de artigos na *História Militar Portuguesa* de Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira; foi consultor da série documental *A Guerra* de Joaquim Furtado e nas séries documentais da SIC e da RTP sobre o Século XX. Carlos Matos Gomes tem também uma ligação ao cinema português: *Os Imortais* de António-Pedro Vasconcelos é uma adaptação da sua obra *Os Lobos não usam Coleira*; participou em *Conta-me uma História* de João Botelho; colaborou com Maria de Medeiros no argumento de *Capitães de Abril* e com Joaquim Leitão nos filmes *Inferno* e *20.13 - Purgatório*; o argumento do filme *Portugal SA* de Ruy Guerra é da sua autoria, tal como o guião da série da RTP *Regresso a Sicalinda*, baseado no romance *Fala-me de África*.

2.5) Carlos Coutinho

Carlos Alberto da Silva Coutinho nasceu a 22 de Agosto de 1943 em Fornelos, Santa Marta de Penaguião. Estudou em Vila Real, depois tirou o curso do magistério primário e foi docente num asilo de crianças que denunciou por falta de condições.

¹⁶⁵ Vide Anexo XI, p. 123.

Em 1966, foi mobilizado para Moçambique como enfermeiro militar de neuropsiquiatria. Regressou a Portugal em 1969 convicto de que a Guerra Colonial era um colossal erro que urgia findar. Voltou a leccionar, mas logo optou por se tornar jornalista. Militante do PCP e cada vez mais empenhado na oposição ao regime, Carlos Coutinho tornou-se, a partir de 1970, num dos principais operacionais da ARA - Acção Revolucionária Armada, brigada revolucionária do PCP, autora de diversas acções de luta contra o regime estado-novista. Sob o pseudónimo de Meneses, Coutinho sabotou o Cunene, cargueiro que levava armamento para a Guiné, participou na explosão da Escola Técnica da PIDE, destruiu aviões e helicópteros em Tancos, participou na Operação Curto Circuito, cujo objectivo foi proceder ao corte de energia eléctrica em vários pontos do país no dia da eleição de Américo Tomás e fez parte de diversas outras operações que tinham como objectivo fragilizar a máquina colonial estado-novista. Como consequência, em 1973, foi preso e severamente torturado pela PIDE em Caxias, tendo sido apenas libertado no dia seguinte à Revolução dos Cravos.

Nas tertúlias anti-fascistas que frequentou, Carlos Coutinho teve a oportunidade de privar com figuras como Miguel Torga, Virgílio Ferreira e António Barreto. Para sempre ligado às Letras, Coutinho trabalhou em jornais como o *Vida Mundial*, foi arquivista em *O Século*, colaborou no *Avante!* e foi ainda um dos fundadores de *O Diário*. Foi autor de várias crónicas jornalísticas, mas foi como dramaturgo que mais se notabilizou. A peça *Herbicida*, publicada em 1972 pela editora do Jornal do Fundão foi um grande sucesso. Relacionado com a temática da Guerra Colonial, João de Melo escreveu “dois livros de crónica ou testemunho de repressão interna e colonial, *Recordações da Casa dos Mortos*, 1976, e *Uma Noite na Guerra*, 1978, e [...] uma novela de tema análogo, *O que agora me inquieta*, 1985.”¹⁶⁶ Ficcionalista e também autor de diversos contos, escreveu ainda a letra de certas músicas de intervenção incluídas no Cancioneiro do Niassa. Algumas das suas obras literárias¹⁶⁷ foram traduzidas e certas peças teatrais foram inclusivamente integradas em antologias estrangeiras como, por exemplo, a alemã *Stücke aus Portugal*, a húngara *Az Aranykezű Csavargó* e a italiana *Teatro Portoghese del XX Secolo*. Carlos Coutinho foi ainda vereador da CDU na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

2.6) Álamo Oliveira

José Henrique do Álamo Oliveira nasceu no Raminho, ilha Terceira, Açores, a 2 de Maio de 1945. Estudou no Seminário de Angra do Heroísmo. Foi chamado a prestar serviço militar e ficou colocado na Guiné-Bissau entre 1967 e 1969. A Guerra Colonial provocou nele uma profunda amargura sentimental e existencial.

¹⁶⁶ A. J. Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, p. 1124.

¹⁶⁷ Vide Anexo XII, p. 124.

Álamo Oliveira é um notável nome da literatura açoriana e um dos mais aclamados escritores açorianos. Autor de uma vasta obra literária¹⁶⁸, dedica muito do seu tempo à produção teatral, sendo, aliás, sócio-fundador e director do grupo de teatro mais antigo dos Açores, o *Alpendre*. Escreve peças de teatro, poesia, romances, contos e ensaios e muitas das suas obras fazem parte de antologias nacionais e estrangeiras e são objecto de estudo em universidades do Brasil e dos EUA. Ele próprio leccionou a sua obra na Universidade da Califórnia. Ocupou ainda vários cargos relacionados com a Educação e com a Cultura em alguns dos departamentos do Estado Português e é uma pessoa profundamente empenhada na dinamização cultural da sua ilha e das comunidades emigrantes açorianas nos EUA.

A peça *Solidão da Casa do Regalo* foi galardoada com o Prémio Almeida Garrett e o romance *Até Hoje, memórias de cão* com o Prémio Maré Viva da Câmara Municipal do Seixal. Em 2010, Álamo Oliveira foi condecorado com o grau de Comendador da Ordem de Mérito.

¹⁶⁸ Vide Anexo XIII, p. 125, 126.

3) Resumos das obras em análise

3.1) *Jornada de África* (Manuel Alegre)

Jornada de África é a balada de amor e morte do alferes Sebastião. Toda a história foi construída com base na analogia da história de El-Rei D. Sebastião que, na ânsia de conquistar um Portugal fora de Portugal, acabou por morrer e conduzir a nação à desgraça.

A história que Manuel Alegre nos conta inicia-se em Dezembro de 1960, reportando-se aos tempos da reunião dos representantes do MPLA, do PAIGC e da Convenção Política de Goa na Câmara dos Comuns em Londres, à prisão de Agostinho Neto e do Padre Pinto de Andrade, aos massacres das populações de Icolo e Bengo e aos tempos de consciencialização da necessidade da luta armada dos grupos independentistas. Depois, o tempo passa para Junho de 1962, data em que Sebastião embarca para Angola acompanhado por Jorge Albuquerque Coelho. Sebastião, personagem principal, era um universitário coimbrão contestatário do regime salazarista que conheceu o seu grande amor, Bárbara, a caminho de Luanda. E Luanda é o espaço onde primeiramente surge Domingos da Luta, o guerrilheiro que sozinho é o MPLA e que tem, nesta narrativa, um lugar destacado a itálico, como que para enfatizar o lado independentista desta guerra colonial. Logo na chegada a África, Sebastião começa a sentir-se atormentado, sente o cheiro da guerra ao saber da morte do seu ex-colega universitário, Leandro, e sente-se angustiado com os relatos que o Condutor lhe faz acerca dos ataques da UPA aos brancos, da mutilação do garoto apelidado de Mais Cinco, etc. Perante as informações que a PIDE forneceu ao Comandante, Sebastião assume-se frontalmente como adversário do regime, perante os relatos que ouve acerca do alferes Roque sente uma tal indignação que lhe provoca náusea e perante o discurso pró-imperialista do capitão Garcia reage e contrapõe argumentos de índole política. Mas Sebastião ganha a confiança e o respeito das tropas logo no seu primeiro exercício no terreno, ao detectar uma mina de que Valdez não se tinha apercebido. A insatisfação para com a forma como a guerra estava a ser conduzida começa a notar-se generalizada: o General está contra a proibição da universidade em Angola; em Luanda, na casa do alferes Duarte de Meneses, reúnem-se o alferes Sebastião, o capitão Miguel Noronha, o major Vasco da Silveira e o capitão Alvito para reflectirem sobre a guerra e sobre a possibilidade de um pronunciamento militar em Angola; o Coronel decide ir a Lisboa para discutir a necessidade de criar infra-estruturas para as populações africanas e de adquirir novos materiais para combater na guerra; e Vasco da Silveira lembra o horror na Baixa de Cassanje e a necessidade de mudar o rumo da guerra. Na sua primeira escolta ao Norte de Angola, e depois de ouvir os relatos de Valdez sobre o ataque de Caxito em 1961, o alferes Maldonado conta a Sebastião sobre o misterioso Panzo da Glória, e assume-se totalmente indisponível para lutar nesta ou por esta guerra. Maldonado,

que só queria viver, acaba por morrer na picada das Sete Curvas, alvo de um tiro certo de Domingos da Luta.

Sebastião sentia-se perturbado com a morte e indagava-se sobre o valor da vida. Daí que quando foi ao hospital, a fim de visitar o amputado Jorge Albuquerque, tendo visto todos aqueles feridos de guerra, sentiu-se profundamente angustiado e indignado. Entretanto, Sebastião vivia dentro desta guerra um amor, Bárbara e ele estavam envolvidos e profundamente apaixonados. Despedir-se dela e do seu amigo Escritor fê-lo reviver o sofrimento dos pais à sua despedida em Coimbra. Finalmente foi para Nambuagongo, sítio onde se familiarizou ainda mais com a morte. Estando o quartel português sob ataque Sebastião conseguiu de novo escapar à morte, já que Domingos da Luta falhara o tiro pela segunda vez. Depois, Sebastião foi confrontado com mais mortes, aquando a missão de resgate do capitão Gouveia, deparou-se com as atrocidades por ele cometidas numa sanzala. Profundamente desiludido e revoltado, Sebastião participou do capitão ao tenente-coronel Perestrelo, que acabou por relevar os factos. Lázaro Asdrúbal, o director da PIDE, que tinha sabido pelo seu agente Gonçalves da reunião em casa de Duarte de Meneses e que, por isso, tinha providenciado as transferências de todos os envolvidos, mais uma vez soube da posição contestatária de Sebastião. O Poeta, que era o melhor amigo de Sebastião, foi avisá-lo da sua iminente prisão, conversaram bastante e depois, inevitavelmente, despediram-se. Entretanto, Bárbara estava exilada em Paris e mantinha correspondência com Sebastião. Ainda assim envolveu-se com Carlos, um guerrilheiro a quem ela pediu que não lhe falasse de amor. O pré-anunciado desaparecimento de Sebastião aconteceu quando ele e os seus homens se encontravam cercados num morro sob fogo inimigo. Sebastião tentou dar resposta ao ataque, Domingos da Luta estava ferido no chão à espera que Sebastião se aproximasse para o alvejar, mas Sebastião, tal como o Histórico e lendário rei D. Sebastião¹⁶⁹, desapareceu sozinho no mato. Nenhum dos seus homens o voltou a ver.

3.2) *Os Cus de Judas* (António Lobo Antunes)

Os Cus de Judas constituem um desabafo dorido que tem como objectivo a purgação da alma de um médico que, em dada altura da sua vida, esteve envolvido num caótico cenário de morte. Esta narrativa, servindo-se de uma linguagem bastante forte e crua, encontra-se, do ponto de vista estrutural, dividida em capítulos que ao invés de um título, assumem as letras do alfabeto.

O ouvinte deste monólogo é uma mulher que faz companhia ao médico num bar. Todo o discurso flui à medida que ingerem mais e mais bebidas alcoólicas. O álcool funciona para ele como um meio de fuga à realidade e como uma espécie de força motriz para sobreviver,

¹⁶⁹ Note-se, de resto, que Manuel Alegre “sobrepõe a história do desaparecimento do alferes Sebastião em Nambuagongo ao episódio do desaparecimento de D. Sebastião em Alcácer-Quibir” (Clara Rocha, “Manuel Alegre. Jornada de África”, in *Colóquio Letras*, Recensões Críticas, n.º 115/116, Fundação Calouste Gulbenkian, Maio 1990, p. 187).

falar e amar. Dado que ele perdeu a capacidade de amar, este amor é, para ele, sempre fortuito. Mas apesar de ser amor vazio e circunstancial, acaba por consumá-lo com esta ouvinte feminina que, muito pacientemente, absorve o seu discurso.

Desterrado em Terras no Fim do Mundo, nos cus de judas, em Angola, vinte e sete meses, trouxe a alma cheia de más recordações. Em Janeiro de 1971, quando partiu num navio para Luanda, sentiu logo o repugno pelos alferes, pelos caixões no porão, pelos bairros miseráveis das gentes de Luanda. Depois, foi para Gago Coutinho, onde viu de perto a fome das populações trancadas e vigiadas pela PIDE e onde conheceu o capitão que dizia estar na guerra para fazer a revolução por dentro. Em Abril foi para Ninda, onde teve de lidar, pela primeira vez, com as consequências de uma emboscada: o Ferreira e o Mazunguidi ficaram mutilados e houve mortos. Para todos os envolvidos nesta guerra absurda, na qual ninguém queria morrer, o trauma começava a tornava-se enorme, e o álcool funcionava como forma de evasão à realidade. Depois foi para o quartelamento do Chiúme, o sítio onde as pessoas da sanzala se alimentavam dos restos de comida em latas ferrugentas, onde a população se constituía por mulheres magras e por um soba reduzido a costureiro do quartel. E, na verdade, sair daquele quartel significava poder morrer, por exemplo, o alferes Eleutério ficou sem uma perna por causa de uma mina no mato. Era um facto que os guerrilheiros avançavam em força do lado da Zâmbia e, por isso, a PIDE, para combater o inimigo, enviou estrategicamente para o Chiúme um grupo de assassinos, daqueles que cortavam orelhas e violavam as mulheres das sanzalas. O tenente, em Gago Coutinho, já tinha apertado o pescoço a um desses assassinos, detestava-os, tal como detestava a guerra. A guerra, no seu todo, enojava-o, e era por isso que o tenente estava sempre a pedir ao médico que lhe inventasse uma doença qualquer para ele poder ir para casa, para longe da guerra. Também o médico queria sair dali, tinha-se casado quatro meses antes de embarcar e agora a filha nascia na sua ausência: não pôde vê-la crescer dentro da barriga da mãe nem vê-la nascer, facto que o fez chorar. Volvidos onze meses de solidão, angústia, sofrimento e morte, pôde, finalmente, regressar a Lisboa e deliciar-se com a filha e a companhia da mulher.

Mas, pouco depois, teve de voltar para o Chiúme. Já se sentia naufragar nessa altura. O MPLA deixava mensagens aos soldados portugueses para desertarem, e, de resto, razões não faltariam: as condições eram más, a comida horrível, os progressos sobre a guerrilha nenhuns, o número de mortos, feridos e mutilados aumentava, o constante jorrar de sangue contrastava com os discursos dos políticos assemelhados a fantoches, discursos que os encorajavam dizendo que a guerra ia ser ganha, que Angola era nossa. E para ele era cada vez mais difícil assistir os feridos, porque cada um deles lhe deixava memórias inapagáveis. O Natal de 1971 foi passado no Chiúme, longe e amargurado de saudades da família. Em Janeiro seguinte, deixou o Leste e foi para o Norte, concretamente para Malanje, Baixa de Cassanje. Este era um quartel de parcas condições, com imensos PIDE, onde os soldados sofriam de paludismo e de flor-do-congo e onde as sanzalas estavam cheias de pessoas que haviam sido desterradas depois do início da guerra. Ali, o tempo custava a passar, ele sentia-se muito sozinho, sofria com as perdas daqueles que comiam com ele e que depois morriam. Com

efeito, ele estava farto da guerra, farto de acudir aos moribundos, farto do sangue injustamente derramado.

Tudo isso se agravou ainda mais em Marimbanguengo, Mangando Bimbe e Caputo, sanzalas fechadas e permanentemente vigiadas. Em Bimbe e Caputo, o regime tinha imposto sobas à população que, na verdade, continuava a respeitar os seus verdadeiros sobas, evadidos no mato com o MPLA. Em Mangando e Marimbanguengo, para além da miséria, doença e apatia, havia uma insuportável atmosfera de morte, uma maldade de guerra que transformava os homens em bichos, em cães raivosos. Posto isto, facilmente se compreende que o médico desejasse, ardentemente, evadir-se de todos aqueles mortos que pareciam acusá-lo e que nunca mais abandonariam a sua memória. Foram vinte e sete meses de sujeição ao Regime, como um peixe resignado e passivo. Vinte e sete meses de sangue, gemidos e dor, de desejo de evasão tentada a álcool e a liamba, de crueldade e de injustiça, de saudade de casa e da família, de solidão quebrada momentaneamente com mulheres à toa. No entanto, entre tantas mulheres, Sofia teve um significado muito especial, com ela o médico partilhava os silêncios, estar com ela sabia-lhe à infância. Mas infelizmente a PIDE acabaria por prendê-la.

As vivências da Guerra Colonial marcá-lo-iam para o resto da vida. No fundo, fica com a vida esquartejada, posto que o passado lhe condiciona o presente. Vive atormentado, os mortos, a violência da guerra e a fome das crianças perseguem-no incessantemente. Envelhece molestado por fantasmas. As noites tornam-se um suplício: sofre de insónias e, por isso mesmo, ganha o hábito de vaguear pelos bares. Bebe imenso e, em consequência, recebe o desdém da família, dos colegas de trabalho, dos pacientes. Depois de se ter separado, vive uma terrível impossibilidade de amar. Na verdade, todos os seus relacionamentos posteriores foram fúteis. Contudo, lembra-se frequentemente da ex-mulher e tem imensas saudades das filhas. Vive sozinho numa casa vazia, sem ninguém que toque à campainha, sem correio nem telefonemas, onde as coisas vão deixando de funcionar e onde ocasionalmente dormem triviais mulheres, relações voláteis, conseguidas à custa de álcool. Pergunta-se se a guerra terá realmente acabado, para ele parece que não acabou, ele continua em Angola.

3.3) *Autópsia de um mar de Ruínas* (João de Melo)

Autópsia... conta a Guerra Colonial em Calambata, norte de Angola, no ano de 1972. Trata-se de um olhar duplo, alternado na feitura dos capítulos, que perspectiva a guerra de ambos os lados: português e africano. Desta alternância intencional, emana o sentimento de injustiça para os dois povos.

Do lado dos portugueses, dá-se ênfase ao medo generalizado que os homens sentiam. Eis que o soldado Renato, responsável pela vigia no alto da torre, avista o vulto do inimigo e dispara sobre o morro, inaugurando o verdadeiro inferno na terra. No que diz respeito a este grupo, importa referir que estamos perante uma tropa desordenada, que não cumpre os planos de defesa e que, à mercê do medo de morrer, dispara à toa, porque o que mais

importa é manterem-se vivos. E diga-se, em abono da verdade, que neste ponto todos estão de acordo, até o capitão Marinho. Neste quartel, vivenciava-se a falta de esperança, o ódio, a tristeza, a morosidade do tempo a passar, sofria-se o calor, o cansaço, a insónia, a fome, o frio e a sede. Concretizando, Renato vivia aterrorizado com a ideia de morrer, Zé Urso gritava que queria ir para casa, o furriel Costa declarara que em toda a sua comissão apanharia uma única bebedeira, o furriel Alexandre Pires passava o tempo a caçar e a comer aranhas e moscas, o furriel Simas contava grãos de areia até ao milhão, o furriel Borges pensava na família, o furriel Tavares na mulher, e o furriel-enfermeiro Pacheco cuidava dos tropas e da população, vivia naquela guerra horrorizado e ansiando que chegasse ao fim. A PIDE trazia-o sob vigia porque pensavam que ele estava ligado a uma célula-bolsa de resistência de S. Salvador. Foi inclusivamente preso, e encontrando-se sob intenso interrogatório, apavorado, deixou-se urinar. Por fim, acabou por não enfrentar acusação alguma.

Na messe dos sargentos havia um letreiro com o seguinte anúncio: "O exército é o espelho da nação". E, de facto, a sua desorganização e falta de respeito para com a hierarquia (veja-se o caso do pelotão que espancara o alferes Alexandrino) eram efectivamente o reflexo da nação. E havia também um outro letreiro que ordenava: "É proibido dizer que há guerra". O intuito de tal afirmação era ignorar, ao máximo, o cenário em que estavam enclausurados. Era, de facto, um sítio horrível, pautado pela miséria e pelas condições sub-humanas em que aquelas populações se encontravam. Renato e o enfermeiro Pacheco sentiam-se particularmente chocados com a fome das crianças, mas havia outros soldados que se mostravam totalmente indiferentes à miséria das gentes da sanzala. Aquele era, de facto, um sítio de onde os tropas não queriam estar, ademais nem eram bem-vindos pelos colonos. Calambata era um sítio infernal. Mais uma vez o inferno e o pânico instalaram-se entre os homens quando foram chamados a socorrer um pelotão que estava sob ataque da guerrilha do Movimento: o medo da morte e de morrer tomou, outra vez conta das suas almas. A agonia de ver os colegas mortos e a aflição em tentar salvar os vivos, o cenário de morte e sangue, marcaram intensamente Renato e o enfermeiro, não conseguindo salvar os gravemente feridos Gonçalves e Sérgio, culpabilizou-se para o resto da sua vida. O enfermeiro, nauseado, choroso e descrente em Deus, ficou à beira da loucura, e os sobreviventes, esses, estavam, naturalmente, em estado de choque. A tenebrosa visão de nove mortos e a agonia de saber que outros tantos viriam da Metrópole para os substituir e, conseqüentemente, morrer pela pátria, tornava-se absolutamente intolerável. Os ataques aos quartéis portugueses intensificavam-se, os mortos, feridos e amputados multiplicavam-se, a alucinação e a loucura instalava-se nos homens que se refugiavam no álcool e na morfina. Na época de chuva, o cenário tornava-se ainda pior para os que tinham de sair do quartel: a humidade, o frio, o mato ensopado, tornavam tudo ainda mais difícil. Na verdade, as operações de reconhecimento do inimigo eram fustigantes para os homens, uma vez que andavam muito, dormiam mal e alimentavam-se com as horríveis refeições de combate. Desta vez, o pelotão andava ao largo do rio Kelo com um guia que, não conseguindo identificar a presença dos «turras», acabou por colocar o pelotão debaixo de fogo inimigo. O resultado

saldou-se em mais cinco feridos, e, de forma algo impressionante, a guerrilha não tinha deixado um único rasto sequer. O alferes, intrinsecamente, chegava até a invejar esta invisibilidade do inimigo. Depois, de volta ao posto de sentinela, Renato volta a viver momentos de medo, fuma um cigarro, pensa na amada Maria Adelaide, culpa a pátria por estar ali e ouve na rádio de Angola o apelo às tropas portuguesas para desertarem. Na operação seguinte, quando iam a caminho de Magina, para resgatar uma patrulha do odiado alferes Alexandrino foram emboscados: houve tiros, rebentamentos, fogo por todo o lado, corpos a arder, gritos de dor que requeriam o socorro do enfermeiro, guerrilheiros à catanada, granadas a explodir. O capitão Aloísio, petrificado perante tal cenário, e tentando uma fuga, acabou por morrer. Quanto a Renato, já ferido, pensava em Maria Adelaide e em “como será morrer?”. Renato teve a consciência que ia morrer, e, de facto, faleceu.

Como atrás referimos, esta obra dá-nos ainda conta do outro lado da história. Paralelamente é-nos contada a história das populações africanas subjugadas ao sistema colonial português. As pessoas que viviam na sanzala de Calambata tinham sido para ali deslocadas em camiões depois da PIDE ter ido a Piri à procura de guerrilheiros. Para estas gentes a realidade era bastante dura e cruel, dado que as populações africanas sofriam o jugo violento da polícia, dos colonos e, por vezes, do exército. Veja-se que, logo no início da parte da história, Romeu foi brutalmente espancado pelo sô Valentim. Natália, a esposa de Romeu, pedia desesperadamente ao sô Valentim que parasse de bater no marido, mas ele não parava. Natália correu a pedir ajuda do soba Mussunda que, tentando ajudar Romeu, e apesar do estatuto e da idade, acabou também por ser espancado. Sentindo-se injustiçado Romeu sonhava com o dia da independência e com a vingança sobre os brancos, especialmente sobre o sô Valentim. Dado que estavam impedidos de ir ao quartel, Natália pediu ao soldado que chamasse o enfermeiro para tratar das feridas de chicote do marido, mas ele zomba dela e chantageia-a, só vai chamar o enfermeiro se ela fizer sexo com ele. Natália ficou deveras aborrecida porque já tinha sido violada, aos doze anos, por três colonos. Mas depois, ao ver as costas de Romeu, o soldado pensou reportar tal violência, mas ao fim ao cabo, quem era ele para o fazer?, ninguém, pensava, ele era um número, não tinha influência nenhuma. Foi então o enfermeiro quem pediu ao capitão Marinho que denunciasse o abuso de autoridade, ao que este, em tom jocoso, lhe retorquiu com uma ameaça. Perante tal atitude, Natália apercebeu-se que o enfermeiro compreendia de que lado estava a razão, que tinha bom coração e que era, inclusive, capaz de defender os «pretos». É por isso mesmo que o enfermeiro é referido por Natália como o furriel-enfermeiro das nossas almas e das crianças, ele entendia e ajudava, na medida do possível, aquelas pessoas, e respeitava os direitos e as diferenças culturais existentes.

A miséria das gentes da sanzala torna-se ainda mais perceptível quando Renato visita a cubata de Júlia, Bungo e do filho Sebastião. Esta família, que não tem réstia de género alimentício para saciar a fome, manda o filho pequeno ao quartel buscar restos de comida numa lata enferrujada. O mesmo se passa na família de Romeu e Natália, também eles não têm nada para comer, nem sequer para o seu filho Minguito, que está doente. Na verdade,

havia sempre uma quantidade enorme de crianças esfomeadas que choravam nas filas à porta da cozinha do quartel pelos miseráveis restos da já de si miserável comida.

Perante o que acabámos de descrever, não deixa de ser irónica a placa que figurava à entrada da sanzala com o seguinte dizer: "sanzala da paz - povo recuperado". O que existia, de facto, era fome, injustiça e falta de liberdade. No normal quotidiano, os homens trabalhavam no café, as mulheres nas lides da casa, os idosos arrastavam-se por ali, e as crianças brincavam na terra poeirenta e frequentavam a escola com a professora Tina, a escola que lhes ensinava à força que "Angola é Portugal". Não obstante, e apesar de trabalharem sempre que o «branco» ordenava, quase nunca conseguiam sustentar as famílias, porque a exploração colonial se encarregava de impedir que os «pretos» fossem auto-suficientes. Na produção e venda de café que o sô Valentim coordenou, as artimanhas do monopólio colonialista ficam bem patentes e claras, há sempre vantagens para o «branco». E, por vezes, também as mulheres, viúvas ou cujos maridos tinham partido para a guerrilha, eram obrigadas a prostituírem-se para conseguirem algum dinheiro. O furriel-enfermeiro ficou totalmente horrorizado quando, na sanzala de Banzaputu em São Salvador, um menino apenas lhe tentou vender o corpo da mãe apenas por uns escudos. E para além destas situações de prostituição, mais ou menos voluntárias, havia ainda o assédio sexual às mulheres. Principalmente nas sanzalas, as mulheres eram constantemente assediadas por homens pejados de solidão e famintos de mulher. A lavadeira Lídia, por exemplo, ia sendo violada por três soldados, não fosse a iminente abada de chuva a salvá-la, e a Anica, por motivos óbvios, sentia repúdio do homem «branco».

Posto isto, entende-se facilmente que este povo, cansado de tanta opressão e violência, ansiasse por uma reviravolta no sistema. Era, aliás, com esse intuito que os guerrilheiros lutavam: faziam saber que o Movimento estava em força na fronteira, que iam libertar as populações da escravatura colonial e conseguir uma Angola livre e independente. Compreensivelmente, da mesma forma que alguns tropas portugueses queriam vingar a morte dos colegas, também os guerrilheiros, sedentos de vingança, queriam por fim às injustiças e às violências cometidas contra o(s) seu(s) povo(s). De facto, cenas como a do comando Ariosto, que comia à mesa com as cabeças dos pretos decapitadas, como do alferes Zózimo que passeava em Luanda com o um colar de orelhas, como do Castro Mendes que dizimava populações inteiras, como do major Lemos que incendiava as sanzalas, apanhava as mulheres, esventrava-as e matava-lhes os filhos, ou ainda como do sargento Justo que massacrava homens, mulheres e, se preciso fosse, até crianças, tinham urgentemente de acabar. O racismo e a opressão sobre eles teria fim um dia, esperavam, e aquelas crianças que tinham a guerra como herança haveriam de ser livres.

Por fim, após vários ataques e emboscadas, a polícia entrou na sanzala à procura dos cúmplices dos guerrilheiros. O soba, mesmo sabendo que Romeu lhes levava informações e trazia notícias dos guerrilheiros que combatiam em Nambuanguo, em Zala e no Leste, ficou em silêncio e não disse nada. Quando Romeu apareceu para se juntar ao grupo que sô

Valentim mandara reunir, foi espancado até à semi-inconsciência e depois levado embora. Nem a mulher, nem os seus cambutas, podiam ter esperança de voltar a ver Romeu.

3.4) *Nó Cego* (Carlos Vale Ferraz)

Esta obra de Carlos Vale Ferraz, *Nó Cego*, é uma metáfora da operação Nó Górdio. Este romance conta a história do quotidiano de um grupo dos comandos que, em tempo marcelista, começa a questionar a guerra e os seus objectivos.

Estavam em fins de 1969, em Mueda, Moçambique. A companhia de comandos foi requisitada para o batalhão de caçadores do M porque a FRELIMO tinha instalado algumas bases no planalto dos Macondes e agora aquela era uma zona de intenso conflito. O capitão, inominado, era ainda jovem, tinha ido para a Academia Militar em 1963 pensando que a guerra iria acabar depressa. Liderava esta tropa de elite composta por homens que se ofereceram para os comandos pelas mais variadas razões: os furriéis Passos e Freixo, os cabos Cabral e Vergas, o enfermeiro Cardoso, o transmissões Brandão, os alferes Fernandes e Lencastre, os soldados Torrão, Tino, Casal Ventoso, Espanhol, o Lopes, e aquele que também viria a ser capitão, o Lino. A missão que lhes foi atribuída foi o assalto à Base de Gungunhana, um dos mais importantes quartéis da FRELIMO no planalto dos Maconde. Missão nada fácil que reclamaria várias tentativas, feridos e dolorosas mortes: o Pedro acabou por ser amputado em consequência do rebentamento de uma mina, e, depois de terem sido alvo de uma emboscada, houve mais feridos e o Preguiça morreu. Era suposto os comandos não sentirem medo, mas, vivendo uma guerra que se fazia à traição, sentiam-no, o medo tornava-se real, e, por mais treinos a que fossem sujeitos, as emoções nem sempre podiam ser controladas, pensava o capitão. As dificuldades com que os homens se deparavam na mata eram enormes: o material de guerra era obsoleto, a evacuação dos feridos demorava demasiado tempo e era agonizante vê-los ali a sofrer ou mesmo a morrer, a sede era imensa, tal como o calor do dia, o frio da noite, as insónias e o cansaço. Mas o novo brigadeiro, comandante do Sector de Operações, estava insatisfeito com os resultados, era preciso ganhar a guerra custasse o que custasse, dizia. Para tal, e seguindo as directrizes do recém-chegado General K, propôs um novo e intenso período de operacionalidade: era preciso fazer a guerra a sério e ganhá-la.

A operação seguinte, a Volta ao Mundo, tinha como objectivo atacar a Base Beira, na fronteira com a Tanzânia. Os comandos dirigiam-se para o Sagal quando foram vítimas do *hit and run* da guerrilha moçambicana. Houve tiros e a autometralhadora *Fox* rebentou com dois homens lá dentro. Os dias seguintes ficariam marcados pela morte do soldado epiléptico, pela intoxicação dos homens causada pela água que chegara em bidões de gasóleo e pelo fogo em cadeia desencadeado pelo furriel Carneiro contra o inimigo que afinal não estava ali. Já no regresso a M, a companhia foi de novo atacada, desta vez foi o Bento e o condutor do rebenta-minas que morreram. Depois desta operação veio outra, a companhia foi encarregada de fazer um assalto à Base Provincial 25, assalto este que também não correu bem: o velho negro capturado pela PIDE e torturado pelo agente Celestino, que devia conduzi-los à base

inimiga, enganou-os, fê-los andar às voltas até serem localizados e sofrerem um outro ataque que deixou o Casal Ventoso com as tripas de fora e a agonizar toda a noite até morrer de manhã. Consequentemente mataram o velho. Regressados a M, o enfermeiro sentia-se revoltado, pensava que aqueles homens se transformavam em máquinas de matar, até o capitão teve a noção de que o Lino estava a ficar com a febre do sangue. Na sequência do não cumprimento do plano de operação da emboscada na picada Mueda-Mocímboa, que era suposto durar quatro dias, o capitão foi repreendido pelo brigadeiro, as ordens eram para ser escrupulosamente cumpridas, disse-lhe ele. Surgiu então o slogan “Vão p’ò mato ó malandros”, destinado àqueles que planeavam as operações mas que nunca iam de facto ao mato. A companhia estava em conflito aberto com o novo brigadeiro, embebedavam-se, havia cenas de pancadaria e faziam desacatos, estavam indisciplinados e sentia-se a agressividade dos homens. Numa das operações de rotina, o Lopes atirou a matar em civis, esfaqueou uma mulher e o bebé que trazia, e depois, como que em acto de redenção, adoptou como filho o único sobrevivente, uma criança de dois, três anos.

O merecido tempo de descanso aconteceu na Ilha de Moçambique. Foi aí que alguns dos homens da companhia penduram na estátua de Camões um garrafão de vinho vazio e puseram um chapéu de palha roto na cabeça do infante D. Henrique. A propósito da repercussão deste incidente, a família Azevedo Melo convidou a companhia para um jantar, seguido de um passeio de barco às ilhotas do Índico. Foi então que o capitão se envolveu com a esposa Melo, a Marianinha e depois, na fazenda onde pernoitaram, tirou a virgindade à filha do casal, Guida. Findadas as férias ficaram a saber que por serem operacionalmente muito bons, e como forma de castigar a sua indisciplina, o general K tinha determinado que, no âmbito da operação Nó Cego, era esta companhia que iria fazer o assalto à Base de Gungunhana, a Base Alfa. O general pedia aos homens sacrifícios em nome da Pátria, mas depois ficaram a saber pelo Lencastre que a verdadeira intenção do comandante-chefe era dissolver a companhia no final da operação. O capitão foi negociar com o general e ele aceitou a sua proposta que consistia no seguinte: se chegassem à base em três dias, não separaria os homens. Já a caminho da Base Alfa, numa emboscada a um aldeamento, o Tino matou um casal de velhos e o Passos, o Freixo e o Lino violaram uma negra, cena que desagradou e desgostou bastante o capitão. Ao retirarem dali, sofreram uma emboscada, houve feridos e o Passos morreu. E no dia seguinte, noutra emboscada, o alferes Fernandes também morreu. Continuando o caminho, depararam-se com cinco guerrilheiros, três deles foram mortos pelo Tino e pelo Leixões, um fugiu e um outro foi trazido ferido ao capitão. Era um comissário político da zona chamado Alberto Chinavane. Foi a primeira vez que o capitão falou tão intimamente com o inimigo, disse-lhe que pretendiam tomar a Base de Gungunhana, e ele respondeu-lhe que a FRELIMO já sabia da operação e que as populações do vale já tinham sido evacuadas. Chinavane ainda conseguiu negociar com o capitão a revelação do caminho para a base: em troca dessa informação os comandos tiveram de enterrar os guerrilheiros de acordo com a religião dos Maconde, o catolicismo, e ele teria de ser evacuado de helicóptero, mas não viveu tempo para isso. Antes de morrer, Chinavane disse

ao capitão que um dia ele ainda viria a entender a inutilidade e a injustiça da guerra colonial, revelando-lhe de seguida o caminho para a base e lamentando a morte do seu alferes. Pouco depois, os comandos chegaram à Base Alfa, mas a verdade é que a base estava vazia. Durante a noite, enquanto guardavam a base e pensavam se valeria a pena tanto sacrifício e tantas vidas perdidas, sofreram mais uma emboscada, o Brandão morreu, e o Cardoso e o capitão ficaram feridos. No dia seguinte chegou o general com a sua comitiva e com os jornalistas. Elogiou a companhia e disse que eram uma tropa de elite que se manteria unida e liderada pelo capitão herói. Depois, na conferência de imprensa, e bem ao estilo da propaganda estado-novista, o general comunicou que a operação Nó Cego suplantara os objectivos, mas a verdade é que a operação tinha sido um fracasso dado que as bases estavam vazias. O enfermeiro e o capitão foram posteriormente evacuados, e os homens que restaram, agora comandados pelo Lourenço, fariam a vigilância da Base Alfa. A companhia estava a desfazer-se, à parte dos mortos e feridos, o Cabral estava cada vez mais doente, o Carneiro sofria de paludismo, o Lopes andava alienado, só queria encontrar o "filho" negro que desaparecera, e os outros estavam exaustos. A ruptura final aconteceu quando, na sequência do Lopes se ter comportado de forma imprópria com o Cabral, o Lino o atingiu com dois tiros e se suicidou de seguida. De facto, a equipa estava desfeita. O capitão ficou a saber da dissolução da companhia pelo Lencastre, estava ele no Algarve, com a mulher amada, a ouvir o general dizer na televisão que a operação Nó Cego tinha sido uma vitória.

O romance explora o lado humano e inumano dos homens que constituíam a tropa de elite portuguesa. O medo de morrer e, mais marcante ainda, o medo de ver morrer, a solidão, a saudade e o companheirismo, que depois se desfaz, são aspectos que parecem não co-habitar nos mesmos seres que se tornaram máquinas de matar, violentos, sedentos de sangue, sem limites para o aceitável ou o inaceitável. A certo ponto, o capitão, que defendera os seus homens em todas as situações, deixou de sentir admiração pelos seus homens e passou a sentir repulsa, cenas como cortar orelhas ou violar mulheres não eram do seu agrado. O álcool, o haxixe local, o bordel da Sandra em Nampula, a homossexualidade, a violência e as cenas de pancadaria, eram entendidas como escape e como meio libertador do *stress* acumulado naquela dura realidade. O corpo que começou unido, coeso e com um sentido de compromisso e de cruzada imperial acabou dilacerado e descrente. E, finalmente, tal como o general queria, a velha companhia, por fim, foi extinta.

3.5) *O que agora me inquieta* (Carlos Coutinho)

O que agora me inquieta é a novela que conta a história do furriel Paulo Martins, um jovem de vinte e quatro anos arrastado para a guerra. O autor, que esteve realmente nas zonas de Meponda e Metangula nas margens do rio Niassa, faz questão de ressaltar que esta história se situa num aquartelamento imaginário.

Paulo Martins tinha o Magistério e, como tal, leccionou em Leiria ano e meio. Ensinava aos seus alunos que Portugal era um emissor de civilização mas depois via-os desmaiar de fome em frente ao quadro. Foi depois chamado à guerra, cumpriu a recruta nas Caldas da Rainha e foi aí alvo da lavagem cerebral do alferes Horta, gritava ele que o preto era um animal fedorento e que só não queria ir à guerra aquele que não era homem de verdade.

Nos finais dos anos 60, Paulo estava em Moçambique, Vila Cabral, actual Lichinga, num quartel militar nas margens do Niassa, havia vinte meses, tempo a mais para ele. Já tinha visto demasiado sangue e sentido demasiadas mortes. Na última missão, ele próprio não foi morto pela FRELIMO por um triz, mas o seu amigo cabo Teixeira, o Elias e o Silva não tiveram a mesma sorte. A companhia contava agora dezoito mortos e numerosos inválidos. Os homens estavam fartos, cansados e desmoralizados. Só o capitão Meneses, que se aspirava a major, e o alferes Godinho, um fanático da portugalidade africana e precursor do aldeamento estratégico daquele aquartelamento, entendiam a guerra. A Paulo Martins, a guerra enjoava-o, a violência causava-lhe repúdio. Desde o dia em que viu as cabeças dos turras espetadas em estacas à beira da estrada para Vila Cabral, obra dos furiosos Damas de Copas, que Paulo passou a sentir medo, deixou de dormir em condições, começou a chorar e a ser perseguido pelas imagens de guerra. A imagem que lhe vem recorrentemente à lembrança e que agora o aterroriza é a dos olhos do jovem guerrilheiro morto. Paulo e a sua companhia faziam parte da emboscada a uma base de guerrilheiros quando tudo aconteceu. A missão do grupo de assalto era fazer prisioneiros e atirar sobre o inimigo. Estavam a cerca de cem metros da base dos guerrilheiros quando as morteiradas portuguesas começaram a cair mesmo ao pé dele e dos seus homens, o Mértola e o Paiva ainda foram atingidos por estilhaços. O furriel decidiu descer mais um pouco em direcção ao som da *Kalashnicov* do inimigo, sentia que estavam estrategicamente no caminho dos guerrilheiros. Subitamente, e mesmo não o vendo, apercebe-se de que está mesmo ao lado de um guerrilheiro da FRELIMO e, cheio de medo, propõe-lhe que não façam mal um ao outro. Ambos atiram as armas para o chão, e Paulo, tratando-o por amigo, pergunta-lhe onde está. Encontram-se frente a frente, o guerrilheiro pede-lhe que não o faça prisioneiro porque está gravemente ferido e morrerá em breve. Chocado com a tenra idade do guerrilheiro, não teria mais de quinze anos, Paulo afaga-lhe um encosto com o capim e dá-lhe água a beber do seu cantil, pede-lhe desculpa, e diz-lhe que não quer fazer mal a ninguém. Seguidamente, o guerrilheiro pede-lhe para acabar com o seu sofrimento, mas Paulo recusou porque não seria capaz de o matar. O jovem pediu-lhe então a faca de mato para pôr fim à própria vida, Paulo emprestou-lha e afastou-se. Quando voltou para buscar a faca apareceu-lhe de repente o capitão Meneses que, virando o corpo, viu o guerrilheiro degolado de orelha a orelha e com os olhos muito abertos. São estes olhos que recorrentemente inquietam Paulo. O capitão perguntou ao furriel porque é que o matou o guerrilheiro e Paulo responde-lhe que foi por misericórdia. Estava bastante nauseado e a ser insubordinado com o capitão de propósito. Em resposta, o capitão ameaçou-o com um auto.

Paulo pensava que quem corria o risco de ser alvo de um auto eram o Mértola e o alferes Murteira que, para além de serem contra a guerra, eram contra a ditadura. Foi num dos banhos no Niassa que o Paulo se juntou ao Mértola e este, enquanto pescava, contou-lhe o seu ponto de vista que era o seguinte: os guerrilheiros eram apenas camponeses que queriam voltar às suas terras, a guerra era injusta para ambos os lados, e quem lucrava com ela estava longe, não em África, nem sequer em Portugal. Com isso, Paulo também concordava, pois já havia estado em Lourenço Marques, Beira, Nampula, Porto Amélia, e não se lembrava de ter visto coisas dos portugueses, só de ingleses, sul-africanos, entre outros. E isso levava-o a pensar, mas afinal, por quem andava ele a bater-se naquela guerra? E quanto à faceta imperialista de Portugal, Paulo invertia o quadro e pensava que também nós portugueses outrora havíamos defendido o nosso território do apetite imperialista espanhol. O Mértola, que fazia a guerra a disparar tiros para o ar, era um alentejano comunista que ansiava pelo fim da guerra e pela queda do regime, e que considerava os guerrilheiros camaradas de luta por contribuírem para a queda do fascismo em Portugal. O alferes Murteira, por seu lado, estudante de Direito e membro da Associação Académica quando Tomás foi vaiado na Universidade de Coimbra, sofreu a prisão e a tortura da PIDE, e acabou por ser incorporado. Ambos concordavam que era preciso fazer a guerra contra a guerra, por dentro. Mas era perigoso ser-se de esquerda ali, às vezes havia mortes encomendadas, portugueses que matavam portugueses por politiquices e por menos. A título de exemplo, o cabo do rancho Mendes matou o enfermeiro Armindo durante o ataque de flagelação da FRELIMO ao aquartelamento só por vingança.

Faltavam quatro meses para o regresso. Paulo tentava vencer a fúria correndo, nadando ou sustendo a respiração até à exaustão naquele Niassa que lhes servia de refúgio e de local de bem-estar. Mas na noite da morte do cabo-enfermeiro, o Paulo refugiou-se no *brandy*, enquanto o alferes Godinho foi ao mato procurar o trilho dos guerrilheiros. No dia seguinte, e de ressaca, Paulo ouviu dizer que estavam a depenar um turra no bengaleiro. Foi lá ver, era uma miúda de apenas treze, catorze anos, nua, toda chicoteada, com um mamilo cortado e à pendura. Para cúmulo o Godinho pôs-lhe gasolina no púbis e ateou-lhe fogo. Paulo não aguentou, sacou da *Walter*, atirou na miúda e depois no Godinho. Imediatamente levou uma pancada na cabeça, e só acordou na enfermaria a ouvir dizer que iam transferi-lo. O Palma escrevera no boletim de evacuação “grave perturbação mental”. Nunca lhe tinha ocorrido tal ideia, fingir-se de maluco era o diagnóstico perfeito: assim, nunca mais voltaria à guerra. Mas inquietava-o a frequência com que via os olhos do guerrilheiro e o facto de não ter certeza absoluta da sua condição mental.

3.6) *Até Hoje: memórias de cão* (Álamo Oliveira)

Até hoje: memórias de cão conta a história de João, um açoriano mobilizado para a guerra na Guiné. Utilizando o método de narrativas encaixadas, Álamo Oliveira constrói os mundos de João: os queridos Açores e a guerra em África, as suas lembranças e vivências.

Em Julho de 1968, João embarcou no Uíje, no cais de Alcântara, rumo à Guiné, para cumprir quinze meses em rendição individual. Logo na partida para África, sentiu saudades da ilha natal, do seu quotidiano, da sua família, e lembrou a sua infância. Sentia-se febril, à beira do desmaio, desencorajado como os demais e despersonalizado por lhe ter sido atribuído um número, o 127. João estava a caminho de África com a lição salazarista - Deus, Pátria, Família - muito bem sabida e com a imagem do grande Império Português imposta na sua mente. Quando chegou, foi encaminhado para o quartel de Adidos, um sítio sobrelotado onde os tropas dormiam nas retretes e a comida era intragável. Perante o discurso pró-imperialista do capitão Gandra, João sentiu-se revoltado e com vontade de chorar: ele e os outros tropas não queriam estar ali e estavam aterrados de medo da guerra. Anselmo foi o soldado que prontamente confessou a João ser contra aquela guerra, explicando-lhe que o valor mais importante era a vida e, por isso mesmo, desejava regressar a casa rapidamente. João chorou de saudades de casa, ele estava já altamente fragilizado. Naturalmente, também desejava partir, mas, ao invés, foi destacado para o quartel de Binta, um sítio de parcas condições e de muita fome.

Quando chegou o capitão perguntou-lhe se ele tinha conhecimentos de panificação, era, afinal, de um padeiro que eles precisavam. Naquele quartel, onde não se faziam posições de sentido nem continências, João conheceu Fernando, que viria a ser o seu apaixonado, Zé Domingos, Zé Porto-Mós, Zé Viana, Zé Sousa, o cabo Martins e o Mastigas. Naquele quartel vivia-se uma espécie de guerra sem guerra. Foi prontamente que Fernando informou o João que ali ninguém estava disposto a guerrear, o importante era estar vivo. Ali, o tédio, o ócio, a preguiça e o tempo todo feito em nada eram, a cada momento, quebrados com muita bebida e sexo. Mas, mantendo-se sempre um pouco à parte dos demais, João sentia-se frequentemente assaltado pelas saudades dos Açores, e em especial quando recebia correio de Isabel e da mãe. Fernando ficou destroçado ao saber pela carta da mãe que a sua mulher deixara a filha, que ele nunca tinha visto, com os pais dele e que partira com outro homem. Na realidade, ficou tão perturbado e infeliz que pensou inclusivamente em suicidar-se. E João, sentindo-se sozinho, isolado e, mais grave, em constante mudança de personalidade, sentia-se incapaz de fazer planos para o «depois da guerra».

O pior aconteceu quando Zé Domingos, bêbedo, andava aos gritos junto à mata de Ohio e, de repente, o inimigo abriu fogo sobre o quartel. Na realidade, foi o primeiro e único ataque que estes soldados vivenciaram. Com efeito, João sentiu-se aterrorizado quando encontrou Zé Domingos ferido, e, pior ainda, quando este acabou por padecer no seu colo, a dizer que não queria morrer ainda. João ficou a pensar que não se sabia porquê nem para quê se morria naquela guerra, ficou profundamente revoltado, e, em consequência, deixou de

crer em Deus e no Império. A sua morte provocou nos seus companheiros um enorme sentimento de vazio, sendo que o Mastigas, discreto amante de Zé Domingos, por razões óbvias, foi quem mais sofreu com esta perda. Perante semelhante cenário, João tinha uma certeza irrevogável: não queria morrer na ou pela guerra, desejando, ao invés, poder morrer apenas por si próprio. Quando contactava os pais, João, compreensivelmente, tentava tranquilizá-los, dizia-lhes que estava tudo bem. Foi assim que a mentira passou a funcionar, para João, como uma forma de evasão àquela realidade medonha. Não obstante, naquela infinitude de tempo que avançava muito lentamente, existia uma realidade doce e confortável, uma realidade que testemunhava o florescimento do amor entre João e Fernando.

Entretanto, o Mastigas, dilacerado com a morte de Zé Domingos, tentou o suicídio, cortando os pulsos. E, de facto, este tipo de atitudes não seria de estranhar, face, também, ao tédio insuportável pejado das contínuas e vácuas rotinas que lhes preenchiam as intermináveis horas do dia. Aqueles homens viviam num tédio e apatia insuportáveis, estavam cingidos sempre às mesmas rotinas: abrigo, cantina, rio, jogo de bola, chatear uns e outros, sem correio, jornais, revistas ou jogos de cartas novos. Desta feita, a solidão apoderava-se tremendamente de alguns. O Fernando sofria de uma devastadora solidão e o João desesperava com tantas saudades de casa. E para complicar um pouco mais a situação, João sente-se consumido pelos ciúmes provocados pelo beijo que observou entre o Fernando e o Porto-Mós. Sentiu-se traído numa relação que era afinal de contas, apenas, platónica.

Mais tarde, chegado de Bissau, Matias partilhou com os restantes homens, as histórias da guerra, os horrores que, na verdade, aquele quartel estava longe de viver. Perante as atrocidades ouvidas, João não conseguiu evitar e chorou. E depois, já quase no final da comissão, e a apenas dois meses de verem o pesadelo terminado, quando já todos pareciam velhos, cansados e doentes, ficaram a saber que tinham sido convocados para uma operação na mata de Ohio. Só de pensar nos riscos que iriam enfrentar, o Monteiro ficou de diarreia, o Mastigas doente de medo e o João prestou-se a rezar. Mas, felizmente, a operação não chegou a acontecer, pelo que os homens já podiam sonhar com a casa do Pilão em Bissau e, melhor ainda, com o regresso a casa. Já no final, confrontado por Fernando, João confessou-lhe que, em todo aquele tempo, só não lhe cedera por pudor. Quanto ao Mastigas, não aguentando o sofrimento, acabou mesmo por se suicidar.

De Bissau regressaram a Lisboa e, nessa mesma noite, num quarto de pensão, João e Fernando consumaram finalmente o seu amor. Fernando pediu-lhe que ficassem juntos, disse-lhe que o amava, todavia, João preferiu que cada um seguisse a sua vida. Na partida do Fernando, João disse que lhe escreveria mas estava apenas a mentir. Em Agosto de 1969 João regressou finalmente aos Açores, foi recebido em casa com alegria, surpresa e mil e uma perguntas às quais não quis responder. Escreveu um diário de guerra mas depois de uma noite atormentada e mal dormida decidiu queimá-lo. A mãe sentia-se atormentada, não conseguia reconhecer o filho. E, de facto, pouco tempo depois, com um espírito inquieto que não encontrava paz, João acabou por decidir emigrar, até hoje.

4) O repúdio do mito da “África Portuguesa”

Jornada de África, Autópsia de um Mar de Ruínas, Até hoje: memórias de cão, Os Cus de Judas, Nó Cego e O que agora me inquieta são obras anticolonialistas nas quais o repúdio do mito estado-novista da África Portuguesa existe efectivamente. Com estilos de escrita e conteúdos muito diferentes, estas obras aproximam-se, na medida em que todas elas têm como objectivo repassar um período da História portuguesa recente que parece, não diremos ignorado, mas, pelo menos, um pouco apagado (“*Porque camandro é que não se fala nisto? Começo a pensar que o milhão e quinhentos mil homens que passaram por África não existiram nunca*” - *Cus...*, p.81). Na realidade, “um dos factores que levarão à tentativa de escrever a guerra é a urgência de um diálogo, de uma autognose colectiva na literatura, pela impossibilidade de um diálogo social, isto é, de uma discussão, de uma pedagogia que faça da guerra História, e na História a verdade da guerra, e não a sua mitificação ou invenção.”¹⁷⁰ Com efeito, a escrita lega o conhecimento às sucessivas gerações. E é exactamente por esta via que os escritores em apreço pretendem que as histórias da História não caiam no olvido.

Não obstante, para que as suas vozes sejam ouvidas, é necessário que haja alguém na disposição para as receber. António Lobo Antunes, entre os autores em estudo, é aquele que demonstra uma maior necessidade e urgência em ser ouvido. O médico de *Os Cus de Judas* debita um monólogo que encontra numa mulher alheia o seu dilecto receptor. Na verdade, “esta personagem feminina semimuda [...] será uma metáfora da sociedade que acolheu friamente [o seu discurso] - não totalmente surda aos seus problemas, mas um pouco amorfa, pouco activa, do tipo *sim, mas...* [...] Esta personagem feminina acaba por ser alegoricamente a sociedade portuguesa de então.”¹⁷¹ Por conseguinte, nesta, bem como nas restantes obras em análise, a enunciação dos acontecimentos vividos acolhe uma espécie de catarse libertadora dos fantasmas do passado.

Por outro lado, estas obras possuem um elevado pendor autobiográfico, o que lhes confere uma autenticidade e um carácter humanista enormes. Em todas elas, os autores empíricos são também os autores textuais e, por vezes, são igualmente os protagonistas das suas histórias. Esta estreita relação entre o vivido e o escrito faz com que a verosimilhança destas narrativas, referindo-nos especificamente à componente emocional, seja efectivamente genuína. Em suma, ao serem escritas por pessoas que viveram *in loco* a guerra colonial, representam valiosos testemunhos, ficcionados naturalmente, mas que têm a intenção de documentar o inferno da guerra. Maria Narciso explica que “os autores que

¹⁷⁰ Norberto do Vale Cardoso, (tese de mestrado sob orientação de Carlos Mendes de Sousa) *Autognose e (Des)memória: Guerra Colonial e Identidade nacional em Lobo Antunes, Assis Pacheco e Manuel Alegre*, Braga, Universidade do Minho, 2004, p. 141.

¹⁷¹ Eduardo Fonseca, “A metaforização em *Os Cus de Judas*, de António Lobo Antunes”, in *A guerra colonial: realidade e ficção: livro de Actas do I Congresso Internacional*, p. 366.

reflectem sobre esta temática fizeram parte dessa geração que fez a guerra e praticam através da escrita rituais de autopunição.”¹⁷² No fundo, uma das intenções destas obras será levar o leitor a apreender um universo de sentimentos que o conduzirá, tal como aconteceu aos autores, à tomada de uma postura social, humanitária e, conseqüentemente, política. “Their attempt to interpret and reevaluate the whole episode of the colonial wars and subsequent loss of the African colonies grants them an epic dimension, which will help Portuguese readers [...] to make sense of the trauma this historical moment entailed for the whole country.”¹⁷³

Posto isto, passamos, de imediato, a uma brevíssima apresentação de cada uma das seis obras. Quanto a *Jornada de África*, é um romance fundamentalmente político e anticolonial que pretende demonstrar que a causa apresentada pelo Regime para a elaboração da guerra estava, logo à partida, errada e, por conseguinte, o Regime era igualmente errado. Com efeito, o Estado, ao pretender afirmar-se em África, acabou por repetir o erro de há cinco séculos atrás, condenando Portugal ao sofrimento. Este romance incluiu muitos aspectos reais: episódios históricos, lugares que efectivamente existem e certas personagens têm também uma estreita relação com a realidade. No que diz respeito a *Os Cus de Judas*, estamos perante um labor “de carácter confessional e memorialista”¹⁷⁴ que, num olhar tríplice, abarcando o passado, o presente e o futuro, apresenta uma visão disfórica da guerra, realçando a patriofobia do autor. Talvez a característica mais marcante desta obra seja o tipo de linguagem usada, na medida em que é forte e pesada. Fazendo uso do calão e, por vezes, do humor sarcástico, nem sempre fáceis de digerir é certo, esta obra tem como objectivo atingir o leitor, marcá-lo, portanto. De facto, “a sua linguagem marcada de negatividade, disforizada, fundamenta uma postulação existencial que é genericamente crítica e sarcástica, quando não de um forte pessimismo”¹⁷⁵. No que concerne à obra de João de Melo, *Autópsia de um Mar de Ruínas*, trata-se de um trabalho apaixonante, leve e pesado ao mesmo tempo, que nos faculta os dois pontos de vista desta guerra: o do opressor e o do oprimido. Do lado opressor, destaca-se a vitimização daqueles que foram obrigados a alinhar numa guerra alucinante e a correr riscos que não estavam dispostos. Do lado dos oprimidos, exploram-se as tristes e vergonhosas realidades a que eram sujeitos. Assim, *Autópsia...* reúne “diversos pontos de vista, a mistura ágil de linguagens orais e gestuais, a multiplicação de asserções sentenciosas ou judicativas”¹⁷⁶, conduzindo a uma multiplicidade incrível de elementos. De facto, o discurso desta obra é um discurso polifónico, vozes múltiplas proporcionam o conhecimento e a apreensão dos diversos envolvidos, dos pontos de vista que

¹⁷² Maria do Rosário Palhas Narciso, (tese de mestrado sob orientação de Rui de Azevedo Teixeira), *Fugas à Realidade (Refúgios dos protagonistas da novelística sobre a Guerra Colonial)*, Lisboa, Universidade Aberta, 2004, p. 46.

¹⁷³ Isabel Moutinho, *The Colonial Wars in Contemporary Portuguese Fiction*, Woodbridge, Tamesis, 2008, p. 8.

¹⁷⁴ Maria do Rosário Palhas Narciso, *Fugas à Realidade (Refúgios dos protagonistas da novelística sobre a Guerra Colonial)*, p. 49.

¹⁷⁵ Rui de Azevedo Teixeira, *A Guerra Colonial e o Romance Português - Agonia e Catarse*, p. 208.

¹⁷⁶ José Manuel Mendes, “Recensão crítica a ‘Aupósia de um Mar de Ruínas’ de João de Melo”, in *Colóquio/Letras. Recensões Críticas*, n.º 94, Nov. 1986, p. 130.

cada um defende. Por um lado existe o discurso da postura estado-novista, passado pelas posturas dos diferentes soldados, uns a favor outros contra a guerra, e por outro lado, dá-se lugar e corpo à voz do colonizado oprimido, voz essa “multiplicada por diversas, que vão [...] somando pontos de vista diversos, até mesmo o feminino. Pela concessão de voz à mulher (Natália) - que ganhará estatuto de narrador, veicula-se um ponto de vista feminino sobre a colonização e as atrocidades da campanha militar presenciada.”¹⁷⁷ Por tudo isto, *Autópsia...* dá-nos um quadro, digamos, bastante completo, e também por isso, torna-se uma leitura apaixonante. Referindo-nos à obra de Coutinho, *O que agora me inquieta*, e apesar de categorizada pelo próprio autor como uma novela, a verdade é que esta história que conta poderia, perfeitamente, ter tido lugar na realidade. De facto, “a textualização é estritamente realista na sequência das circunstâncias e na linguagem - e é isso, precisamente, o que imprime qualidade literária ao narrado: a capacidade demonstrada pelo A. de contar factos, situações, estados de consciência, diálogos, com objectividade rigorosa e descarnada, sem o menor intuito explicitado de tirar «efeitos» impressionistas do que narra.”¹⁷⁸ Em suma, numa pequena obra, em termos de tamanho claro está, Carlos Coutinho operou uma escrita catártica que prende o leitor e que o delicia. No âmbito de *Nó Cego* estamos já perante um livro de memórias romanceado que “possui um cariz eminentemente realista”¹⁷⁹. Mesmo pejado de cenários de morte e de violência, *Nó...* é um romance fácil e agradável de ler, pois apresenta uma linguagem fluida, corrida e bastante acessível. À primeira vista, pode parecer resultado de uma tecedura algo simples, mas, na verdade, estamos perante um trabalho bastante rebuscado, pois tratando-se de um autêntico romance de guerra, é, ao mesmo tempo, uma confissão e uma denúncia da “inadequação do material utilizado pela tropa portuguesa.”¹⁸⁰ No que concerne à Companhia de Comandos, que é o protagonista colectivo, através do seu desmembramento e diluição, ela representa a postura da sociedade portuguesa perante o conflito colonial, ou seja, denuncia o progressivo desencantamento com a causa colonial e a galopante desacreditação na mesma. Finalmente, *Até hoje: memórias de cão*, é um romance que, com honestidade e sem pudor, narra o amor entre dois homens num clima de guerra, ou melhor, de espera de guerra. Terá também como intenção denunciar a desilusão de um homem sujeito à ansiedade, ao tédio e à resignação de um aquartelamento militar em África. A linguagem usada é bastante agradável e permite uma leitura leve e descomprometida.

Feitos estes brevíssimos comentários introdutórios às seis obras literárias em análise, perscrutamos, em seguida, a negação do mito da África Portuguesa. Tal repúdio assenta em determinados aspectos que, em maior ou menor escala, são comuns a todas as obras e que,

¹⁷⁷ Maria Manuela da Silva Duarte, “Autópsia de um Mar de ruínas - A ficção na senda da história”, in *Actas do Colóquio Internacional Literatura e História*, Porto, Faculdade Letras da Universidade do Porto, 2004, vol. I, p. 224.

¹⁷⁸ Álvaro Salema, “Depoimento [crítica a ‘O que agora me inquieta! De Carlos Coutinho]”, in *Colóquio/Letras*. Livros sobre a Mesa, n.º 98, Jul. 1987, p. 111.

¹⁷⁹ Maria do Rosário Palhas Narciso, *Fugas à Realidade (Refúgios dos protagonistas da novelística sobre a Guerra Colonial)*, p. 58.

¹⁸⁰ Lígia Manuela Ribeiro Sequeira, (tese de mestrado sob orientação do Doutor Rui de Azevedo Teixeira) *Nó Cego de Carlos Vale Ferraz - Realidade e Ficção*, Lisboa, Universidade Aberta, 2002, p. 16.

no seu conjunto, permitem uma apreensão multidimensional da questão. Com efeito, a negação da África Portuguesa é o resultado da visão multifacetada sobre as províncias, assente em critérios que designamos de geográficos, culturais, sociais e humanitários. Juntos, estes aspectos, culminarão na negação da África Portuguesa em termos históricos.

Damos início a esta viagem, reflectindo primeiramente sobre o aspecto geográfico, pois é facilmente apreensível no âmbito da negação da África Portuguesa. Através da descrição das paisagens africanas, o leitor é transportado para espaços físicos totalmente diferentes dos de Portugal. Tal situação despoletou, sem surpresa, nos nossos recém-chegados tropas uma sensação de estranheza e de vivência em terra alheia. Desde logo, a distância contada em milhares de quilómetros que os separavam de casa, afinal estes homens foram sugados para os confins do mundo, para os cus de judas, como evidencia o título da obra em apreço de Lobo Antunes; depois, a imensidão dos espaços que os faz sentir pequenos, diante de tal *"monstro pré-histórico"* que África é (*Até hoje...*, p.51); e, finalmente, o clima caracterizado como um *"calor húmido, sufocante"* (*Jornada...*, p.53), do qual Lázaro Asdrúbal se queixava, e que o fazia sentir *"como se tivesse sido untado com azeite por dentro e por fora"* (*Jornada...*, p.77). Porém, convém não esquecer que, por oposição ao sol quente, existiam as noites frias repletas de cacimbo e como contraponto da seca, havia as *"chuvas grossas"* (*Autópsia...*, p.50) e as trovoadas assustadoras.

Ainda no plano geográfico, mas centrando-nos na caracterização do espaço urbano, é Luanda que recolhe o maior número de descrições. Dizia Sebastião que aquela era uma *"cidade sem rosto onde o seu nome parece estrangeiro"* (*Jornada...*, p.26), ao passo que o médico, à chegada, repara que a *"miséria colorida dos bairros que cercavam Luanda, as coxas lentas das mulheres, as gordas barrigas de fome das crianças imóveis nos taludes a olharem-nos, arrastando por uma guita brinquedos irrisórios, principiaram a acordar em mim um sentimento de absurdo"* (*Cus...*, p.28). Por este e outros motivos, afirma categoricamente que Luanda era uma *"cidade colonial pretensiosa e suja de que nunca gostei, gordura de humidade e calor, detesto as tuas terras sem destino, o teu Atlântico domesticado de barrela, o suor dos teus sovacos, o mau gosto estridente do teu luxo. Não te pertença nem me pertences, tudo em ti me repele, recuso que seja este o meu país, [...] a minha terra são 89 000 quilómetros quadrados com centro em Benfica na cama preta dos meus pais, a minha terra é onde o Marechal Saldanha aponta o dedo e o Tejo desagua"* (*Cus...*, pp.96,97).

Quanto aos espaços não urbanos/naturais, apresentam, igualmente, certa dose de estranheza, posto que ostentam exóticos cenários, totalmente diferentes dos nossos. Na verdade, a fauna e a flora apresentavam uma diversidade que, efectivamente, espantava os portugueses recém-chegados: *"havia inomináveis árvores"* (*O que...*, p.27), mangueiras, bananeiras, cajueiros, cafezeiros, espinheiros, eucaliptos, *"imbondeiros com os seus frutos pendurados como grandes ratazanas de barriga inchada"* (*Jornada*, p.55), cactos, capim, e *"pássaros irreconhecíveis"* (*Até hoje...*, p.43), hienas, cobras, escorpiões, tarântulas, formigas vermelhas, rios povoados de jibóias e jacarés, e *"insectos fantásticos que habitam o denso escuro de África"* (*Cus...*, p.196) nas noites que revelavam uma *"majestosa infinidade de*

estrelas" (Cus..., p.164). De facto, em África as florestas sumptuosas de um verde luxuriante, as savanas amarelas e as secas batidas por um "sol tóxico" (Autópsia... p. 284), um "sol que, mesmo no poente, é um fogo intolerável" (O que..., p.94), e as terras de "pó vermelho que pica nos pulmões" (O que..., p.16) são uma constante. Assim, tornam-se mais do que evidentes as diferenças geográficas e, logo por aí, os portugueses sentiam-se em terreno alheio. Mas se para os continentais a diferença era gritante, para os açorianos tais dissemelhanças assumiam proporções colossais, tendo em conta que as suas paisagens e climas eram totalmente diferentes das africanas, sentiam, por conseguinte, a sensação de desajuste ambiental. Carlos Vale Ferraz apresenta o caso da seguinte forma: "A África, para nós, europeus, será sempre uma terra estranha. Quando entro na floresta, tenho a sensação de profanar qualquer coisa sagrada" (Nó..., p.112).

Atentemos, neste momento, a outro aspecto que também permite a negação da África Portuguesa, a religião. Como é sabido, cinco séculos de missões e de acção católica em África levaram a que alguns povos adoptassem a religião católica e o seu Deus. Por exemplo, "Os Macondes são católicos" (Nó..., p.327), mas muitos outros povos havia que tinham como deus o N'Zambi, o "Deus do tempo e dos recém-nascidos [...] que [...] atravessava as formas, passando o ar, a terra, o fogo, a água, e todas as coisas do mundo, assim protegendo os homens e a vida eterna das paisagens" (Autópsia..., p.39). Um outro factor de afastamento prende-se com a idolatria totalmente estranha aos portugueses, com as crenças para eles sem significado. Reportamo-nos a certas práticas do tipo da tia Kutuela, que era a curandeira "sabida em todas as doenças que apareciam, que mesmo costumava expulsar o cazumbi nos feitiçados" (Autópsia..., p.279), do feiticeiro de Ninda, que "sorvia o pescoço das galinhas degoladas numa veracidade brutal" (Cus..., p.66), ou, ainda, da postura dos povos autóctones perante a morte, posto que a sofriam de acordo com as crenças locais, funerais "cheio[s] de rituais estranhos" (Até hoje..., p.79). Na verdade, no entender do furriel-enfermeiro, tais práticas mereciam total compreensão e discrição, logo "nenhum branco poderia ou devia ter lugar nessa intimidade" (Autópsia..., p.282).

Como se sabe, a língua está intrinsecamente relacionada com a afirmação de um povo, de uma cultura e de um país enquanto Nação. Ainda actualmente se designam as ex-colónias como PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, mas a verdade é que uma considerável parte das populações desses países têm as suas próprias formas de expressão, os seus dialectos. Dado que durante a regência do Estado Novo o ensino nas ex-províncias ultramarinas foi sempre muito precário e pouquíssimo abrangente, algumas pessoas permaneciam totalmente alheias à língua portuguesa. Na verdade, os velhos "como nunca tinham aprendido o português pediam o tabaco por gestos: fazendo estalar os lábios ou sorvendo a língua de encontro ao céu da boca." (Autópsia..., p.64), e outras, mesmo sabendo português, como dizia Natália, "por vezes, falavam umas nas outras só nosso dialecto" (Autópsia..., p.29). Esta obra de João de Melo será, entre as seis em apreço, a que melhor evidencia essa diferença linguística, dado que nos capítulos onde os africanos são

protagonistas prevalece o universo linguístico africano, repleto de falas típicas, das quais Natália é, aliás, representativa.

Manuel Alegre, de outra forma, também destaca a importância da língua e o papel que esta desempenhou na afirmação da cultura africana. Na década de 50, surgiu em Moçambique e em Angola uma literatura que se afastava dos cânones da Literatura Portuguesa trazidos pelos colonizadores, que recusava a civilização europeia e que propunha a busca de uma identidade própria, ou seja uma literatura intrinsecamente ligada às raízes culturais africanas¹⁸¹. Em Moçambique iniciava-se por essa altura uma poética voltada para a moçambicanidade, da qual de destacam as vozes de Noémia de Sousa, Marcelino dos Santos e José Craveirinha. E em Angola, na mesma época, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane, Mário Pinto de Andrade e outros, iniciaram, sob os ecos da negritude francesa, do negrismo afro-americano e sob o signo do anticolonialismo, um movimento político-literário em busca da angolanidade. A revista *Mensagem*, na qual participavam Agostinho Neto, Viriato Cruz e António Jacinto, tornou-se numa revista declaradamente política, ao reivindicar a afirmação da língua angolana e a constituição da angolanidade. Manuel Alegre afirma a poesia angolana como um instrumento de luta e de afirmação nacional e relembra que “O movimento nacionalista nasceu em volta de uma revista chamada *Mensagem*” (*Jornada...*, p.107). Em tertúlia com Sebastião e Bárbara, Madalena declamava António Jacinto e o Escritor recitava Agostinho Neto, mostrando assim o apreço pela afirmação de uma nacionalidade própria e independente. A língua portuguesa deveria ser o último traço remanescente da presença portuguesa em África e, de facto, “é nesta comunidade de língua portuguesa que Manuel Alegre vê a persistência do sonho português do absoluto e da distância, da errância e do retorno a nós próprios”¹⁸², tão urgente. A língua constitui, assim, o legado português com maior relevância deixado em África.

A grande Pátria Portuguesa era concebida pelo Estado Novo como una e unida, todavia, está visto que essa união não existia, nem ao nível da Fé nem, pelo menos de forma completa, ao nível da Língua. A partir dos critérios geográficos e culturais (religião, língua) já temos uma primeira percepção da negação da África portuguesa, mas esse repúdio torna-se verdadeiramente gritante quando nos debruçamos sobre os aspectos de natureza social e humanitária. O Império uno e fraterno que albergava todas as gentes sob o signo de portugueses não existia, senão vejamos a forma como os colonizados eram sujeitos ao ignorante racismo, às migrações forçadas, à feroz repressão, às violências brutais dos colonos, da PIDE e até do exército, ao medo omnipresente, ao injusto trabalho forçado e à exploração colonial e, ainda, mais ruinoso que tudo, à miserável fome.

Portugal, dizia-se, era uma nação multicontinental e multirracial, onde todos tinham os mesmos direitos. Pura falácia a julgar pelos acontecimentos nas províncias ultramarinas, onde continuava a existir uma enorme segregação racial. Logo na recruta, os soldados eram

¹⁸¹ Sobre esta temática cf., por exemplo, José Carlos Venâncio, *Uma Perspectiva Etnológica da Literatura Angolana*, Lisboa, Ulmeiro, 1987.

¹⁸² Jorge Humberto dos Santos Carnaxide, *O Último Império - O Estado Novo e a Guerra Colonial na Literatura Portuguesa*, p. 221.

alvo de uma cruel acção psicológica que lhes transmitia ideais rácicos. O furriel Paulo Martins lembra que, na sua recruta, o alferes Horta lhes gritava: “*um preto é sempre um animal fedorento*” (*O que...*, p. 55). A caminho de África, no Uíje, João lembra o que ouvia: “*«O inimigo não conta! Mata-se simplesmente... É lorpa! O inimigo é preto por ignorante, sinónimo de escravo por vocação»*” (*Até hoje...*, p. 18). E o sô Ferreira definia os «pretos» como “*símios do inferno! [...], montanhas de merda, só a poder de chicote se consegue fazer alguma coisa deles*” (*Autópsia...*, p.253). Incitados a profundo ódio, muitos dos tropas transformaram “*o sentimento rácio em desprezo ou ressentimento, em crueldade, em gozo de matar a qualquer hora*” (*O que...*, p. 114). Para eles, a vida do africano não tinha qualquer significância ou relevância. Esta falta de consideração está, por exemplo, representada no comando Espanhol que, estando numa picada cheia de minas, declara: “*É a pretalhada que vai à frente, não há azar!*” (*Nó...*, p.97). Mas nem todos eram assim. Por exemplo, na sequência do episódio acima descrito, o alferes Fernandes contrapôs, dizendo que “*são homens como os outros, andam aqui como nós.*” (*Nó...*, p.97), mas convicto da sua posição, o Espanhol, retorquiu: “*São «turras»!*” (*Nó...*, p.97). O sô Valentim também corporiza bem este sentimento rácico e, a propósito dos seus maus-tratos, Natália lamuriava-se: “*Vida de preto vem cheia de injustiça. Té mesmo os bichos recebem mais consideração nos brancos.*” (*Autópsia...*, p.76). Na prática, e contrariamente ao apregoado pelo Regime, o «preto» não merecia consideração, a sua vida era tida por inferior, assim como a sua pessoa. De facto, como muito bem exprime Alegre, em África “*qualquer analfabeto branco sente-se superior a um preto licenciado*” (*Jornada...*, p.144).

Com o eclodir da guerra, e sabendo que num confronto colonial as populações são um grande alicerce das guerrilhas, o Estado Novo traçou algumas estratégias para tentar controlá-las. Como tal, a construção de aldeamentos forçados perto dos aquartelamentos militares portugueses era uma das estratégias que prometiam solucionar a questão. As populações africanas perderam então o direito da escolha à habitação e foram obrigadas a migrar, sendo deslocados à força pela PIDE. “A existência de uma unidade militar com sanzalas agregadas é das situações mais típicas da África Portuguesa; [...] este programa de aldeamentos começou a ser implantado no Norte de Angola logo em 1961, [e] progredi[u] a bom ritmo durante o conflito, a ponto de albergar cerca de um milhão de angolanos em 1973”¹⁸³. A realidade destes aldeamentos forçados é fugazmente referida nas obras de Álamo Oliveira e Lobo Antunes, é apresentada na obra de Carlos Coutinho e é magistralmente extensiva na obra de João de Melo.

Concentremo-nos, por agora, nas obras de Coutinho e de Melo. Em *O que agora me inquieta*, a construção dos aldeamentos estratégicos, como os designava o Godinho, “*um fanático daquilo a que se dá o nome de portugalidade africana*” (*O que...*, p.83), afigurava-se como uma necessidade absoluta para o controlo das populações. O Murteira, que para além de ser contra a guerra era contra este meio de coação, dizia que estas aldeias aramadas lhe

¹⁸³ Jorge Humberto dos Santos Carnaxide, *O Último Império - O Estado Novo e a Guerra Colonial na Literatura Portuguesa*, p. 146.

faziam lembrar os campos de concentração nazis e, na verdade, ali fazia-se uso da tortura, para o efeito até tinham um “bengaleiro”. Mas é em *Autópsia de um Mar de Ruínas* que a existência dos aldeamentos forçados e o seu quotidiano alcançam maior expressividade. Em Calambata, na sanzala que ladeava o quartel militar português, vivam pessoas maioritariamente provenientes do Sul, mas também gente do Norte e do Leste, que tinham sido para ali levados e mantidos à força. A omnipresente PIDE tinha lá ido à procura de guerrilheiros, deixando, naturalmente, a sua marca. Anica lembra que, “*nesse dia, [...] entrou a tropa na sanzala do Piri e fuzilou muita gente. Homens, mulheres, crianças tombavam na terra para sempre*” (*Autópsia...*, p.105). Torturaram pessoas, ela própria foi torturada para dizer onde estava o marido e, anos mais tarde, também maltrataram o seu filho. O balanço final é morte, tortura e migração forçada. Para retirar o apoio aos guerrilheiros, a população do Piri foi deslocada para “*bem longe da nossa terra, pra ser vigiada dia e noite e não poder dar encontro com os irmãos que estão a fazer a guerra de libertação*” (*Autópsia...*, p.32). Todos eles sentiam saudades de casa, ansiavam por liberdade e pelo regresso à terra natal. Natália perguntava-se “*quando ia mesmo chegar o dia, o dia, o da nossa pátria ficar livre do mal dos brancos; o dia que a gente ia poder chegar na nossa terra, abarcar sua família quase esquecida da lembrança e viver enfim a paz?*” (*Autópsia...*, p.56) e Bungo mostrava certeza em como a “*Tropa não vai nunca conseguir vencer um povo inteiro que gosta da sua pátria livre acima de tudo. Só questão de tempo*” (*Autópsia...*, p.121).

E não fosse o facto de estar deslocado e aprisionado suficientemente desagradável, estas populações trancadas a arame farpado ainda tinham de viver na miséria, sem condições e, com fome. Quando o soldado Renato visitou a cubata de Júlia e Bongo ficou apreensivo com a falta de condições: a cubata era demasiado pequena para uma família tão grande, passavam frio de noite e chovia lá dentro. E pensasse-se que havia benefícios em existir uma escola em Calambata e também seria pura demagogia. As crianças, que sempre tinham vivido em guerra, frequentavam a escola, todavia, esta era uma escola condicionadora de consciências: “*sô pressora Tina, [...] costumava sempre dizer a razão dessa guerra estava justa: Angola era Portugal. E quem não repetia essas palavras em sua redacção, levava reguada forte na ponta dos dedos, para não voltar a ter atrevimento de gente da mata, terrorista que havia de ir parar na prisão qualquer dia, por subversão*” (*Autópsia...*, p.78). De facto, muitos dos homens de Calambata tinham sido levados pela polícia secreta e nunca mais haviam voltado. Era caso disso o marido de Anica que se tinha juntado aos guerrilheiros numa luta pela “*libertação de nossa pátria [e] contra os colonialistas que lhes escravizavam*” (*Autópsia...*, p.104). E isso era verdade, o sistema colonial era um sistema que os escravizava, o trabalho forçado existia e a falta de remuneração adequada era uma triste realidade. Prova disso mesmo são os homens de Calambata que não podiam recusar-se a trabalhar, porque tropa, “*quando manda, resta só na gente trabalhar nos serviços que aparecem. Preto tem que obedecer porque é um desgraçado no cativo*” (*Autópsia...*, p.120). E, por mais que trabalhassem, nunca eram devidamente recompensados. Romeu, a este propósito, queixava-se: “*Todo o ano cuidando esse café é para quê, então? Depois, vem branco rico de S.*

Salvador, comprar tudo barato, nem dá dinheiro pra comprar roupas nessas crianças" (Autópsia..., p.79). Infelizmente, isto era a pura e dura realidade. Cultivavam o café com suor e lágrimas o ano inteiro e na hora de vendê-lo eram obrigados a entregá-lo por um mísero preço, já que os "brancos, uma vez mais, davam mostras de estar todos combinados para roubar no preto" (Autópsia..., p.254). E foram injustiças como esta que conduziram ao desencadear da guerra. Também Evaristo, o guia «turra» infiltrado na tropa portuguesa, em *Nó Cego*, frisa a exploração colonial. Ao longo da caminhada que fazia com os comandos, dá-nos conta do conflito gerado pela questão da água. Como era necessário ir buscar água muito longe, ao rio Muera, a administração portuguesa prometera aos Macondes arranjar uma solução. No entanto, quando finalmente construíram o posto de abastecimento, impuseram-lhes a compra da água. Naturalmente que, tendo em conta que a "água vai no rio, vem do céu, Deus dá" (Nó..., p.59), os Macondes consideravam o seu pagamento injusto. Logo, tal conflito materializou-se numa pequena guerra que resultou em mortos e feridos.

Mas as misérias das populações sob o jugo colonial não se ficavam por aqui. Na verdade, a fome é um factor lancinante na negação da África Portuguesa, tanto na visão dos soldados como na das populações que a protagonizavam. Álamo Oliveira, Lobo Antunes e João de Melo, na representação dos aldeamentos forçados, descrevem uma fome incomensurável, incompreensível e imperdoável. Em *Até hoje...* o autor/protagonista dizia-se familiarizado com a fome. De facto, havia muita nos Açores, mas quando chegou a África, mais particularmente ao aquartelamento de Binta, e olhou para as pessoas do aldeamento satélite, sentiu-se chocado com aquela "fome secular" (Até hoje..., p.66). Todos os dias, havia à porta do refeitório uma "fila interminável de negros, quase só crianças, as barrigas entumecidas pela fome, grávidas de miséria, os olhos enormes estendidos de gula triste para aquela mistela chamada sopa. Não pediam. Não diziam nada. Apenas nos olhos tristes uma breve esperança de restos" (Até hoje..., pp.53,54). Binta parecia-lhe um "campo de concentração que a guerra esqueceu" (Até hoje..., p.89) e que ele jamais esqueceria. Era assustador o cenário das crianças "com a sua fome de sempre, tão visível e trágica como os seus corpos nus e sujos" (Até hoje..., p.101). Lobo Antunes ficou igualmente horrorizado com o aldeamento forçado do Chiúme, o cu de judas no Leste. As populações estavam fechadas nas sanzalas, "impedid[a]s de pescar e de caçar, sem lavras, prisioneiros do arame farpado e das esmoladas de peixe seco da administração" (Cus..., p.48), vendo-se, por conseguinte, obrigadas a alimentar-se "em latas ferrugentas [,] dos restos de comida do quartel" (Cus..., p.83). Em *Autópsia...*, Renato diz que "tinha já visto a pobreza em alguns lugares do mundo. Porém, esta pobreza de agora era tão extrema como a miséria miserável ou a morte mortal" (Autópsia..., p.65) e lembra que "os pobres e infelizes meninos da esperança do furriel, atacavam em bando os caixotes do lixo, raspavam com as mãos o arroz encaroçado no fundo daqueles tachos medievais, serviam-se dum espeto para remover as bolas de cimento do esparguete e as cabeças do peixe - enchiam à pressa as suas latas ferrugentas com restos de sopa, pedaços de pão molhado, ossos moribundos que levavam" (Autópsia..., p.49) às famílias. Às vezes, Renato até evitava olhar para as crianças, só para não ter de enfrentar os olhos e as

barrigas esfomeadas deles. Era, efectivamente, atroz aquela imagem: *“corriam à minha frente barrigas de criança, afuniladas sobre o umbigo de fel com um nó túrgido e roxo, e tive a ilusão de que fossem meninos de outra parte do mundo; nunca tinham conhecido a paz, e nunca ninguém os levara a admirar o mar de perto, pois tinham nascido no útero da guerra”* (Autópsia..., p.66). Natália, por exemplo, não tinha comida para dar aos filhos, por isso queixava-se: *“uma mãe como eu [...] não pode nem pensar os seus meninos vão morrer com fome!”* (Autópsia..., p.148). Como tal, rolavam-lhe as lágrimas e queixava-se para Romeu: *“crianças precisam crescer e ganhar saúde. Nosso Minguito tem ‘quelas feridas na bunda dele, sô furrié fremeiro falou ele tinha lombrigas na barriga, de comer porcarias em nossa casa. Que é que vocês vais dar então, para o menino comer?’* (Autópsia..., p.150). Mas Romeu, impedido de sair do quartel, não podia fazer muito do que nada. Viviam em crise humanitária, como poderiam eles ser partidários do regime que os obrigava, a si e aos filhos, a passar fome? Nestes termos, para eles, africanos, era totalmente impossível acreditar na benevolência de uma África Portuguesa. Isso era tão falacioso como a afirmação da placa à entrada da sanzala de Calambata que anunciava: *“SANZALA DA PAZ - POVO RECUPERADO”* (Autópsia..., p.81). Trata-se, naturalmente, de uma mensagem totalmente falsa. É pela voz de Natália que visualizamos este cenário: *“cubata que metia água dentro e voava no vento do Norte, a nudez sem roupa de vestir, dinheiro nenhum, fome só funji podia matar. Que vida nossa então? Que vida nossa de gente a quem os brancos falavam entre si era recuperada dos bandidos da mata, gente assimilada e sem escola, prisioneira na terra que não era sua, que nunca era nem fora sua, falavam eles, e sem família e sem casa?”* (Autópsia..., p.207). Na verdade, vivia-se ali uma *“paz podre”* (Autópsia..., p.277), uma paz totalmente falseada e fantasiada pelo regime estado-novista.

Outro factor crucial na negação da África Portuguesa, explorado nestas obras literárias, diz respeito à violência exercida sobre os povos africanos. Dentro e fora dos aldeamentos forçados, os «pretos» sofriam maus-tratos imensos, eram castigados e mortos pelas mais diversas e aleatórias razões. Como expresso anteriormente, o racismo puro, só por si, era causa para desrespeitar aquele que era, no fundo, um ser humano igual a todos os outros. Mas como o racismo nega a igualdade entre seres, o «preto», por inferior, era sujeito a uma opressão extrema e às mais variadas atrocidades. E aqui entramos num quadro de negação da África Portuguesa quase impossível de contestar. À excepção do romance de Álamo Oliveira, todas as obras se referem a chocantes situações de violência extrema para com as populações oprimidas. E é exactamente a esse aspecto que pretendemos aludir nos parágrafos que se seguem.

Em *Os Cus de Judas* faz-se referência ao início da guerra e à violenta reacção dos portugueses ao já de si horroroso ataque da Baixa de Cassanje. A reacção foi bastante cruel, senão vejamos ao que estavam sujeitos: *“cavavam um buraco na mata, desciam para dentro, e aguardavam pacientemente que lhes rebentassem a cabeça a tiro e os cobrissem com areia, puxando um cobertor de terra por sobre o sangue dos cadáveres”* (Cus..., p.52). Era assim que o governo tratava da questão. No Chiúme, o médico teve o desprazer de se cruzar com uma

companhia de assassinos angariados pela PIDE, uma companhia que não fazia prisioneiros e que regressava da mata eufórica com os bolsos cheios de orelhas e mais umas violações para o currículo. O médico lembra ainda os desmentidos bombardeamentos de *napalm* em Chalala Nengo do seguinte modo: *"cobriram-se as bombas de napalm com oleado e o governo afirmou solenemente. Em caso algum recorreríamos a tão cruel meio de extermínio, [mas] eu vi cobrir as bombas em Gago Coutinho"* (Cus..., p.130). E a frieza e crueldade das prisões também não lhe escaparia, lembra que *"os prisioneiros sachavam a lavra dos agentes sob a violência feroz de um carcereiro armado [...], pastoreando homens e mulheres magros, quase nus, de cabeça rapada, inchados de pontapés e bofetões, inclinando-se para a terra em gestos moles de cadáveres adiados"* (Cus..., p.192), aguardando a morte.

Ao contar as venturas e desventuras de uma companhia de comandos, *Nó Cego* reproduz, inevitavelmente, cenas de violência. Os comandos eram tropas de elite treinados para matar impiedosamente, logo *"«Um comando não faz prisioneiros»"* (Nó..., p.201). Nesta narrativa, há um rol imenso de cenas violentas cometidas sobre os africanos, senão vejamos uma conversa entre Tino e Vergas que disputavam as orelhas das suas vítimas: *"cortamos-lhe as orelhas? Eu fico com uma, tu ca outra"* (Nó..., p.40). O Espanhol matava todos os «turras» que lhe passassem à frente, nem queria sequer saber se o capitão precisava de fazer prisioneiros para obter informações. Desta feita, matava logo, e pensava: *"Mais informações, mais operações"* (Nó..., p.201). O Lopes assassinara à queima-roupa alguns civis e vendo que outros se punham em fuga perseguiu-os de faca na mão, acabando inclusivamente por esfaquear uma mulher e o bebé de meses que trazia com ela. Dessa vez, os comandos tinham dizimado toda a gente, só sobrava uma criança que, em acto de redenção pelo seu acto hediondo, o Lopes adoptou. Numa outra emboscada a um aldeamento, o Passos, o Freixo e o Lino violaram uma jovem repetidamente, mas esta cena desagradou profundamente ao capitão que os proibiu de voltarem a fazer atrocidade idêntica. No entanto, incendiaram a aldeia, deixando um cenário de destruição imenso. Quando o Lino executou, a sangue-frio, um velho, o capitão percebeu que ele se estava a transformar num autêntico assassino e pensa: *"este ex-seminarista, que teria dado um bom SS ou um magnífico sargento da Legião Estrangeira! [...] Quando varrer os restos da moral do seminário, será uma máquina de guerra pronta para lutar sem escrúpulos por aquilo que deseje"* (Nó..., p.187). Esta escalada de violência gratuita tornava-se insuportável até para o capitão da companhia, e *"a ternura com que por vezes pensava nos seus homens, como gostava de dizer, desvaneceu-se para ceder lugar a um profundo desprezo"* (Nó..., p.321). Mas, no fundo, esta companhia de comandos apenas cumpria as ordens expressas pelo ambicioso general K que, discursando aos tropas acerca da operação *Nó Cego*, lhes dizia: *"Nesta guerra, as próprias populações, de acordo com a ideologia marxista, são o sustentáculo da subversão. Assim, todo o ser vivo encontrado é um inimigo a abater. Esta é uma luta de vida ou morte!"* (Nó..., p.274). Até uma das senhoras do Movimento Nacional Feminino preconiza tal violência, dirigindo-se aos comandos em tom animador e desafiador: *"E agora, meus filhos, vamos dar cabo dos «turras» todos, não é verdade?"* (Nó..., p.289). Outra forma de coação sobejamente utilizada em África, tal

como em Portugal, era a prisão e interrogatório sob tortura na PIDE. É na voz de Torrão que ouvimos o seguinte comentário: *"Grande cagaço têm eles da PIDE. É quase como no Alentejo"* (Nó..., p.49). A personificação da violência da PIDE-DGS é feita no agente Celestino que torturava os seus presos de forma impiedosa até os tornar cooperantes na detecção dos guerrilheiros: *"Tão dispostos e colaborantes que ainda têm vestígios de sangue"* (Nó..., p.177), contrapunha o capitão. Finalmente, o uso de *napalm* também é identificado nesta obra: *"no ar subiam cogumelos avermelhados de napalm a arder"* (Nó..., p.50), mostrando, assim, que este armamento foi, de facto, utilizado pelo regime estado-novista.

João de Melo, em *Autópsia de um Mar de Ruínas*, faz uma extensiva abordagem da violência praticada sobre o «preto», sobre os que estavam encarcerados nos aldeamentos forçados e sobre os demais que andavam nas matas junto das guerrilhas a lutar pela independência. Na sanzala, a violência era praticada, sobretudo, pelo temível sô Valentim. Romeu foi brutalmente espancado por ele: *"polícia sovava, sovava, sovava, e seus dentes rangiam uma fúria bem ruim, com palavras surdas e língua mastigada nos cantos da boca, falando sempre ia matar aquele gentio sem cabeça nem dignidade de pessoa igual nas outras"* (Autópsia..., p.28). Quanto ao soba Mussunda, querendo ajudar Romeu, acabou também por ser espancado, *"sem nenhum respeito na velhice e na condição de soba"* (Autópsia..., p.36). O furriel-enfermeiro classificou o acto como uma selvajaria e reportou-o à instância superior, mas não conseguiu eco. Episódios como este não podiam ser aceites pelos portugueses nem entendidos pelos africanos. Natália reflectia: *"Tropa grande mandava dizer, toda a hora, é para tratar bem nos pretos, como pessoa igual e sem distinção de cor, capaz eles iam voltar para fora da guerra e ficar amigos dos brancos. Mesmo Governo de Lisboa assim era que falava, mentira? Então como é que um polícia de sanzala estava estragar na ideia da paz, sozinho por sua conta, espantando de novo as pessoas para o outro lado da guerra? Como é um fidamãe dele estraga assim na política de acção psicossocial?"* (Autópsia..., pp.59,60). E logo questionava o facto de ninguém por cobro à situação. Com actos destes era evidente que as populações não se colocavam do lado dos colonizadores, era simplesmente impensável. Mas dentro das sanzalas, havia ainda outro tipo de violência exercida sobre as mulheres, havia a violência sexual. Obrigados àquele desterro, os soldados sentiam-se famintos de mulher e, por vezes, tentavam aliciá-las do ponto de vista sexual. O seu alvo principal eram as lavadeiras solteiras. Às mulheres não restavam grandes opções, corriam, inclusive, o risco de serem violadas. Veja-se o caso da lavadeira Lídia que só não foi violada por três soldados porque naquele momento caiu uma imensa chuva, ou da Natália, que ao ser chantageada pelo soldado recordou, com horror, *"o dia do antigamente, quando três colonos me pegaram contra uma árvore e fizeram minha violação. Doze anos de menina apenas, ainda me lembra agora o mesmo aspecto e o cheiro do suor dos brancos, Não vou esquecer nunca as seis vezes seguidas que recebi a morte e maldade daqueles homens."* (Autópsia..., p.58).

Paralelamente a tudo isto, registe-se ainda toda a colossal violência exercida sobre aqueles que andavam no mato e eram emboscados. Surgem-nos na narrativa um rol de

personagens que representam a violência das emboscadas. A lista é encabeçada pelo acto diário do comando Ariosto, cognominado de o Terrível, que *"ao pequeno-almoço, [...] punha sempre duas cabeças de preto, degoladas na véspera, em cima da mesa e começava a devorar pãezinhos barrados com compota de maçã. Quando as moscas chegavam de longe para sugar o sangue dos lenhadores inocentes, o Terrível Ariosto enchia-se de cólera, largava socos no ar e palmadas na mesa, para escorraçar as moscas, e não resistia: - Já um homem não pode comer descansado, foda-se! [e] Tomando as cabeças dos pretos, primeiro uma - e pum! -, despachava nela um pontapé para o capim; depois a outra - e pum! - e os ossos rangiam, esmagados pela bota"* (Autópsia..., pp.160,161). Segue-se o capitão Castro Mendes que, certa vez numa sanzala, mandou reunir a população toda para tirar uma fotografia, dizendo: *"Tropa mesmo vai é só tirar retrato, para poder mostrar alegria de viver na paz do homem branco, então!"* (Autópsia..., p.162). Mas, logo depois, matou toda a gente numa rajada de metralhadora. O major Lemos era o tal que incendiava as sanzalas e *"caçava, desportivamente, mulheres espavoridas pelos quintais, abria-lhes o ventre com o punhal, [...] queria apenas ver com os próprios olhos [...] que forma tinham os fetos [...]. A outras mulheres, arrancava ele os filhos do seu braço inseparável até morrer; atirava os meninos ao ar para os apanhar de punhal em riste"* (Autópsia..., p.162). E havia ainda o odioso sargento Justo que, querendo matar um garoto, o atirou contra uma árvore *"e a cabeça do menino estoirou contra o tronco"* (Autópsia..., p.163), ou ainda o alferes Zózimo, que tinha tatuado nos braços *"Amor de Mãe/Angola é Nossa/Pátria Imortal"* (Autópsia..., p.161), e que usava ao pescoço um colar de orelhas. Perante tanta atrocidade e violência tresloucada, o ódio fervilhava e atingia proporções incalculáveis. Em guerra, há sempre feridos e mortos de parte a parte e quem nela está envolvido sofre inevitavelmente com a perda dos companheiros de armas. Também em *Autópsia...* nos é dado a conhecer um desses generais que incitava o Exército a matar ainda mais, a matar indiscriminadamente. Depois de terem sofrido muitas baixas, o general discursava aos homens: *"Não podem, não devem, não quero que desanimem com o sucedido. [...] Daqui para a frente, nos largos meses de guerra que ainda nos esperam, sempre ao serviço da nossa pátria, havemos de provar aos turras que isto não fica assim. A partir de agora, rapazes, temos a responsabilidade de vingar duramente estes mortos. Por cada um de vocês que me morrer ou ficar ferido em combate, eu não mando, eu exijo que me tragam a cabeça de quatro turras e mais as suas armas. [...] Matá-los-emos todos, sem dó nem piedade, como nos ensinaram os nossos antepassados. Viva Portugal em Angola!"* (Autópsia..., pp.177,178). O resultado era mais vingança sobre as populações. Tempos houve que inclusivamente *"por cada emboscada que a tropa sofria, o povo pagava com a morte, sempre pelo dobro. Entrava nas sanzalas, reunia as pessoas contra o muro e fuzilava. Era para ficar de aviso nos turras, tropa dizia como justificação"* (Autópsia..., p186). Apostava-se, assim, no extermínio de populações inteiras, mas depois, já se sabe, vinha o reverso da moeda, que consistia em mais ataques às tropas portuguesas e numa crescente violência de parte a parte. Na tentativa de se adiantarem aos ataques, na parca esperança de os conseguir antecipar, a PIDE continuava a sua caça ao homem e levava a cabo os seus intermináveis

interrogatórios: *“os pide, homens quase imberbes e de olhar avermelhado [...] toma[v]am para si os prisioneiros de guerra e conduzi[am] durante horas o interrogatório, a tortura silenciosa, o próprio silêncio ensanguentado”* (Autópsia..., p.302). O resultado de toda esta violência saldava-se em mais sofrimentos, mais mortos e mais guerra, sempre numa escalada crescente e imparável.

No romance *Jornada de África* as referências à violência sobre os povos são igualmente denunciadoras das práticas do Regime. O major piloto-aviador Vasco da Silveira, referindo-se aos ataques da Baixa do Cassanje, espera que *“um dia venhamos a perceber que foi aí que nos perdemos. Vi gente a arder regada pelo napalm, tochas humanas ateadas por estas mãos”* (Jornada..., p.74). Maldonado, aquele a quem a única coisa que importava era viver, conta a Sebastião uma dantesca imagem de *“soldados a jogar futebol com cabeças cortadas”* (Jornada..., p.85). Mais tarde, dir-lhe-á que naquela guerra existem muitos outros cenários igualmente dantescos, e pergunta-lhe o seguinte: *“queres ver um filho da puta, queres ouvi-lo contar como cortava as conas das pretas a canivete, se queres é para já, chama-se aqui e o gajo conta, vais ver como os olhos se lhe riem de gozo, as bordinhas das coninhas cortadinhas à faquinha, um fina flor, pá, um filho do povo fardado”* (Jornada..., p.85). Deprimentes, estes cenários de guerra. Sebastião, quando viu o alferes Roque pela primeira vez, disse que ele até parecia um *“anjo exterminador”* (Jornada..., p.37). Ficou a saber que, de facto, ele tinha um quê de exterminador, e que *“de vez em quando mandava enterrar um prisioneiro vivo e depois punha-lhe uma laranja na mão para ele espremer no estertor da morte”* (Jornada..., p.38). Um dos relatos de fuzilamento em massa, levado a cabo pelo Exército português, chegou à Rádio Brazzaville. Sebastião ouvia, com agonia, seguinte testemunho: *“Gosto de lutar como ontem, dez pára-quedistas e quatro polícias matámos quase quatrocentos. Vieram oito presos, mas coitadinhos, mal levantavam a cabeça caía-lhes a coroa em cima. Foi a oitenta quilómetros de S. Salvador, só cá chegaram dois vivos e nem se mexiam, já deitavam sangue por todos os lados”* (Jornada..., p.130). Depois, para cúmulo, no resgate do capitão Gouveia, Sebastião encontrou uma criança sobrevivente com uma orelha cortada, algo que o fez sentir profundamente indignado, senão vejamos: *“sente que dentro dele algo se está a partir, irremediavelmente. [...] É uma agonia insuportável, apetece-lhe vomitar o coração”* (Jornada..., p.133), e, como consequência, começa a chorar. *“Não há perdão para isto, não há perdão”* (Jornada..., p.134) pensa ele, e por isso mesmo decide fazer queixa ao tenente-coronel Perestrelo, mas não obteve eco, ao invés, o tenente-coronel responde-lhe que naquela guerra não há inocentes, nem as mulheres nem as crianças o eram porque ajudavam os guerrilheiros. Referência ainda para os métodos violentos da PIDE, personificados no agente Gonçalves, auxiliar do director Lázaro Asdrúbal: *“Ai de quem lhe cair nas mãos”* (Jornada..., p.78).

E em *O que agora me inquieta* foi um acto de crueldade cometido sobre uma jovem africana que levou a personagem principal à loucura, não à loucura factual, mas à loucura declarada. No entanto, antes disso, Paulo já tinha vivido outros momentos de violência e sabia que alguns dos seus colegas também faziam das orelhas dos «pretos» porta-chaves e

obrigavam *"negras a fornicar com eles - meninas de treze anos, ou menos"* (O que..., p.114). Vivia perseguido pelas imagens de guerra que foi acumulando e auto-questionava-se: *"Julgas que não voltarias a sonhar com os meninos sem pele que ajudaste a evacuar, no ano passado, a seguir ao bombardeamento com napalm daquela aldeia do Cobué? Julgas que te safavas daquela visão de estacas à beira da picada, com cabeças lá em cima?"* (O que..., pp.78,79). Nesta obra literária, a violência extrema aparece personificada nos Dama de Copas, os assassinos profissionais que foram ao aldeamento estratégico do Catur e mataram vários elementos de uma família acusada de ser «turra» infiltrados e depois espetaram as cabeças em estacas à beira da picada: *"duas cabeças eram de crianças e uma de um velho"* (O que..., p.79). *"O terror é um recurso tático"* (O que..., p.79) e *"a crueldade é a medida da superioridade duma raça"* (O que..., p.80), dizia-lhe o alferes dos Dama de Copas. Paulo sentia-se horrorizado com *"aquelas descrições alegres e turvas de crianças transformadas em alvos para competição, no lançamento da faca do mato, daquelas mulheres esventradas, para se poder dizer que tinham vagina desde as coxas ao pescoço, daqueles prisioneiros pendurados pelos pulsos num ramo de mangueira, e chicoteados, até mostrarem os ossos das ancas e dos joelhos, ou queimados com pontas de cigarros"* (O que..., p. 82). Tudo isso não encaixava na sua índole pacifista e humanitária. A ruptura final deu-se quando Paulo viu o capitão e o Godinho a deparar uma «turra» no bengaleiro. Tratava-se, nada mais, nada menos, de uma menina de treze ou catorze anos, sujeita a uma tortura horrível: *"estava nua, e havia relevos sangrentos deixados pelo chicote no seu rosto, peito, ventre, coxas, sei lá. Um mamilo pendia-lhe cortado, preso apenas por uma tirinha de pele"* (O que..., p.118). Paulo não aguentou quando viu o Godinho deixar gasóleo e incendiar a sua púbis. Num impulso, agarrou na *Walter* e deu um tiro na rapariga e outro no Godinho. Não era a primeira vez que Paulo misericordiosamente facilitava a morte a um «turra», já o tinha feito quando encontrou um guerrilheiro de quinze anos gravemente ferido e lhe emprestou a sua faca de mato para ele se auto-degolar. Fê-lo porque não queria que este jovem fosse feito prisioneiro, pois sabia que *"guerrilheiro que seja apanhado é invariavelmente, metodicamente, alegremente feito em pedaços durante o interrogatório"* (O que..., p. 69).

São imensos e aterradores estes relatos de brutalidades cometidas contra as populações africanas. Parece-nos que este aspecto da violência é altamente sintomático da negação da África Portuguesa, na medida em que se prova que o tratamento dado aos portugueses de África era sobejamente agressivo e desumano. A obrigação moral de se promover um clima de igualdade de direitos entre cidadãos de uma mesma nação fica, assim, comprovadamente negado. A pátria multirracial existia sim, mas sob o signo de uma exponencial e extrema agressividade.

Deste modo, como se pode ir comprovando ao longo do presente trabalho académico, havia todo um conjunto de factores negativos que acontecem na África Portuguesa. O racismo, as diferenças culturais e linguísticas, a ausência de liberdade e a obrigatoriedade de viver em aldeamentos forçados, a exploração laboral e a fome a que estavam sujeitos, a violência exercida sobre os guerrilheiros e sobre as populações em geral, sem lugar a

inocentes, são denunciadores de um regime altamente opressor e explorador, que os subjuga brutalmente, que os maltrata e os mata. Atentando nestes aspectos, torna-se totalmente compreensível a luta dos povos pela sua independência e autodeterminação. Mais do que um capricho meramente ideológico ou de afirmação identitária e cultural, a independência das Províncias Ultramarinas surgia como uma necessidade urgente e absoluta. Precisavam conseguir um rumo diferente para as suas vidas, um novo rumo para os seus países, no fundo um novo ser, muito diferente e longínquo dos passos definidos pelos colonizadores nos últimos quinhentos anos. E a esta conclusão também muitos dos portugueses chegaram, alguns, politicamente esclarecidos ainda antes de irem para as guerras de África, outros, mais tarde, com a permanência no espaço e com o contacto e apreensão da verdadeira realidade da dita África Portuguesa. Sim, porque os efeitos nefastos de uma guerra repercutem-se sempre, e inevitavelmente, para ambos os lados. Como é óbvio, o sofrimento é de parte a parte e, neste caso, não foram só os povos colonizados que chegaram à conclusão de que esta era uma guerra injusta. Também muitos dos membros da facção colonizadora retiraram a mesma ilação.

Vejamos agora como foi que do lado dos portugueses se percebeu que o Estado ludibriava a opinião pública ao apregoar a existência de uma África Portuguesa, e como essas pessoas passaram a desejar, ansiosamente, o fim desta guerra colonial e, por consequência, a queda do regime estado-novista. A guerra colonial, que começou em 1961, estendeu-se e alargou-se a três frentes de combate. Como a História comprova, não era fácil para Portugal fazer a guerra porque lhe era exigido um avultado investimento económico e humano. Não obstante, o Regime, nem mesmo com Marcelo Caetano, não ponderou o fim da guerra e a cedência de independência às colónias, eufemisticamente denominadas de Províncias Ultramarinas. Ano após ano, a guerra requeria um maior esforço, e aquilo que tinha começado como uns confrontos esporádicos, tornou-se numa guerra constante e sem interrupção. Será curioso notar que o único dos autores, destas seis obras em apreço, que hipoteticamente entendia a justificação da guerra era precisamente Carlos Vale Ferraz. A sua condição de militar por opção faz dele o único que caminhou para o conflito armado deliberadamente.

A guerra tornava-se aterrorizadora para quem nela se batia. A manutenção do Império Português significava para os militares lusos estar longe e privados da família, do amor, dos amigos e de casa e significava também ter medo, matar, ver morrer e morrer. No fundo, faziam parte de *“uma geração obrigada a conjugar na primeira pessoa o verbo matar e o verbo morrer”* (Jornada..., p.47). Em *Jornada de África*, o capitão Garcia é a voz da teoria colonialista do Estado Novo, discursando aos presentes do seguinte modo: *“Não estamos aqui para defender os privilégios de alguns, estamos aqui para defender cinco séculos de História e assegurar a permanência de Portugal numa perspectiva de renovação e futuro. Estamos aqui para ser o abraço armado da lei, do progresso, da justiça, numa palavra: da Portugalidade”* (Jornada..., p.42). Mas Sebastião já sabia que não era nada disso que estava em questão, *“esta guerra é política”* (Jornada..., p.43), contrapôs. O misterioso Panzo da

Glória deixou às tropas portuguesas um bilhete a dizer: *"SORDADO TUGA! TU NÃO ESTÁ NO / TUA TERRA NOSSA LUTA É JUSTA VAI / NO PUTU ABAIXO COLONIALISMO VAI / EMBORA FILHO DA PUTA"* (*Jornada...*, p.83). Este escrito torna bem claro que a presença portuguesa não era ali minimamente desejada. Depois de Leandro, também Maldonado morreu, tendo também sido mortalmente alvejado pelo guerrilheiro Domingos da Luta. Sebastião apercebeu-se de que a vida *"pode acabar de repente sem tempo sequer para acender o último cigarro"* (*Jornada...*, p.100), e para ele *"a morte era o único problema verdadeiramente importante"* (*Jornada...*, p.15), mas também ele acaba por falecer. Esta mórbida preocupação pairava sempre sobre as cabeças dos que participavam na guerra. Em *Nó...*, o furriel Freixo perguntava ao soldado Lopes: *"Consegues dormir esta noite? Sabes que amanhã podemos estar todos mortos? Não ouviste explicar a operação? Isso não preocupa, não tens família, não tens medo de morrer?"* (*Nó...*, p.109). No final, o Lencastre conclui que o que é verdadeiramente insuportável é *"o medo de ver morrer ao nosso lado um igual a nós [...]. A distância entre a vida e a morte desaparece e isso é medo verdadeiro"* (*Nó...*, p.335). E *"No fundo, claro, é a nossa própria morte que tememos na vivência da alheia e é em face dela e por ela que nos tornamos submissamente cobardes"* (*Cus...*, p.29). Absolutamente magistral esta constatação, tal é a profundidade do seu alcance.

Em todas estas obras literárias, a morte é uma constância tenebrosa, saber se se vai morrer, como se vai morrer, quem vai morrer. Para eles, que se batiam na guerra, era uma questão pertinente, para o Estado, que para ali os mandava, nem por isso. Às vezes, parecia até, por razões logísticas, que a vida dos soldados tinha menos valor do que o material. Já o Torrão o dizia: *"aos mortos ninguém liga"* (*Nó...*, p.24). Mas, ao invés, a captura das armas ou das minas não rebentadas parecia bem mais importante do que a vida dos homens. Também o médico de *Cus...* faz uma apreciação semelhante: os picadores de minas eram sempre enviados para a linha da frente das *Berliets* *"porque uma camioneta era mais necessária e mais cara do que um homem um filho faz-se em cinco minutos e de graça não é verdade uma viatura demora semanas ou meses a atarraxar parafusos, aliás havia ali montes de gente no país para mandar de barco para Angola mesmo descontando os filhos das pessoas importantes"* (*Cus...*, p.128). O discurso de morte do médico de *Os Cus de Judas* é, naturalmente, forte, uma vez que, sendo ele médico, ambicionava salvar vidas e não ver morrer, muito menos presenciar aquela carnificina humana. Por conseguinte, lastima-se: *"obrigaram-me a confrontar-me com uma morte em que nada havia de comum com a morte asséptica dos hospitais"* (*Cus...*, p.142). É, sem dúvida, uma realidade para a qual não estava, de todo, preparado. Por isso, lembrará, para o resto da vida, o sofrimento dos muitos que lhe passaram pelas mãos, como foi o caso do soldado de Mangando que agonizou durante horas até morrer; lembrará para sempre o chamamento nos rádios: *"médico e sangue médico e sangue médico e sangue"* (*Cus...*, p.128), esperando que ele concertasse *"a linha e agulha os heróicos defensores do Império"* (*Cus...*, p.56). Mas não há milagres, muitos dos feridos acabavam por morrer e *"a cada ferido de emboscada ou de mina a mesma pergunta aflita me ocorria, a mim, filho da Mocidade Portuguesa, das Novidades e do Debate, sobrinho de*

catequistas [...]: são os guerrilheiros ou Lisboa que nos assassinam, Lisboa, os Americanos, os Russos, os Chineses, o caralho da puta que os pariu combinados para nos foderem os cornos em nome de interesses que me escapam" (Cus..., p.48). O cenário de feridos e morte minava-lhe o pensamento, começava a odiar o sistema que os sujeitava àquele ping-pong de vida/morte e, "de pé, à porta da sala de operações, com os cães do quartel a farejarem-me a roupa, gulosos do sangue dos meus camaradas feridos, a lamberem o sangue dos meus camaradas feridos nas nódoas escuras das minhas calças, da minha camisa, dos pêlos claros dos meus braços, eu odiava [...] os que nos mentiam e nos oprimiam, nos humilhavam, e nos matavam em Angola, os senhores sérios e dignos que de Lisboa nos apunhalavam em Angola, os políticos, os magistrados, os polícias, os bufos, os bispos, os que ao som de hinos e discursos nos enxotavam para os navios da guerra e nos mandavam para África, nos mandavam morrer em África" (Cus..., p.186). Repudiava, portanto, a guerra e, por inerência, qualquer frívola e absurda justificação que a pudesse sustentar.

No romance *Até hoje...*, há apenas duas mortes, a saber: a do Zé Domingos, morto num súbito e isolado ataque da guerrilha ao quartel, e a do Mastigas, que se suicidou por não aguentar a dor de ter perdido o amante. Ainda assim, o autor nota que naquela guerra se morria "sem saberem porquê nem para quê" (*Até hoje...*, p.112). Já em *Autópsia de um Mar de Ruínas*, a morte e o medo de morrer são uma constante. O Renato, estando de sentinela, até chorava de stress, tinha pânico de morrer. A cada saída para emboscadas, a fome, a sede, o cansaço e o medo eram tais que os homens desejavam por tudo não estar ali. Na realidade, fartos da guerra, sentiam os nervos em franja, uma tremenda aflição e agonia. Para ajudar à desmotivação, os guerrilheiros que num dos ataques lhes tinha provocado baixas deixaram um recado que dizia: "Atenção!!! Sordados Culunialistas de Calambata! Cinco Mil Guerrilheiros Estão na Fronteira Prontos a Entrar em Acção. Libertaremos as Nossas Populações da escravatura Culonial! O Primeiro Aviso Ficou Mesmo Com Vocês Aí! VIVA NOSSA ANGOLA LIVRE E INDEPENDENTE!!!" (*Autópsia...*, p.133). Com o número de mortos e feridos a aumentar e com avisos destes os homens concluem que o mais importante é salvar a vida.

Aqueles que ficavam feridos e que, contudo, tinham a sorte de não morrer, também permaneciam dilacerados para o resto das vidas, física e psicologicamente. Em *Nó...*, Pedro ficou com uma perna amputada na sequência do rebentamento duma mina, e igual falta de sorte teve Jorge Albuquerque de *Jornada...* Sebastião foi ao hospital visitá-lo e ficou com uma percepção da África Portuguesa sim, mas de sofrimento e de horror: "Faltam braços, mãos, pernas, pés. O mal-estar cresce por dentro de Sebastião, tem a sensação de que o acusam de vir inteiro. Passa um numa cadeira de rodas empurrada por um enfermeiro. Não lhe falta nada mas não mexe, nunca mais mexerá. Coxos, manetas, paraplégicos. O resto ficou nas picadas. Angola é nossa, venham ver, há bocados de carne por aí, são pedaços de Portugal florindo algures no mato, sangue e merda, Duarte de Almeida é nosso nome, Para Angola e em força, braços, pernas, mãos." (*Jornada...*, p.114). E, de facto, os números eram aterradores, "em Angola, na Guiné e em Moçambique já morreram uns bons milhares de portugueses. Os inválidos podiam formar legiões" (*O que...*, p.104). Em *Nó Cego*, Pedro,

hospitalizado, dizia: *"Ao ver o que aqui vai, é que a gente sabe o que é desgraça - afirmou, olhando para as camas ao lado, ocupadas com corpos mutilados ligados a tubos de plástico, a distinguir-se só o tronco debaixo dos lençóis, os cegos, os amputados, os queimados"* (Nó..., p.87). Na verdade, eram vidas desfeitas para todo o sempre. E havia que contar ainda os números homens que ficaram psicologicamente afectados para o resto das vidas. Em *Até hoje*, João deparou-se com esse cenário de pessoas tomadas pelo medo, *"corpos entanguidos pelo medo, pela fome, das noites desvairadas dos sonâmbulos, o delirium tremens, os gritos de pavor, os que se atiram ao chão por qualquer estalido seco que aconteça"* (Até hoje..., p.164). A guerra era realmente um inferno, os homens viam-se então sujeitos a perder a vida, e *"tinham vindo ali parar, trazidos pela mãozinha rufiona do dever patriótico dos outros, dos outros que serviam a pátria à sombra das cidades e das palmeiras murchas e sem pássaros, ganhando bom dinheiro, dormindo tranquilamente com mulher sua ou alheia"* (Autópsia..., p.42), e eles ali confrontados com a sua morte e com a morte dos outros.

Em *Nó...* a morte também desempenha um papel catalisador na descrença da causa ultramarina portuguesa. O capitão, depois de confrontado com numerosas mortes (do Casal Ventoso, do Passos, do Fernandes, do Brandão, etc.) começou a questionar-se se todo aquele sacrifício valeria a pena. É o conjunto de todas essas mortes, acrescido do encontro com o inimigo comissário político Alberto Chinavane, que levam o capitão à descrença na justeza desta guerra. Às portas da morte Chinavane explicou a verdade e indagou o capitão: *"Já reparou que toda esta violência pode ser inútil porque nenhum Exército colonialista ganhou uma guerra contra um povo que luta pela sua libertação?"* (Nó..., p.325). O capitão sentiu-se profundamente abalado na sua convicção, afinal ele não estava ali para defender a *"nação com territórios espalhados pelo mundo e habitada por várias raças"* (Nó..., p.326), mas, ao invés, estava ali a matar e a morrer para defender os interesses políticos colonialistas. *"Talvez a minha morte e o encontro com a base o ajudem a perceber esta guerra"* (Nó..., p.329), disse-lhe Chinavane. E não se enganou, já que a sua e todas as mortes dos camaradas comandos, acrescido da mentirosa propaganda do regime, causaram a ruptura de ideais no capitão, levaram à sua conversão ideológica e à tomada duma consciência de feição anticolonialista. A guerra não teria outra solução se não a política. Desta feita, não valia a pena morrer pela intransigência de um regime que teimava numa África Portuguesa. Também o furriel enfermeiro de *Autópsia...*, jamais esqueceria os mortos: *"o meu corpo jaz nos deles e vive. Está neles, e a memória é esse corpo que por vezes se apaga e esquece, mas de súbito lembra a meio da noite"* (Autópsia..., p.160). E depois, *"Mortos os homens, sabia-se, outros viriam de Portugal, em sua rendição. Os jornais de Lisboa dariam parcamente a notícia dessa morte, dois nomes por semana e só dois, para que nunca parecessem muitos; era certo e seguro que o ministro mandaria um telegrama de condolências à família: grande, grande é a nossa pátria porque tais filhos tem; as corajosas mães que choram são o vivo exemplo de que Portugal é um país eterno; a nossa juventude morre generosamente nas distantes partes de África, mas vive no coração dos que melhor amam o seu povo"* (Autópsia..., p.144). Ditosa África Portuguesa que tantas famílias conduziu à tragédia e ao drama. *"«A guerra não vale a*

pena!, nunca valeu a pena!» (Até hoje..., p.188), é a conclusão a que João, e todos os outros, confrontados com a morte e/ou com as sequelas permanentes da guerra, chegaram. Em suma, Sebastião (*Jornada...*), Renato (*Autópsia...*), e muitos dos comandos (*Nó...*), morrem, e João (*Até hoje...*), Paulo (*O que...*) e o médico (*Cus...*) ficam psicologicamente afectados pela guerra. Depois de tantas vidas perdidas e de tanto sacrifício, uma única conclusão: a suposta África Portuguesa não merecia, de todo, tão profundo sofrimento.

Mas impõe-se a seguinte questão: a África que o Regime apregoava seria realmente portuguesa? *“Nos quartéis, em Portugal, dizem-nos que vamos defender a Pátria. Asneira táctica. Chegamos cá e é o mais lixado dos desenganos”* (*O que...*, p.103). Questionava o comunista Mértola a Paulo Martins: *“Quem é que aceita ficar cego, ou perder uma perna, ou lerpar mesmo, para que o imperialismo leve daqui o que quer? É bom ver que as tropas portuguesas estão aqui a servir de guarda-costas a tubarões estrangeiros”* (*O que...*, p.104). O Doutor Neto, em *Nó...*, tinha a mesma opinião: *“o que vos digo é que o Governo central nunca deu apoio a esta terra, tem vindo só sacar, dividiu-a pelas grandes companhias, arrendou-a aos ingleses e só se lembrou de que tinha estas quintas quando a guerra lhe rebentou nas mãos, e mesmo assim demorou”* (*Nó...*, p.254). A apregoada África Portuguesa estava afinal repleta de presença estrangeira, nem sequer era Portugal que saqueava e lucrava com África. E Paulo pensava de si para si: *“Já por aqui andas há quase dois anos. Já estiveste em Lourenço Marques, Beira, Nampula, Porto Amélia. Já viste plantações de todas as espécies. Quantas empresas de vulto encontraste nas mãos dos portugueses? Não te lembras de nenhuma? É capaz de haver, mas só te lembras de companhias e empório ingleses, sul-africanos, gregos, japoneses e até chineses. Por quem andas tu a dar o coirão, Paulo?”* (*O que...*, p.43). Esta citação mostra-nos que, afinal de contas, o sacrifício pedido em nome de Portugal era falacioso, pois muitos outros países lucravam mais com esta guerra. E Renato, em *Autópsia...*, tinha essa mesma consciência, a de estar ali a lutar por todos os interesses possíveis, menos pelos de Portugal, senão vejamos a seguinte frase: *“Vou morrer pela honra e pelo desdém de todos os colonos do Norte, morrer pelo seu tempo de cágados imperiais, pelas suas cabras, pelas terras roubadas”* (*Autópsia...*, p.288).

Mas, e qual império? O império cantado por Camões e ensinado na escola salazarista? Um dos expoentes máximos da cultura portuguesa e da construção de um Portugal grande e glorioso foi, sem dúvida, Camões. A obra do poeta que ficou imortalizado por ter escrito a epopeia lusa pelos mares do mundo afora, foi habilmente explorada pelo Estado Novo. A identidade nacional estava intrinsecamente ligada e inerentemente presa à imagem do Império Português criado ainda no século XV. Claro que ainda hoje a epopeia de *Os Lusíadas* é uma das obras-primas da língua e da cultura portuguesas, sempre o será. Não obstante, é fundamental entender a impossibilidade de reviver os tempos de glória do período dos Descobrimentos. *Os Lusíadas* são uma grande obra acerca de tempos passados e longínquos. Parece-nos que o que o Estado Novo e a sua propaganda tentaram fazer foi restaurar essa atmosfera de glória. De facto, pretendiam restaurar o passado, mas, na verdade, apenas se refugiaram nele e, ofuscados pelo seu brilho, tornaram-se incapazes de analisar o presente.

Dito de forma simples e abreviada, toda esta revisitação identitária servia apenas para camuflar os interesses económicos e estratégico-comerciais de Portugal. De qualquer modo, durante a governação estado-novista a História foi centralizada neste áureo período português. Camões era apresentado como um símbolo e, naturalmente, toda a sociedade da altura absorveu os ideais imperialistas e a imagem da grande nação portuguesa. A desconstrução dessa imagem desencadeou-se com o contacto com a guerra colonial e ruiu completamente.

João cresceu vivendo a mitificação de Camões e d'*Os Lusíadas*. Esta obra era uma espécie de bíblia portuguesa e, quando se soube que havia um exemplar na ilha, "*Peregrinou-se a casa da tia Joaquina para ver Os Lusíadas*" (Até hoje..., p.23). Anos mais tarde, ele alteraria a sua perspectiva sobre o assunto. Acerca de Camões "*sabia-se o suficiente: o naufrágio, o esforço para salvar Os Lusíadas na pá do remo, o olho vazado na batalha da dilatação da fé e do império*" (Até hoje..., p.22). Na escola, João aprendeu que os valores mais importantes na vida eram Deus, Pátria e Família, onde a pátria estava acima da família. Lembra também que "*via-se no mapa a espantosa grandeza da pátria que os transformava em íntima, mas orgulhosa, unidade de heróis e santos a jazer no sarcófago dos velhos mortos. Privilégio ser filho de tal pátria a adorar tais deuses, tal deus*" (Até hoje..., p.29). A caminho de África, pensava em tudo isto e a imagem que tinha da pátria ia-se desconstruindo. A sua concepção era "*como um falso edifício que começava a desabar de contradições e de podridão*" (Até hoje..., p.26). E, uma vez em África, posto em contacto com a verdadeira realidade, deu-se o ruir total desse edifício. Há passagens nesta obra que sublimemente mostram esse desabamento: "*«Pátria tão cantada que deu em puta. Não era caso para menos... Camões morreria de vergonha se visse os quinhentos anos do nosso andar por aqui. Qual império, qual burla! [...] Camões enforcar-se-ia, magro de desolação, negro de vergonha, o olho vazado pelo remorso. A seus pés, todos poderiam ver Os Lusíadas rasgados em mil pedaços, seus cantos afónicos, sem reconstituição possível e a pátria naufragando libertinamente no novo Quibir de Portugal.»*" (Até hoje..., pp.49,50). Conhecendo a realidade de perto e fazendo parte dela, vendo toda a miséria que as gentes africanas sofriam, João remata: "*Estavam ali os resultados visíveis, inegáveis, de cinco séculos de presença lusíada em terras de África - cinco séculos nefandos, nefastos. [...] E que era feito do estado uno, indivisível, igualitário, mutirracial que os jornais da sua terra apregoavam existir? «Porra que grande gaita vai aqui!» [...] «Pobre Vasco da Gama» e tanto esforço para nada*" (Até hoje..., p.54), "*O velho do Restelo é que tinha razão. O navegador do Cabo das Tormentas, na rota das Índias, bem podia ter ficado em casa a tomar conta da mulher, a coser as botas para ir pastorear para a Serra da Estrela*" (Até hoje..., p.58). Depois destas ilações, acaba por concluir que esta não era a África que lhe tinham ensinado na escola, e acaba por dar como perdido o tempo que passou a estudar a História de Portugal: "*O compêndio escolar rasgava-se. Era falso*" (Até hoje..., p.58). Para ele, não existia África Portuguesa nenhuma, e, a havê-la, seria apenas no mundo do futebol.

Em *O que agora me inquieta*, Paulo, professor e agora furriel, sofreu uma semelhante desconstrução de ideal. Condensada numa só passagem, o autor faz a negação da África Portuguesa aprendida na escola, deste modo: *"Lembras-te, furriel Martins [...]? Nos livros da tua escola dizia-se que Portugal era um emissor de civilização. E tu repetias. Dizia-se que os negros do Ultramar eram portugueses e teus irmãos, que a guerra era santa, que a bandeira lusa no sertão africano era uma barreira contra o expansionismo de potências gulosas. E, agora, o que achas de tudo isto, Paulinho? O que vais dizer aos teus garotos, se voltares? Claro que não dirás o mesmo, Paulo"* (*O que...*, p.22). Obrigado a presenciar o dantesco mundo de uma guerra, que tanto sofrimento causava de parte a parte, teimosamente mantida à luz da intocável concepção da pátria portuguesa, ironiza e desabafa desta forma: *"pátria multicontinental, multi-racial, multimerda para isto tudo"* (*O que...*, p.92). Ademais, no sentido de negar a África Portuguesa, estipula uma analogia com o cenário de guerra vivido entre Portugal e Espanha. Tal como os portugueses expulsaram os espanhóis, em 1640, também agora os moçambicanos tinham legitimidade para combater o invasor: *"Los perros que se van, não era? Pois não tenhas dúvida que é isto que a FRELIMO diz à malta de cá. Os portugues que vão para a terra deles"* (*O que...*, p.43).

O mesmo aconteceu com o autor protagonista António Lobo Antunes. Chegado a África, também viu arruinada a imagem do Portugal imperial aprendida na escola. Nela aprendeu que *"Angola era um rectângulo cor-de-rosa no mapa da instrução primária, freiras pretas a sorrirem nos calendários das Missões, mulheres de argolas no nariz, Mouzinho de Albuquerque e hipopótamos"* (*Cus...*, p.177). Depois, na faculdade, um colega seu negro confidencialmente mostrou-lhe o retrato de uma esquelética senhora negra e disse-lhe que aquela era a *Guernica* de África. O futuro médico entenderia muito bem a simbologia dessa imagem quando foi confrontado com a fome extrema em África e conclui: *"a ideia de uma África portuguesa, de que os livros de História do liceu, as arengas dos políticos e o capelão de Mafra me falavam em imagens majestosas, não passava afinal de um cenário de província a apodrecer na desmedida vastidão do espaço, projectos de Olivais Sul que o capim e os arbustos rapidamente devoraram, e um grande silêncio de desolação em torno, habitado pelas carrancas esfomeadas dos leprosos. As Terras do Fim do Mundo eram a extrema solidão e a extrema miséria"* (*Cus...*, p.148). Para ele, a África era uma *"terra desconhecida, cuja lusitanidade se nos afigura tão problemática como a honestidade de um ministro"* (*Cus...*, p.28).

Na narrativa de Carlos Vale Ferraz, há uma personagem que aponta indubitavelmente no sentido do repúdio da África Portuguesa. O comandante da guarnição do Sagal, farto da guerra e desiludido com a causa e com as consequências dela, confessava ao capitão: *"sabes, esta terra não me diz nada... quando fui para Angola, no princípio da guerra, ia de peito feito, Os Lusíadas debaixo do braço para defender «as sagradas parcelas do território», não pensava em mais nada, a vida não contava, o dinheiro ainda menos. Hoje estou-me cagando! Só me aguento porque não me deixam sair e tenho mulher e filhos para sustentar, mesmo com a miséria que nos pagam... se não, mandava-os todos àquela parte"* (*Nó...*, p.105). O

capitão só muito mais tarde e, muitos mortos depois, entenderia o significado destas palavras. Depois, há também nesta obra uma parodização do tempo dos Descobrimentos. Na ilha de Moçambique, sítio camoniano e símbolo da portugalidade pela sua importância no tempo dos Descobrimentos, alguns dos comandos “*penduraram um garrafão de vinho, vazio, na mão da estátua do Camões que se encontra na marginal lendo Os Lusíadas, virado para a Índia, e colocaram um chapéu de palha, roto, na cabeça do infante D. Henrique, que está no Largo da Alfândega!*” (Nó..., p.247). As mesmas pessoas que tinham ido para África, imbuídas de um espírito de cruzada imperial e crentes no Império Português, para defender convictamente a pátria multicontinental e plurirracial, gozavam agora com dois dos mais representativos ícones da História de Portugal, figuras emblemáticas que tinham sido ensinados a amar. Assim, o tempo das descobertas e o mito daí advindo é ridicularizado e aponta para a sua negação. A dissolução da companhia marca também o romper da crença no colonialismo e na justiça daquela guerra, sendo que esta mudança de percurso ideológico é extensível, de modo geral, ao Exército e também à sociedade portuguesa. Através da desagregação da companhia, outrora una e consensual, pretende-se metaforizar a queda e o fim do Império.

Jornada de África está, na sua forma e no seu conteúdo, relacionado com os Descobrimentos, mais particularmente com o episódio de Alcácer Quibir. Fazendo uma estreita afinidade ao passado real e mítico da História de Portugal, Alegre compôs *Jornada de África* com uma analogia interessantíssima: a incursão armada do Estado Novo nas Províncias Ultramarinas em pleno século XX teria o mesmo triste fim que teve a excursão fatídica de El-rei D. Sebastião em Alcácer Quibir em 1578. Tal como a batalha de Alcácer, também a guerra colonial se saldaria em desgraça e trauma. A semelhança entre estas duas histórias é explorada ao longo de toda a narrativa, começando logo pela personagem principal Sebastião, que, por um lado, é Sebastião o alferes e, por outro, é Sebastião El-rei. As imagens de ambos fundem-se e confundem-se e parece que o destino de um determina o destino do outro. Deduz-se, de imediato, que o final desta história teria o mesmo trágico fim do que a História de há séculos atrás e seria essa mesmo a intenção de Manuel Alegre: afirmar a derrota portuguesa em ambas as tentativas de conquistar África pela força. Luanda podia perfeitamente ser “*Luanda - Alcácer Quibir*” (*Jornada...*, p.51), disse o Escritor para Sebastião. Eterno Velho do Restelo ainda presente no cais de outrora profetizando: “*A que novos desastres, ai que gaita, a que novos desastres determinas de levar este reino e estas gentes. Não há nada a fazer, esta é a métrica, de nau ou de avião é a mesma coisa*” (*Jornada...*, p.17). A personagem alferes Sebastião servirá como espelho de El-rei D. Sebastião, porque reflecte a imagem de fim de um ciclo e do fim de uma utopia imperial. Sebastião estava ciente disso, caso contrário não escreveria ao Poeta o seguinte: “*«Talvez o Quinto Império seja afinal o fim de todos os impérios. O grande império do Avesso, o Anti-Império. E talvez seja esse o único sentido possível desta guerra: fechar o ciclo. Talvez tenhamos de nos perder aqui para chegar finalmente ao porto por achar: dentro de nós»*” (*Jornada...*, p.151). Referia-se a um Portugal não colonial e não imperial, um Portugal que

finalmente se virasse para e sobre si próprio. Quanto a Sebastião, não era o único a ter consciência da injustiça e da inviabilidade desta guerra colonial. Consigo tinha o alferes miliciano da Administração Militar Duarte de Menezes, o capitão da Arma de Infantaria Alvito, o capitão pára-quadista Miguel de Noronha e o major piloto aviador Vasco da Silveira e juntos procuravam uma saída para o quadro político e bélico da época. Claro que nenhum deles acreditava na urgência estado-novista em manter a África como Portuguesa. Note-se que Sebastião era inclusivamente anti-salazarista, anticolonialista e anti-sebastianista, posto que não acreditava em mitos. Esta é, no fundo, mais uma figura representativa da negação do mito estado-novista da África Lusitana que nos propusemos comprovar ao longo da presente tese.

Conclusão

Chegados a esta fase do trabalho, cumpre-nos apresentar as principais conclusões que fomos, ao longo desta caminhada, recolhendo. Como vimos na primeira parte desta dissertação, o conceito da África Portuguesa foi habilmente desenvolvido e explorado pelo regime estado-novista, que o publicitava como um produto harmonioso decorrente da especificidade do nosso processo colonizador. A presença portuguesa em África justificava-se pela obra feita em prol das populações africanas, em prol do enaltecimento da grande nação que Portugal era e em prol do benefício mundial, uma vez que contribuía para a civilização do mundo. A tarefa que os portugueses consideravam ter entre mãos, esse digno processo civilizacional, transformava-se na obra feita que era preciso continuar e valorizar. O Ultramar Português constituía o campo de acção para a evangelização lusíada e a África era o espaço primordial para essa acção. A Nação Portuguesa seria, segundo a concepção estado-novista, uma nação pluricontinental e multirracial que albergava, sob o signo da nacionalidade e unidade portuguesa e da grandiosidade lusitana, diversas gentes e regiões do orbe. Essas gentes teriam, a partir de 1961, e só em teoria, os mesmos direitos plenos que um cidadão português da Metrópole, mas, na prática, como se verificou, essa era apenas uma das múltiplas falácias. A ideologia promovida pelo Estado Novo fazia acreditar na existência de um Portugal espalhado por diferentes pontos do Planeta, unido e coeso nas suas convicções e nos seus propósitos. Mas, na realidade, esse Portugal não existia tal como era descrito. A ideia da portugalidade de África não correspondia à verdade propagandeada; o que havia era sobretudo uma ideologia que sustentava e camuflava os verdadeiros interesses estatais e os interesses económicos em jogo. Fazendo crer que a dinâmica da presença portuguesa em África se devia largamente a intenções civilizacionais, o Regime protegia a sua sobrevivência política e as suas estratégias económico-comerciais, continuando a explorar o solo e as gentes africanas. Até ao eclodir da Guerra Ultramarina, a esmagadora maioria das situações de exploração é mantida em segredo e sob silêncio forçado, mas depois deu-se a sua verbalização e a denúncia da exploração colonialista começou a ganhar eco, tendo atingido proporções significativas, tanto no plano nacional como internacional. As colónias subjugadas ao governo português decidiram pugnar pela sua libertação e pelo direito à independência, e tendo-lhes sido recusadas pela Ditadura seguiram a via da luta armada.

Como se sabe, a Guerra Colonial somou treze anos, espriados por muito sofrimento e milhares de mortos e feridos em ambas as facções. Depois do conflito ter findado, vários dos seus intervenientes sentiram a necessidade de transpor para o papel as suas experiências de guerra e os seus pontos de vista; no fundo, através da literatura, deixaram o seu testemunho. A nossa análise recaiu sobre seis autores, mestres de algumas das obras da literatura portuguesa contemporânea. Nos trabalhos de Manuel Alegre, António Lobo Antunes, João de

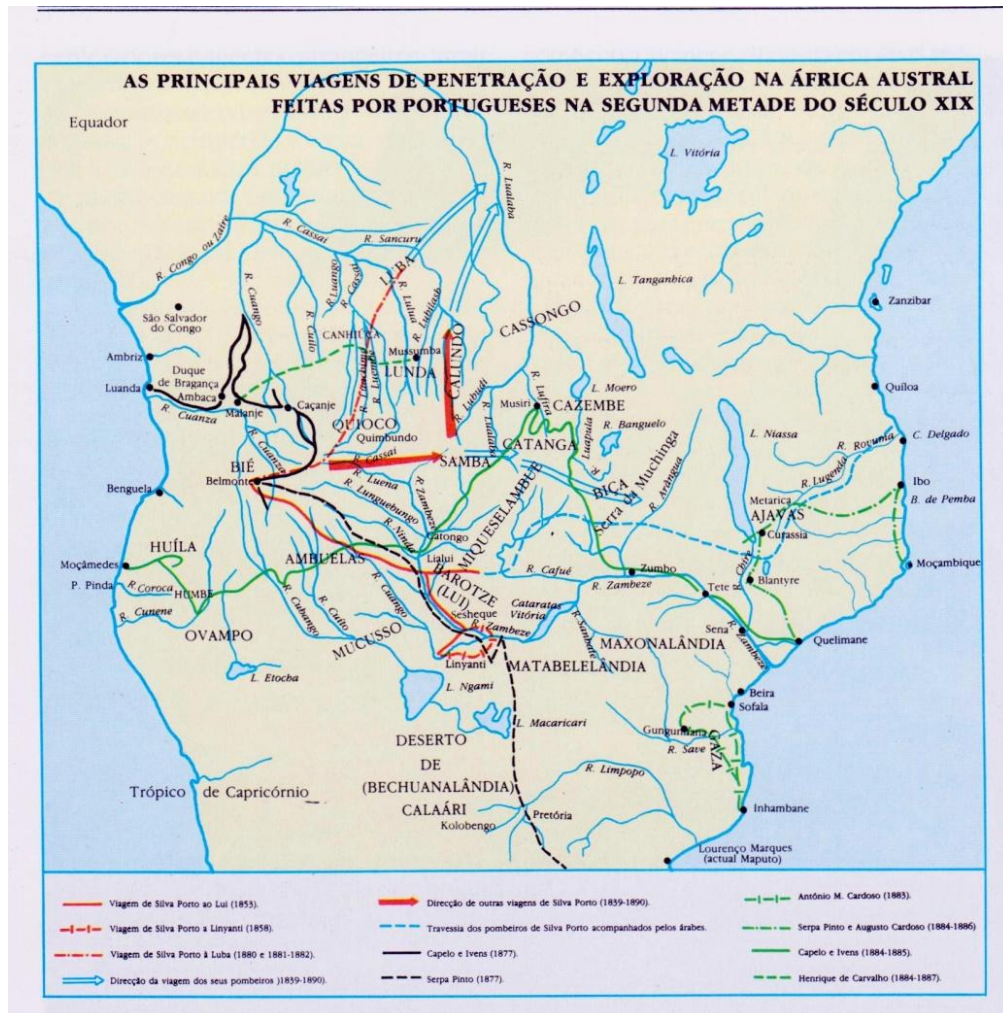
Melo, Carlos Vale Ferraz, Carlos Coutinho e Álamo Oliveira, o desencanto com a realidade de África é uma constante comum e a negação da existência de uma África Portuguesa uma certeza partilhada. Estando *in loco* em contacto com a realidade foram-se apercebendo de que afinal de português as províncias africanas tinham muito pouco e aquilo que existia era com frequência negativo, se não mesmo devastador. O balanço final da presença portuguesa em África durante cinco séculos expunha um quadro fértil em misérias e em desgraças. Falta de liberdade física e cultural, imposição da forma de viver e da religião ocidentais, escravatura e exploração humana e comercial, fome e doença: era nisso que, em larga medida, se saldava a presença portuguesa em África.

Assim, no sentido de identificar de que forma se entendia e se fez a negação da África Portuguesa, servimo-nos de critérios que convencionámos apelidar de geográficos, culturais, humanitários e sociais. A longevidade e a diferença física entre Portugal e as Províncias Ultramarinas africanas, as gritantes diferenças culturais (religiosas e linguísticas) entre as gentes do Império, a posição racista e paternalista da metrópole perante as gentes das províncias, a desconsideração humana e a exploração extrema da escravatura ou semi-escravatura, própria de um sistema colonial, a imposição de migrações forçadas às populações e o seu confinamento a aldeamentos ditos militarmente estratégicos, a violência sobre os povos africanos, a falta de infra-estruturas escolares e de saúde e a atroz e horrorosa fome a que as populações ficavam sujeitas, formam um quadro de incontornável negação da igualdade racial entre as gentes do Ultramar Português. Que a África profunda não era uma criação portuguesa, já os africanos sabiam. Por isso mesmo, lutavam pelas suas independências. Mas, por outro lado, também os portugueses que tinham sido arrastados para o conflito bélico, que os vitimava e dilacerava, perceberam que a realidade das Províncias Ultramarinas, ou se quisermos do Império, era bastante oposta àquela que lhes tinha sido vendida pela poderosa máquina de propaganda do Estado Novo, a operar logo desde a escola e a estender-se ao longo das suas vidas ao som de *Os Lusíadas*. Ou seja, a imagem formatada e adquirida por todos, de uma África Portuguesa, não correspondia à verdade. Confrontados com tamanha ilusão e perante a crescida vertiginosa do número de mortos e feridos e o crescente agravamento nas contas públicas devido aos gastos com a guerra, o impacto causado pelo conflito na sociedade portuguesa começou a tornar-se extraordinariamente negativo. Só havia um caminho para conseguir findar a guerra. Só através de uma revolução se conseguiria a deposição do Regime e o fim das hostilidades.

Depois do 25 de Abril, pôde então falar-se e escrever-se abertamente sobre os traumas deixados pela Guerra Colonial. Pela leitura crítica das obras em análise, conclui-se então que a guerra, teimosamente levada a cabo pelo regime estado-novista, foi injusta e, no fundo, despropositada. Fez-se em nome de uma utopia que o regime fazia crer e que publicitava implacavelmente. Ora, perante a dureza dos factos, só restava à literatura romanesca pós e anticolonial rejeitar o mito da "África Portuguesa".

ANEXOS

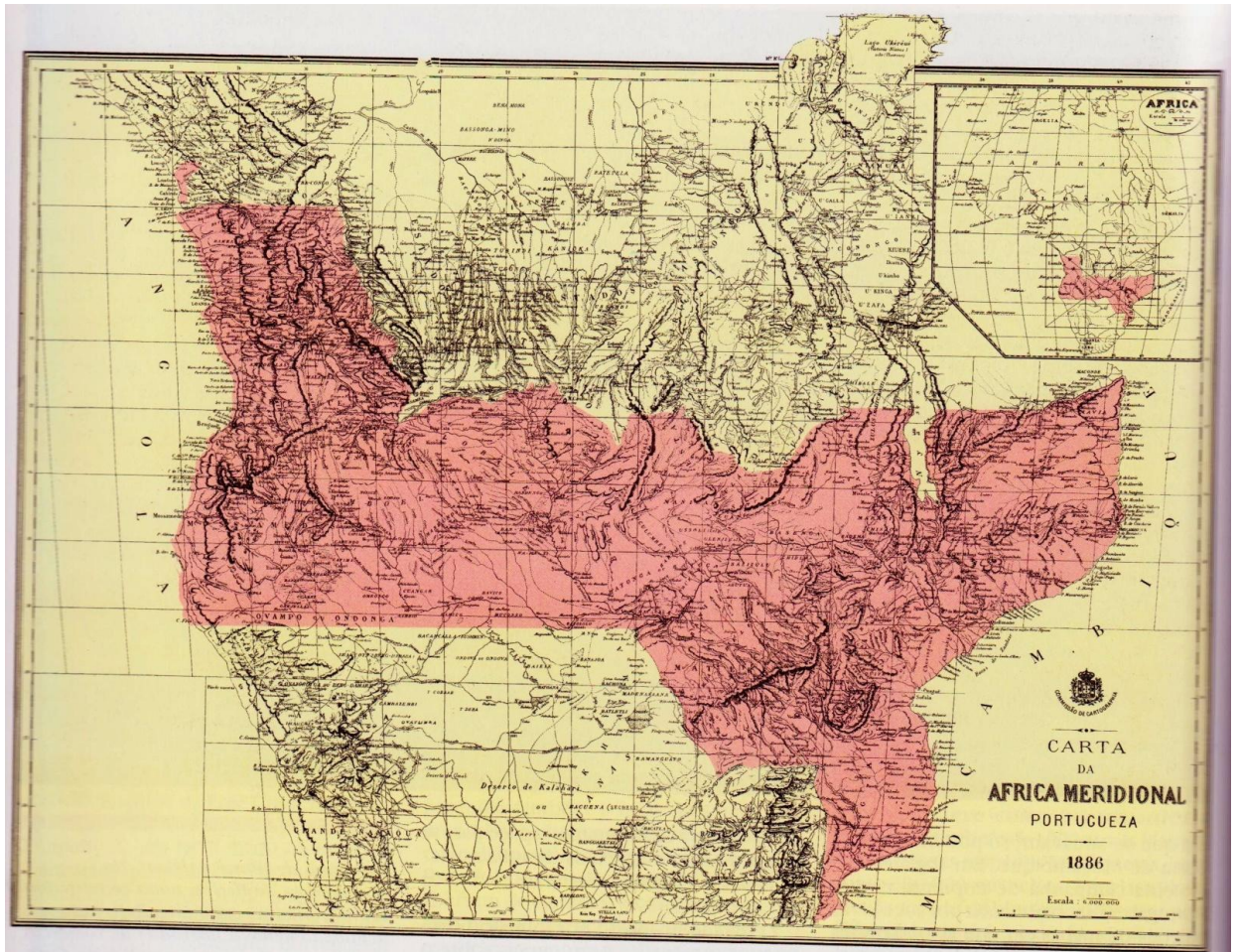
Anexo I



Mapa alusivo às expedições portuguesas em África
 na segunda metade do século XIX¹⁸⁴ (p.8)

¹⁸⁴ In *Portugal no Mundo*, vol. VI, p 174.

Anexo II



Mapa Cor-de-Rosa¹⁸⁵ (p.9)

¹⁸⁵ In *Portugal no Mundo*, vol. VI, p. 138.

Anexo III



Cartaz da 1ª República Portuguesa
alusivo à defesa das colónias ultramarinas¹⁸⁶ (p.11)

¹⁸⁶ In *Portugal no Mundo*, vol. VI, p. 288.

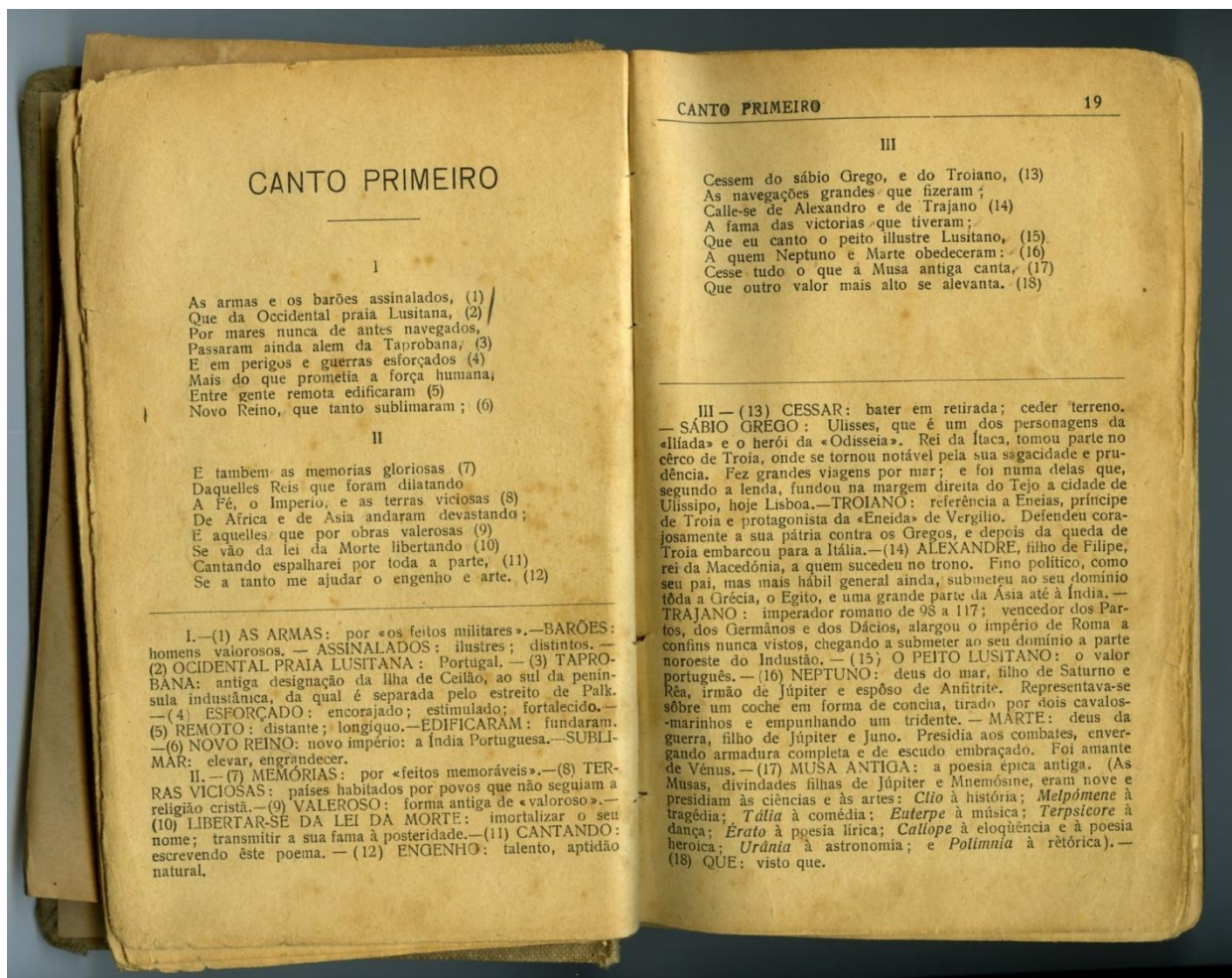
Anexo IV



Mapa intitulado “Portugal não é um país pequeno” alusivo à extensão territorial do Império Colonial Português¹⁸⁷ (p.38)

¹⁸⁷ “Portugal não é um país pequeno” [Material cartográfico / org. Henrique Galvão. - Escala [ca. 1:13000000]. - Lisboa : Secretariado da Propaganda Nacional. - 1 map. : color. ; 55x38 cm. - No canto inf. direito contém: “Superfícies do Império Colonial Português comparadas com as dos principais países da Europa”
Disponível em:
http://www.google.com/imgres?q=portugal+n%C3%A3o+um+pa%C3%ADs+pequeno&um=1&hl=pt&sa=N&biw=1280&bih=709&tbnid=U_eUINo5juKSDM:&imgrefurl=http://purl.pt/11440/1/P1.html&docid=Zoe9FMsgtDiliM&imgurl=http://purl.pt/11440/1/cc-381-r.JPG/cc-381-r.JPG_24-C-R0072/cc-381-r_0001_1_p24-C-R0072.jpg&w=3113&h=2182&ei=10ChTvuvNqmA4gS9mKHRBA&zoom=1&iact=rc&dur=324&sig=109246180630671404294&page=1&tbnh=161&tbnw=244&start=0&ndsp=12&ved=1t:429,r:0,s:0&tx=30&ty=54

Anexo V



Canto Primeiro de *Os Lusíadas*¹⁸⁸ (p.39)

¹⁸⁸ Camões, Luís Vaz, *Os Lusíadas*, anotados por Campos Monteiro, 3ª ed., Domingos Barreira Editor, Porto, 1933

Anexo VI



Imagem de tropas a caminho do Ultramar¹⁸⁹ (p.44)



Imagem de um ferido a ser evacuado de helicóptero¹⁹⁰

¹⁸⁹ Disponível em:

<http://tabancadeganture.blogspot.com/2011/01/portugal-guerra-forcou-divisao-na.html>

¹⁹⁰ Disponível em:

<http://www.google.com/imgres?q=guerra+colonial+portuguesa&um=1&hl=pt-PT&sa=X&biw=1280&bih=709&tbn=isch&tbnid=E6OHUkruMu7t8M:&imgrefurl=http://www.encyclopedia.com.pt/news.php%3Freadmore%3D452&docid=Qv1tSlv47HWZOM&imgurl=http://www.encyclopedia.com.pt/images/gueddrracolonial.jpg&w=680&h=402&ei=pEehTu->

Anexo VII



Diário Popular, edição de 26 de Abril de 1974¹⁹¹ (p.45)

¹⁹¹ «O Abril em Portugal dá uma ténue promessa duma primavera africana», in Diário Popular, 26/04/1974

Anexo VIII

BIBLIOGRAFIA de MANUEL ALEGRE (p. 58)

POESIA

- *Cancioneiro Vértice* (1963-65)
- *Praça da Canção* (1965)
- *O Canto e as Armas* (1967)
- *Um Barco para Ítaca* (1971)
- *Coisa Amar, Coisas do Mar* (1976)
- *Nova do Achamento* (1979)
- *Atlântico* (1981)
- *Babilónia* (1983)
- *Chegar Aqui* (1984)
- *Aicha Conticha* (1984)
- *A Rosa e o Compasso* (1991)
- *Com que Pena - Vinte Poemas para Camões* (1992)
- *Sonetos do Obscuro Quê* (1993)
- *Coimbra Nunca Vista* (1995)
- *30 Anos de Poesia* (1995)
- *As Naus de Verde Pinho* (1996)
- *Alentejo e Ninguém* (1996)
- *Che* (1997)
- *Pico* (1998)
- *Rouxinol do Mundo - Dezanove Poemas Franceses e um Provençal Subvertidos para Português* (1998)
- *Senhora das Tempestades* (1998)
- *Livro do Português Errante* (2001)
- *Sete Sonetos e um Quarto* (2005)
- *Doze Naus* (2007)
- *Escrito no Mar* (2007)
- *Nambuagongo, Meu Amor* (2008)
- *Sete Partidas* (2008)
- *Poesia* (2009)

FICÇÃO

- *Jornada de África* (romance, 1989)
- *O Homem do País Azul* (conto, 1989)
- *Alma* (romance, 1995)
- *A Terceira Rosa* (romance, 1998)
- *Uma Carga de Cavalaria* (conto, 1999)
- *Cão Como Nós* (novela, 2002)
- *Um Velho em Arzila* (conto, 2003)

Guerra Colonial e Romance: perscrutando o repúdio do mito estado-novista da "África Portuguesa"

- *Rafael* (romance, 2003)
- *O Quadrado* (contos, 2005)
- *Uma Estrela* (conto, 2005)
- *O Miúdo que Pregava Pregos numa Tábua* (novela, 2010)

LITERATURA INFANTIL

- *Barbi-Ruivo - O meu primeiro Camões* (2007)
- *O Príncipe do Rio* (2009)

OUTROS

- *Contra a Corrente* (discursos e textos políticos, 1997)
- *Arte de Marear* (ensaio, 2002)
- *O Futebol e a Vida, Do Euro 2004 ao Mundial 2006* (crónica, 2006)

Alguns JORNAIS, REVISTAS, COLECTÂNEAS e ANTOLOGIAS ESTRANGEIRAS

- *A Poesia Útil* (colectânea, 1962)
- *Poemas Livres* (colectânea, 1959-60)
- *A Briosa* (revista universitária, 1959-60)
- *Vértice* (revista, 1959-60)
- *Via Latina* (revista, 1959-60)
- *Cadernos de Literatura* (1978)
- *Jornal de Poetas e Trovadores* (1980)
- *JL: Jornal de Letras, Artes e Ideias* (1988)
- *Cent Poèmes sur L'Exil* (edição francesa, 1993)
- *Poemas Portugueses. Portuguese Gedichte* (edição em alemão, 1997)
- *Ecos de Borrasca - Exo Ot Byph* (edição em português e russo, 1997)
- *Poeti Portoghesi Contemporanei* (edição em italiano, 1999)
- *Anthologie de La Poésie Portugaise Contemporaine 1935-2000* (edição em francês, 2003)

PRÉMIOS LITERÁRIOS

- 1998 - Prémio de Literatura Infantil António Botto, pelo livro *As Naus de Verde Pinho*
- 1998 - Prémio da Crítica Literária atribuído pela Secção Portuguesa da Associação Internacional de Críticos Literários, pelo livro *Senhora das Tempestades*
- 1998 - Grande Prémio de Poesia da Associação Portuguesa de Escritores, patrocinado pelos CTT, pelo livro *Senhora das Tempestades*
- 1999 - Prémio Pessoa, patrocinado pelo jornal Expresso e importante referência no panorama cultural português, pelo conjunto da *Obra Poética*, editada em 1999
- 1999 - Prémio Fernando Namora, patrocinado pela Sociedade Estoril-Sol, pelo livro *A Terceira Rosa*
- 2008 - Prémio D. Dinis, patrocinado pela Fundação da Casa Mateus, pelo livro *Doze Naus*
- 2010 - Tributo Consagração atribuído pela Fundação Inês de Castro (FIC), instituição de Coimbra, pela totalidade da sua obra.

Anexo IX

BIBLIOGRAFIA de ANTÓNIO LOBO ANTUNES (p. 59)

- Memória de Elefante (romance, 1979)
- Os Cus de Judas (romance, 1979)
- Conhecimento do Inferno (romance, 1980)
- Explicação dos Pássaros (romance, 1981)
- Fado Alexandrino (romance, 1983)
- Auto dos Danados (romance, 1985)
- As Naus (romance, 1988)
- Tratado das Paixões da Alma (romance, 1990)
- A Ordem Natural das Coisas (romance, 1992)
- A História do Hidroavião (literatura infanto-juvenil, 1994)
- A Morte de Carlos Gardel (romance, 1994)
- Crónicas (crónicas, 1995)
- Crónicas do Público (crónicas, 1996)
- Manual dos Inquisidores (romance, 1996)
- O Esplendor de Portugal (romance, 1997)
- Livro de crónicas (crónicas, 1998)
- Exortação aos Crocodilos (romance, 1999)
- Não Entres tão Depressa nessa Noite Escura (romance, 2000)
- Que Farei Quando Tudo Arde? (romance, 2001)
- Segundo Livro de Crónicas (crónicas, 2002)
- Apontar com o Dedo o Centro da Terra (romance, 2002)
- Boa Tarde às Coisas Aqui em Baixo (romance, 2003)
- Eu Hei-de Amar uma Pedra (romance, 2004)
- Deste Viver aqui Neste Papel Descripto. Cartas da Guerra (epistolografia, 2005)
- Ontem não te Vi em Babilónia (romance, 2006)
- Terceiro Livro de Crónicas (crónicas, 2006)
- O Meu Nome é Legião (romance, 2007)
- O Arquipélago da Insónia (romance, 2008)
- Que cavalos são Aqueles que fazem Sombra no Mar (romance, 2009)
- Sôbolos Rios que Vão (romance, 2010)
- Quarto Livro de Crónicas (crónicas, 2011)

PRÉMIOS LITERÁRIOS

- Prémio Camões (2007)
- Prémio Literário Juan Rulfo (2008)
- Prémio Terence Moix (2008)
- Prémio José Donoso (2008)
- Insígnias de Comendador da Ordem das Artes e das Letras de França (2008)

Anexo X

BIBLIOGRAFIA de JOÃO DE MELO (p. 59)

POESIA

- *Navegação da Terra* (poesia, 1980)

FICÇÃO

- *Histórias da Resistência* (conto, 1975)
- *A Memória de Ver Matar e Morrer* (romance, 1977)
- *O Meu Mundo não é deste Reino* (romance, 1983)
- *Autópsia de um Mar de Ruínas* (romance, 1984)
- *Entre Pássaro e Anjo* (contos, 1987)
- *Gente Feliz com Lágrimas* (romance, 1988)
- *As Manhãs Rosadas* (conto, 1991)
- *Crónica do Princípio e da Água* (conto, 1991)
- *Bem-Aventuranças* (contos, 1992)
- *Dicionário de Paixões* (crónicas, 1994)
- *O Homem Suspenso* (romance, 1996)
- *Açores, O Segredo das Ilhas* (viagens, 2000)
- *As Coisas da Alma* (conto, 2003)
- *O Mar de Madrid* (romance, 2006)

ENSAIOS

- *A Produção Literária Açoriana nos Últimos 10 Anos* (1980)
- *Toda e Qualquer Escrita* (1982)
- *Há ou não uma Literatura Açoriana?* (1982)

ANTOLOGIAS

- *Antologia Panorâmica do Conto Açoriano* (org.) (1978)
- *Os Anos da Guerra* (1988)
- *Antologia do Conto Português* (2002)

PRÉMIOS LITERÁRIOS

- Prémio Dinis da Luz (romance *O Meu Mundo não é deste Reino*)
- Prémio Associação Cultural (contos *Entre Pássaro e Anjo*)
- Grande Prémio do Romance e Novela da A.P.E (romance *Gente Feliz com Lágrimas*)
- Prémio Eça de Queirós da Cidade de Lisboa
- Prémio Cristóvão Colombo das Cidades Capitais Ibero-Americanas
- Prémio Fernando Namora (Prémio Antena 1 de Literatura)

Anexo XI

BIBLIOGRAFIA de CARLOS VALE FERRAZ (p. 60)

- *Nó Cego* (romance, 1982)
- *ASP* (romance, 1985)
- *De Passo Trocado* (romance, 1985)
- *Soldadó* (novela, 1988)
- *Os Lobos não usam Coleira* (romance, 1991)
- *O Livro das Maravilhas* (romance, 1999)
- *Flamingos Dourados* (romance, 2004)
- *Fala-me de África* (romance, 2007)
- *Basta-me Viver* (romance, 2010)

Anexo XII

BIBLIOGRAFIA de CARLOS COUTINHO (p. 61)

- *Herbicida* (teatro, 1972)
- *A Última Semana antes da Festa* (teatro, 1974)
- *Teatro de Circunstância* (teatro, 1975)
- *A Estratégia do Cinismo e O Jantar do Comissário* (peças de teatro, 1977)
- *No País da Alegria* (jornalismo, 1976)
- *Recordações das Casas dos Mortos: variações constituinticas sobre um tema de Dostoievski* (1976)
- *Uma Noite na Guerra* (novela, 1978)
- *O que Agora me Inquieta* (novela, 1985)
- *Os Duros Dias* (novela, 2001)

Anexo XIII

BIBLIOGRAFIA de ÁLAMO OLIVEIRA (p. 62)

POESIA

- *A Minha Mão Aberta* (1969)
- *Pão Verde* (1971)
- *Poemas de(s)Amor* (1973)
- *Fábulas* (1974)
- *Os Quinze Misteriosos Mistérios* (1976)
- *Cantar o Corpo* (1979)
- *Eu Fui ao Pico Piquei-me* (1980)
- *Itinerário das Gaivotas* (1982)
- *Nem Mais Amor que Fogo* (parceria com Emanuel Jorge Botelho, 1983)
- *Textos Inocentes* (1986)
- *Erva-Azeda* (1987)
- *Impressões de Boca* (1992)
- *António, Porta-te como uma Flor* (1998)
- *Memórias de Ilha em Sonhos de História* (2000)
- *Cantigas do Fogo e da Água* (2001)
- *Andanças de Pedra e Cal* (2010)

TEATRO

- *Um Quixote* (2ª ed., 1974)
- *Morte ou Vida do Poeta* (1974)
- *Manuel, Seis Vezes Pensei em Ti* (2ª ed., 1994)
- *Uma Hortênsia para Brianda* (separata da revista Atlântida, 1981)
- *Sabeis Quem é este João?* (separata da revista Atlântida, 1984)
- *Missa Terra Lavrada* (1984)
- *Os Sonhos do Infante* (2ª ed., 1995)

FICÇÃO

- *Burra Petra com uma Lágrima* (2ª ed. 1995)
- *Até Hoje, Memórias de Cão* (1986)
- *Pátio d'Alfândega Meia-Noite* (1992)
- *Já não Gosto de Chocolates* (1999)

CONTO

- *Contos com Desconto* (1991)
- *Com Perfume e com Veneno* (1997)

ENSAIO

- *Almeida Firmino / Poeta dos Açores* (1978)

Guerra Colonial e Romance: perscrutando o repúdio do mito estado-novista da "África Portuguesa"

- *Abordagem (teatral) a "Quando o mar galgou a terra" de Armando Cortes Rodrigues* (separata da revista Atlântida, 1982)
- *Olá. Pobreza!* (1996)

ANTOLOGIAS

- *14 Poetas de Aqui e de Agora* (1972)
- *Antologia de Poesia Açoriana - do século XVIII a 1975* (1977)
- *Antologia panorâmica do conto açoriano - séculos XIX e XX* (org. João de Melo, 1978)
- *The sea within U.S.A. 1983* (in) *Sempre disse tais coisas esperançado na vulcanologia - 12 poetas dos Açores* (org. Emanuel Jorge Botelho, 1984)
- *Triste Vida leva a Garça - antologia de poesia 1967-81* (1984)

PRÉMIOS LITERÁRIOS

- Prémio Maré Viva da Câmara Municipal do Seixal (1985)
- Prémio Almeida Garrett (1999)

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Activa

- ALEGRE, Manuel, *Jornada de África (Romance de Amor e Morte do Alferes Sebastião)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote 1989.
- ANTUNES, António Lobo, *Os Cus de Judas*, Lisboa, Editorial Vega, 1979.
- COUTINHO, Carlos, *O que Agora me Inquieta*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985.
- FERRAZ, Carlos Vale, *Nó Cego*, Lisboa, Editorial Notícias, 1995.
- MELO, João de, *Autópsia de um Mar de Ruínas*, Lisboa, Dom Quixote, 2002.
- OLIVEIRA, Álamo, *Até Hoje (Memórias de Cão)*, Lisboa, Salamandra, 2003.

Bibliografia Passiva

- AFONSO, Aniceto; Gomes, Carlos de Matos, *Os Anos da Guerra Colonial - 1961.1975*, Matosinhos e Lisboa, QuidNovi, 2010.
- ALBUQUERQUE, Luís de, *Portugal no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, vols. II e VI.
- ALEXANDRE, Valentim, (coord.), *O Império Africano (séculos XIX e XX)*, Lisboa, Edições Colibri, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000.
- AMARAL, Diogo Freitas do, *A tentativa falhada de um acordo Portugal - EUA sobre o futuro do Ultramar Português (1963)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1994.
- ANTUNES, José Freire, *A Guerra de África 1961-1974*, Lisboa, Círculo de Leitores, D.L. 1995, vol. I.
- BARATA, Manuel Themudo, (dir.); Teixeira, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, 1ª ed., Rio de Mouro, Círculo de leitores, 2003, vol. IV.
- BETHENCOURT, Francisco, Chaudhuri, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Navarra, Espanha, Temas e Debates e Autores por licença editorial de Círculo de Leitores, 2000, vols. IV e V.
- BOXER, Charles, R., *O Império Marítimo Português 1415-1825*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- CALAFATE, Pedro, *Portugal como Problema - século XX - os Dramas de Alternativa*, Lisboa, Edições Fundação Luso-Americana e PÚBLICO Comunicação S.A., 2006, vol. IV.
- CAMÕES, Luís Vaz de, *Os Lusíadas*, Campos Monteiro (org.), Domingos Barreira Editor, Porto, 1933
- CARDOSO, Norberto do Vale, *Autognose e (Des)memória: Guerra Colonial e Identidade Nacional em Lobo Antunes, Assis Pacheco e Manuel Alegre* (tese de

mestrado sob orientação do Doutor Carlos Mendes de Sousa), Braga, Universidade do Minho, 2004.

- CARNAXIDE, Jorge Humberto dos Santos, *O Último Império - O Estado Novo e a Guerra Colonial na Literatura Portuguesa* (tese de mestrado sob orientação do Doutor João Medina), Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000.
- CORTESÃO, Jaime, *Os Descobrimentos Portugueses - I*, Lisboa, INCM, 1990.
- CUNHA, Luís, *A Nação nas Malhas da sua Identidade: o Estado Novo e a construção da identidade nacional*, Porto, Edições Afrontamento, 2001.
- DIFFIE, Bailey W., Winius, George D., *A Fundação do Império Português 1415-1580*, Lisboa, Vega, 1993, 2 vols.
- DUARTE, Maria Manuela da Silva, "Autópsia de um Mar de ruínas - A ficção na senda da história", in *Actas do Colóquio Internacional Literatura e História*, Porto, Faculdade Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 223-232.
- ENDERS, Armelle, *História da África Lusófona*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1997.
- FARINHA, António Dias, (coord.); Carreira, José Nunes; Serrão, Víctor, *Uma Vida em História - estudos em homenagem a António Borges Coelho*, Lisboa, Editorial Caminho S.A., 2001.
- HENRIQUES, Isabel Castro, *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África (Séculos XV-XX)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2004.
- ILIFFE, Jonh, *Africans - The History of a Continent*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.
- KI-ZERBO, Joseph, *História da África Negra*, 3ªed., Mem Martins, Publicações Europa-América, 2002, 2 vols.
- LUÍS, Alexandre António da Costa, *Na Rota do Império Português: da formação da nacionalidade ao apogeu imperial manuelino*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2008.
- LUÍS, Alexandre António da Costa, "No tempo da Primeira República: as aspirações que alimentaram a entrada de Portugal na Grande Guerra", *Praça Velha - Revista Cultural da Cidade da Guarda*, Guarda, nº27, 1ª série, Junho de 2010, pp. 41-58.
- MACQUEEN, Norrie, *A Descolonização da África Portuguesa - a revolução metropolitana e a dissolução do Império*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1998.
- MARQUES, A. H. Oliveira, *História de Portugal - Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, 13ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1998, vol. III.
- MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, *O Estado Novo (1926-1974)*, Fernando Rosas (coord.), Lisboa, Editorial Estampa, s/d.
- MEDINA, João, "As guerras coloniais de África (1961-1974) e a literatura portuguesa actual", in *Uma Vida em História - Estudos em homenagem a António Borges Coelho*, António Dias Farinha, José Nunes Carreira e Víctor Serrão (coord.), Lisboa, Editorial Caminho S.A., 2001, pp. 627-651.

- MELO, João, *Anos da Guerra: 1961-1975: os Portugueses em África: Crónica, Ficção e História*, Lisboa, Dom Quixote, 1998.
- MENDES, José Manuel, "Recensão crítica a 'Autópsia de um Mar de Ruínas' de João de Melo", in *Revista Colóquio/Letras. Recensões Críticas*, n.º 94, Nov. 1986.
- MENESES, Filipe Ribeiro de, *Salazar. Uma Biografia Política*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2010.
- MONTEIRO, Armindo, *O Pensamento do Ministro das Colónias*, Lisboa, Edições SPN, 1934.
- MONTEIRO, Armindo, *Para uma Política Imperial - alguns discursos do ministro das colónias Doutor Armindo Monteiro*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Divisão de Publicações e Bibliotecas, 1933.
- MOUTINHO, Isabel, *Colonial Wars in Contemporary Portuguese Fiction*, Woodbridge, Tamesis, 2008.
- NARCISO, Maria do Rosário Palhas, *Fugas à Realidade (Refúgios dos protagonistas da novelística sobre a Guerra Colonial)*, (tese de mestrado sob orientação do Doutor Rui de Azevedo Teixeira), Lisboa, Universidade Aberta, 2004.
- NOGUEIRA, Franco, *Diálogos Interditos - a política externa portuguesa e a Guerra de África*, Braga-Lisboa, Editorial Intervenção, 1979, vol. I.
- OLIVEIRA, Aurélio de, CRUZ, Maria Augusta Lima, GUERREIRO, Inácio, DOMINGUES, Francisco Contente, *História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1999.
- PEREIRA, António dos Santos, *Portugal Descoberto, Cultura Contemporânea e Pós-Moderna*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2008, vol. II.
- PINTO, António Costa, (org.), [et al.], *O Estado Novo - das origens ao fim da autarcia 1926-1959*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1987, vol. II.
- PINTO, António Costa (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2005.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, RIBEIRO, Jorge Martins, POLÓNIA, Amélia (coord.), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/d.
- REAL, Miguel, *Portugal, Ser e Representação*, Algés, Difel S.A., 1998
- REIS, António, (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Edições Alfa, 1990, vols. IV e V
- ROCHA, Clara, "Jornada de África de Manuel Alegre", in *Colóquio/Letras, Recensões Críticas*, nº 115/116, Maio 1990.
- ROSAS, Fernando, BRITO, J. M. Brandão (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Círculo de Leitores, 1996.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra, Coimbra Editora Limitada, 1935-1967, 6 vols.

- SALAZAR, António de Oliveira, *O Estado Novo - União Nacional*, Imprensa Nacional de Lisboa, 1933
- SALAZAR, António de Oliveira, *Inéditos e Dispersos I - Escritos Político-Sociais e Doutrinários (1908-1928)*, Manuel Braga da Cruz (org.), Venda Nova, Bertrand Editora, 1997.
- SALAZAR, António de Oliveira, *O Pensamento de Salazar*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação, 1959
- SALEMA, Álvaro, "Depoimento [crítica a 'O que agora me inquieta! De Carlos Coutinho]'", in *Colóquio/Letras*. Livros sobre a Mesa, nº 98, Jul. 1987.
- SARAIVA, A. J., LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, 17ª ed., Porto, Porto Editora, 1996.
- SEQUEIRA, Lígia Manuela Ribeiro, *Nó Cego de Carlos Vale Ferraz - Realidade e Ficção*, (tese de mestrado sob orientação do Doutor Rui de Azevedo Teixeira), Lisboa, Universidade Aberta, 2002
- SERRÃO, Joel (dir.), BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinha, 1999, vol. VII.
- SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XII, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Fernando Rosas (coord.), Lisboa, Editorial Presença, 1992.
- SILVA, Víctor Manuel de Aguiar e, *Teoria da Literatura*, 8ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 2002, vol. I.
- SOUSA, Pedro Miguel, *O Colonialismo de Salazar*, 1ª ed., Lisboa, Occidentalis, 2008
- TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.), *A Guerra Colonial: realidade e ficção: livro de Actas do I Congresso Internacional*, Lisboa, Editorial Notícias, 2001.
- TEIXEIRA, Rui de Azevedo, *A Guerra Colonial e o Romance Português - Agonia e Catarse*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 1998.
- VAZ, Nuno Mira, *Opiniões Públicas Durante as Guerras de África*, Lisboa, Quertzal Editores, 1997
- VENÂNCIO, José Carlos, *Uma Perspectiva Etnológica da Literatura Africana*, Lisboa, Ulmeiro, 1987.
- VIEIRA, Cristina da Costa, *A Construção da Personagem Romanesca*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.

Webgrafia

- CRUZ, Braga da, na apresentação da obra *A Primeira República e as Colónias Portuguesas* de José Miguel Sardica, a 20-12-2010. Disponível em:
<http://centenariorepublica.pt/conteudo/primeirarepublicaecoloniasportuguesas>
Visitado em: 10 Fevereiro 2011

- Biblioteca Nacional Digital. Disponível em:
http://www.google.com/search?hl=pt-PT&rlz=&q=portugal+n%C3%A3o+%C3%A9+um+pa%C3%ADs+pequeno&gs_sm=e&gs_upl=5409l8056l0l10499l13l13l0l3l0l322l1622l0.4.3.1l8l0&um=1&ie=UTF-8&tbm=isch&source=og&sa=N&tab=wi&biw=1280&bih=709

Visitado em 20 Abril 2011